



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXIV N° 74, SEXTA-FEIRA, 24 DE MAIO DE 2019



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP)

Presidente

Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG)

1º Vice-Presidente

Senador Lasier Martins (PODE/RS)

2º Vice-Presidente

Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)

1º Secretário

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

2º Secretário

Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ)

3º Secretário

Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Marcos do Val (PPS-ES)

2º - Senador Weverton (PDT-MA)

3º - Senador Jaques Wagner (PT-BA)

4º - Senadora Leila Barros (PSB-DF)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho

Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka

Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael

Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quésia de Farias Cunha

Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Patrícia Gomes de Carvalho Carneiro

Coordenadora de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque

Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Deraldo Ruas Guimarães

Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários



ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 79^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 23 DE MAIO DE 2019

1.1 – ABERTURA	9
1.2 – FINALIDADE DE SESSÃO	
Destinada a homenagear o trigésimo aniversário da criação de Palmas, capital do Estado do Tocantins, nos termos do Requerimento nº 110/2019, do Senador Eduardo Gomes e outros Senadores.	9
1.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	9
1.2.2 – Exibição de vídeo sobre a criação de Palmas	10
1.2.3 – Oradores	
Sra. Nilmar Gavino Ruiz, ex-Prefeita de Palmas	10
Sr. Carlos Enrique Franco Amastha, ex-Prefeito de Palmas	12
Senador Eduardo Girão	14
Sr. Toinho Andrade, Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins	15
Senador Jayme Campos	18
Sra. Cinthia Alves Caetano Ribeiro, Prefeita de Palmas	20
Deputado Osires Damaso	23
Deputado Tiago Dimas	24
Deputado Célio Moura	25
Senador Wellington Fagundes	26
Senador Jorge Kajuru	28
Deputado Eli Borges	29



Deputada Professora Dorinha Seabra Rezende	30
Sr. Tiago Andrino, Vereador de Palmas	32
Senador Irajá	33
Senador Eduardo Gomes	36
1.2.4 – Fala da Presidência (Senador Davi Alcolumbre)	38
1.3 – ENCERRAMENTO	38
2 – ATA DA 80ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE MAIO DE 2019	
2.1 – ABERTURA	40
2.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
2.2.1 – Expediente encaminhado à publicação (Vide Parte II)	40
2.2.2 – Transformação da sessão	
Transformação da presente sessão em não deliberativa.	40
2.2.3 – Oradores	
Senador Marcio Bittar – Manifestação a favor do posicionamento dos Senadores que votaram contrariamente à CPI dos Tribunais Superiores. Apelo ao Presidente do Senado para que comecem a analisar medidas que aperfeiçoem a segurança pública do País e que agilizem o processo judicial. Anúncio de projeto de lei que versará sobre a venda de imóveis funcionais do Congresso Nacional.	40
Senador Chico Rodrigues – Considerações sobre o fornecimento de medicamentos à população e posicionamento a respeito da decisão do STF sobre esse tema.	44
Senador Jorge Kajuru, como Líder – Esclarecimentos sobre a PEC subscrita por S. Exa., que torna permanente o Fundeb. Críticas à concessão de <i>habeas corpus</i> a investigados da CPI de Brumadinho. Defesa da CPI dos Tribunais Superiores e do <i>impeachment</i> do Ministro do STF, Gilmar Mendes.	50
2.2.4 – Constatação de inexatidão material	
Constatação de erro material no texto dos autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 37/2013, bem como encaminhadas as correções ao Sr. Presidente da República.	52
2.2.5 – Oradores (continuação)	
Senador Confúcio Moura – Reflexões sobre a história da educação brasileira desde o período colonial até a Proclamação da República de 1889.	52
Senador Reguffe – Elogios ao Senado Federal pela aprovação da Medida Provisória nº 863/2018, que visa abrir o mercado de aviação civil no Brasil.	56
Senador Humberto Costa – Considerações sobre a aprovação da Medida Provisória nº 863/2018. Sugestão para realização de um debate sobre a situação do transporte aéreo no Brasil.	57
Senador Randolfe Rodrigues, como Líder – Críticas ao comportamento do Ministro da Educação em audiência na Câmara dos Deputados. Encaminhamento de pedido de <i>impeachment</i> do Ministro da Educação ao STF e à Procuradora-Geral da República.	63



Senador Alvaro Dias – Comentários sobre a deliberação, na Câmara dos Deputados da Medida Provisória que trata da reforma administrativa, com destaque para a defesa da manutenção do Coaf no Ministério da Justiça.	68
2.2.6 – Realização de sessão	
Realização de sessão solene do Congresso Nacional amanhã, às 11 horas, destinada a homenagear o centenário do nascimento do professor Fernando Figueira, patrono do Instituto de Medicina - IMIP, no Recife-PE.	72
2.2.7 – Oradores (continuação)	
Senador Paulo Paim – Registro de reportagem do jornal Estadão referente à reforma da previdência. Breve histórico acerca do Dia Mundial do Meio Ambiente, comemorado no dia 5 de junho. Críticas ao excesso de uso de agrotóxicos no País. Satisfação com o anúncio do Brasil como sede da Semana do Clima da América Latina e Caribe, em Salvador, entre os dias 19 e 23 de agosto. Preocupação com a preservação do meio ambiente no planeta.	72
Senador Izalci Lucas – Relato sobre a visita de S. Exa., a Campinas-SP, ao superlaboratório Sirius, líder mundial em síncrotons. Manifestação pelo aumento de investimentos nas áreas de ciência e tecnologia. Destaque para a médica, Luísa Portugal, que tornou-se “youtuber”, para divulgar o que aprende sobre Medicina de Família. Registro sobre ida à feira Agrobrasília, no último sábado.	79
Senador Rodrigo Cunha – Explicações sobre a Medida Provisória nº 869/2018, que trata de assuntos atuais da economia brasileira, sob o ponto de vista da proteção e defesa dos dados pessoais do consumidor.	82
2.2.8 – Realização de sessão	
Realização de sessão especial em 27 de maio de 2019, às 10 horas, destinada a comemorar o aniversário do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM), nos termos do Requerimento nº 255/2019, do Senador Eduardo Braga e outros senadores.	86
2.2.9 – Oradores (continuação)	
Senador Esperidião Amin – Reflexão sobre a proteção de dados pessoais na atualidade. Considerações sobre a deliberação da Medida Provisória nº 870/2019, com destaque para a defesa da manutenção do Coaf no Ministério da Justiça. Registro para o teste, realizado em 17 de maio, do primeiro componente de postes da geração 5G em Florianópolis-SC.	87
2.3 – ENCERRAMENTO	90

PARTE II

3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DA 80^a SESSÃO

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Abertura de prazos

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei do Senado nº 491/2017 e o Projeto de Lei nº 1539/2019 sejam apreciados pelo Plenário (Ofícios nºs 50 e 51/2019-CCJ).	92
Abertura de prazo de dois dias úteis para interposição de recurso para que o Projeto de Lei Complementar nº 71/2019 continue sua tramitação.	95



Abertura do prazo de cinco dias úteis para apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 3/2018.

95

3.1.2 – Comunicações

Da Liderança do MDB, de indicação de membro para integrar a Comissão de Serviços de Infraestrutura (**Ofício nº 158/2019**). *Designado o membro.*

97

Da Liderança do MDB, de substituição de membro na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (**Ofício nº 159/2019**). *Substituído o membro.*

98

Do Senador Major Olímpio, de participação de S. Exa. em missão, nos termos do Requerimento nº 345/2019.

99

3.1.3 – Documento encaminhado à publicação

Senador Paulo Paim - Documento encaminhado à publicação, nos termos do art. 210 do Regimento Interno.

101

3.1.4 – Inclusão em Ordem do Dia

Inclusão em Ordem do Dia, oportunamente, da Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2019.

105

3.1.5 – Projetos de Lei

Nº 3110/2019, do Senador Jean Paul Prates, que *altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para exigir autorização legislativa prévia à alienação de ações que resulte na perda do controle acionário das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias pelo poder público.*

107

Nº 3112/2019, do Senador Styvenson Valentim, que *disciplina a circulação de veículos de mobilidade individual autopropelidos.*

113

Nº 3113/2019, do Senador Styvenson Valentim, que *altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a apresentação de exame toxicológico com resultado negativo para a obtenção da autorização de posse ou porte de armas de fogo.*

118

Nº 3118/2019, do Senador Fabiano Contarato, que *altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dar nova disciplina ao crime de furto qualificado.*

123

3.1.6 – Proposta de Emenda à Constituição

Nº 84/2019, primeiro signatário o Senador Zequinha Marinho, que *modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos Estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.*

130

3.1.7 – Realização de sessão

Realização de sessão especial amanhã, às 9 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional do Comissário de Proteção da Criança e do Adolescente, nos termos do Requerimento nº 93/2019, do Senador Izalci Lucas e outros senadores.

140

3.1.8 – Requerimentos

Nº 443/2019, do Senador Marcelo Castro, de oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 510/2018.

142

Nº 444/2019, do Senador Chico Rodrigues, de oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631/2015.

145



Nº 445/2019, do Senador Marcelo Castro, de oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 510/2018.	151
Nº 446/2019, do Senador Elmano Férrer, de oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 199/2016.	154
Nº 447/2019, do Senador Alvaro Dias, de homenagens de pesar pelo falecimento do Sr. Hostílio Lustosa.	156
3.1.9 – Término de prazos	
Término do prazo, ontem, com apresentação de uma emenda, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 219/2015.	160
Término do prazo, ontem, sem apresentação de emendas, perante a Mesa, ao Projeto de Lei da Câmara nº 127/2018.	163

PARTE III

4 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	164
5 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	167
6 – LIDERANÇAS	168
7 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	170
8 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	173
9 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	175
10 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	207



Ata da 79^a Sessão, Especial,
em 23 de maio de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Davi Alcolumbre e Eduardo Gomes.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 13 minutos e encerra-se às 12 horas e 19 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Bom dia a todos.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão especial destina-se a comemorar o 30º aniversário da criação de Palmas, capital do Estado do Tocantins.

Nos termos do Requerimento nº 110, de 2019, o Senador Eduardo Gomes e outros Senadores, num total de 37 Senadores, assinaram a composição do Requerimento para a aprovação desta sessão.

Vamos compor a nossa Mesa representativa. Numa sessão como esta, repleta de autoridades, de pioneiros, de formadores e criadores da cidade de Palmas, os que estão à Mesa representam segmentos; mas, com a mesma força, também aqueles que assistem pela plateia, até pela evidência da importância da sessão.

Portanto, eu convido, para compor a Mesa, a Prefeita do Município de Palmas, Sra. Cinthia, nossa Prefeita; o Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, representando o Poder Legislativo Estadual; a Sra. ex-Deputada Federal, Prefeita de Palmas, Nilmar Gavino Ruiz; o Sr. ex-Prefeito da cidade de Palmas Carlos Amastha; e o Sr. Senador da República Irajá Abreu.

Temos ainda chegando a esta solenidade vários Parlamentares, Prefeitos, ex-Prefeitos.

Convido o Prefeito da cidade de Colinas, Adriano Rabelo, para representar os Prefeitos dos 139 Municípios do Estado do Tocantins.

Registrarmos os demais convidados, até para facilitar a nominata das homenagens que ocorrerão e os discursos, mas com muito destaque agradecendo à presença da Sra. Deputada Cláudia Lelis, do Estado do Tocantins; o Sr. Deputado Cleiton Cardoso; Sr. Deputado e ex-Vereador de Palmas, assim como o Cleiton Cardoso, Ivory de Lira; Sr. Issam Saado, Deputado Estadual; Sr. Jair Farias, Deputado Estadual; Sr. Leo Barbosa, Deputado Estadual; Sr. Olyntho Neto, Deputado Estadual; Leo Barbosa, ex-Vereador de Palmas; Sr. ex-Vereador de Palmas, Valdemar Júnior, pioneiro da capital; Secretária de Assistência Social do Município de Palmas, Presidente da Fundação da Infância e Juventude de Palmas, Sra. Valquíria Rezende; Sr. Vice-Prefeito, Prefeito em exercício, Prefeito de Paraíso do Tocantins, Celso Moraes; Vereador do Município de Palmas, representando a Câmara Municipal de Palmas, Vereador Tiago Andrin; representando o Comandante do Corpo de Bombeiros Militar de Tocantins, Major Lindomar Carlos de Matos; Cônsul da Colômbia, Sr. Júlio César Algere; Conselheiro da Embaixada da África do Sul, Sr. Schalk Willem Malon; Terceiro Secretário da Embaixada da Belarus, Sr. Anton Gorbach; todas as autoridades; Sr. Senador, Senador suplente, Ogari Pacheco, nosso companheiro de composição de chapa.

Ao longo dessa cerimônia, registraremos também a presença de Líderes que estarão presentes.

Registro a presença do nosso querido Deputado Federal, pelo Estado do Paraná, ex-Ministro de Estado da Saúde do Governo Federal, Ricardo Barros. Registro a presença também da nossa pioneira ainda da criação do Estado de Tocantins, cantora e radialista, Márcia Pereira; membros da imprensa, aqui representados também pela Maju, da Gazeta do Cerrado; neste momento o meu querido Senador Rogério Carvalho, Senador do Partido dos Trabalhadores do Estado de Sergipe;

Convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Queremos registrar a presença do nosso Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Tocantins, José Omar de Almeida. Solicito à Secretaria da Mesa que providencie assento. É uma honra recebê-lo aqui nesta sessão, V.Exa. que, como um dos primeiros palmenses, da primeira poeira, acreditou no sonho de criação da nossa capital, assim como do nosso Estado.

Passamos, neste momento, à exibição de vídeos alusivos ao aniversário de Palmas, vídeos singelos, com algumas características tecnológicas da época. Fazemos essa observação porque são imagens emocionantes para todos nós, mas que obedecem ao padrão daquele momento em que todos vivemos o sonho da criação da capital.

Então, para todo o Brasil agora, para a TV Senado, as transmissões via internet – e tenho certeza de que o Presidente Toinho também repassará essas imagens na TV Assembleia, que é coligada à TV Congresso, Câmara e Senado –, então, neste momento, nós passamos à exibição de vídeos alusivos ao aniversário de 30 anos da nossa capital.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – ... palmenses aqui de verdade, cada um na sua fala.

Eu quero, neste momento, para abrir a sessão com a dinâmica que nós entendemos que seja a mais correta para a nossa sessão, passar aos pronunciamentos, pedindo, evidentemente, pelo número de inscritos, que nós evitemos as nominatas muito longas, por conta, objetivamente, de todos já terem sido citados, e aqueles que ainda não foram citados o serão durante os pronunciamentos dos demais.

Por ordem cronológica, nós vamos iniciar as nossas falas com a saudação aos ex-Prefeitos, por ordem de mandato. E os ex-Prefeitos que farão uso da palavra, pelo prazo de cinco minutos, o farão em nome de todos os ex-Prefeitos da cidade de Palmas: Prefeito Fenelon Barbosa, Prefeito da cidade de Palmas na sua implementação, o nosso primeiro Prefeito; Prefeito Eduardo Siqueira Campos, o primeiro Prefeito eleito da cidade de Palmas; Prefeito Odíl Rocha, ex-Prefeito de Colinas e ex-Prefeito de Palmas; Prefeita Nilmar Ruiz, que usará da palavra agora; assim como os demais Prefeitos, como o ex-Prefeito Raul Filho, o ex-Prefeito Amastha e a Prefeita Cinthia.

Portanto, com a palavra agora a ex-Prefeita Nilmar Gavino Ruiz, ex-Deputada Federal, ex-Secretária de Educação, nossa querida amiga. (*Palmas.*)

A SRA. NILMAR GAVINO RUIZ (Para discursar.) – Bom dia a todos aqui presentes. Fui pega de surpresa, não sabia que eu faria uso da palavra, e também que seria a primeira a fazer uso da palavra.

Mas quero cumprimentar a todos na pessoa do nosso Presidente da Mesa, nosso Senador Eduardo Gomes, amigo de muito tempo, companheiro de muitas lutas. Quando eu fui Prefeita de Palmas, Eduardo era o nosso Vereador, Presidente da Câmara, esteve no meu lugar como Prefeito de Palmas, comandando aquela cidade que tinha acabado – vamos dizer assim – de nascer.

Nós tivemos vários períodos. O primeiro de criação. O sonho de se ter, no Estado mais novo do País, a última capital criada do Brasil. Uma responsabilidade grande de se rasgar uma cidade, no centro do nosso País, que fosse irreversível.

Havia, naquele momento, um forte desejo de que a capital fosse em cidades mais antigas do antigo norte de Goiás. Mas havia o sonho, a determinação de Siqueira Campos, que foi o criador



do nosso Estado, em fazer uma capital como Brasília, uma capital planejada, uma capital que pudesse receber todos que, como eu, tinham o sonho, o desejo de ali ter uma condição diferente de vida, de ali ter seus sonhos, porque cada um que foi para Palmas... E a gente costuma dizer que o Brasil inteiro está lá em Palmas, porque nós temos famílias, nós temos pessoas de todos os Estados brasileiros que, como eu, tinham o sonho de poder ali colaborar. E Palmas é isso.

Palmas é a soma de sonhos e desejos. Palmas é uma soma de trabalho de pessoas que foram para lá cada uma com a sua missão, cada uma com a sua profissão, cada uma com o seu desejo de fazer. E ali construímos uma cidade diferente. Eu digo que a grande diferença de Palmas é justamente o amor, é o amor pela cidade, é o desejo de ali se construir uma civilização diferente.

Eu tive o privilégio... Eu sou professora, nasci no Rio de Janeiro, mas morei 20 anos aqui em Brasília. Aqui eu me formei professora. Eu era concursada da Secretaria de Educação e coordenava o Projeto Meninos e Meninas de Rua, do Distrito Federal, quando fui convidada pelo, então, primeiro Prefeito eleito, Eduardo Siqueira Campos, para ali poder – vamos dizer assim – fazer com que o meu sonho de professora em ver a educação, que é a base de formação de uma sociedade, ser edificada naquela cidade que estava iniciando.

E eu digo que, para uma professora, quando se coloca uma missão em que você pode fazer com que os seus sonhos se transformem em realidade, é uma proposta irrecusável.

E foi assim que eu fui para lá. Fui para Palmas, primeiro, para organizar a educação de uma cidade recém-criada. Eu fui para lá com o objetivo, com o sonho de fazer com que, naquela cidade, com pessoas de diversos locais, elas pudessem ali...

(Soa a campainha.)

A SRA. NILMAR GAVINO RUIZ – ... ter seus filhos, ter a sua família consolidada.

Mas eu, sinceramente, nunca sonhei ser Prefeita de Palmas. Eu fui trabalhar pela educação. Depois de ser Secretária de Educação de Palmas, eu fui Secretária de Educação do Estado. E, em 1998, então – eu brinco, digo que na minha família não temos nem síndico de bloco, quanto mais político, a política estava muito longe de mim –, foi quando eu fui candidata a Deputada Federal, fui a mais votada na capital; e, em 2000, eu entrei, então, para uma eleição para Prefeita de Palmas, fui eleita, tive o privilégio de ser Prefeita de 2001 a 2004.

Eu estive na comemoração de 30 anos ao lado da nossa Prefeita Cinthia Ribeiro e falei para ela assim: "Olha, Palmas é tão diferente, tão diferente, que no aniversário de 15 anos tinha uma mulher, a primeira mulher Prefeita da nossa capital; e agora, com 30 anos, nós temos novamente uma outra mulher, comemorando – eu digo – a entrada para a idade adulta da nossa cidade". Com 15 anos, eu era Prefeita de uma Palmas adolescente; agora nós temos aí uma cidade entrando na fase adulta, uma cidade linda, e uma cidade pela qual, eu tenho certeza, assim como eu, todos que estão aqui, cada um de um Poder, cada um de um setor diferente, tem o mesmo amor e a mesma vontade de ver Palmas cada vez melhor, de ver Palmas oferecer cada vez mais qualidade de vida e de ver Palmas trazer felicidade para todos nós, que estamos lá, construindo essa bela e linda cidade.

Muito obrigada, Presidente, pela oportunidade de falar...

(Soa a campainha.)

A SRA. NILMAR GAVINO RUIZ – ... e quero agradecer a todos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Neste momento, passamos a palavra ao Prefeito por dois mandatos, eleito para dois mandatos, Prefeito Carlos Amastha, ex-Prefeito de Palmas e pioneiro da capital também. (*Palmas*.)

Registrarmos – antes da fala do nosso ex-Prefeito Amastha – a presença do Deputado Federal Osires Damaso, e a presença, para a nossa honra também, do nosso Magnífico Reitor da Universidade Federal do Estado de Tocantins, Eduardo Bovolato.

Com a palavra o Prefeito Amastha.

O SR. CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA (Para discursar.) – Bom dia!

Cumprimento todas as autoridades presentes na pessoa do meu amigo e grande entusiasta da política tocantinense e brasileira, Senador Eduardo Gomes; e a todos os demais presentes, em nome da nossa Prefeita Cinthia Ribeiro.

Hoje, com imensa alegria, celebramos aqui os 30 anos de um sonho que é comum a todos nós, um sonho de proporções gigantescas. E é por isso que esse sonho é sonhado e vivido por gente com vontade e talento também gigantes, gente que ergueu e hoje cultiva uma cidade que caminha com alegria e coragem na direção do futuro.

Em 1989, a história foi feita, no coração do Brasil, ao ser lançada a pedra fundamental da capital do Tocantins, da mais nova capital brasileira. Foi quando o então Governador Siqueira Campos – a quem aqui homenageio – ligou o trator que rasgaria a terra onde hoje se descortina a Avenida Teotônio Segurado.

Trinta anos depois, cada um de nós, cada palmense de coração, em seu dia a dia, na escola, nas repartições públicas, no comércio, nas praças, do mais próspero ao mais humilde, também transforma sonho em realidade.

Na última cidade planejada do século XX, na terra de oportunidades e de vida nova, pioneiros também enfrentaram enormes desafios, mas, com coragem e fé, criaram a base do que somos hoje. Fazem parte da história, cada um com seu legado, os Prefeitos de Palmas: Fenelon Barbosa, Eduardo Siqueira Campos, Odir Rocha, Nilmar Ruiz, Raul Filho, Cinthia Ribeiro e, obviamente, eu.

Construímos, todos, uma cidade vibrante, alegre, hospitaléira. Recebemos muito de tantos lugares, e hoje, de uma forma muito carinhosa, posso dizer que representamos a essência do que é ser brasileiro. Como Prefeito, posso dar o meu testemunho de que vivi os melhores anos da minha vida.

Assumi a Prefeitura de Palmas em 2013, e a nossa querida capital avançou como nunca. Se não havia mais o dinheiro federal em abundância, fomos buscar outras formas de financiar os nossos projetos. Equilibrarmos as finanças, cortamos despesas, cargos comissionados, regalias, mudamos as práticas e buscamos eficiência. Tornamos Palmas uma cidade sustentável de verdade.

Palmas foi a primeira capital a universalizar os serviços de coleta e tratamento de esgoto, com a construção de quatro novas estações e a ampliação da rede de água tratada. A primeira capital a atingir 80% dos alunos em regime de tempo integral, a capital com maior e melhor Ideb na 9ª série, a capital que virou um fenômeno nas redes sociais. Chegou aos quatro cantos do mundo num depoimento emocionado no dia de minha renúncia, por meio de um vídeo apaixonante, sobre a nossa escola trilíngue Almirante Tamandaré.

Que emoção falar de educação! E educação não é prioridade, mas, sim, o principal.



Palmas foi também a capital que fez uma nova saúde com identidade própria, a primeira capital a ter 100% de cobertura na atenção básica e uma saúde de referência, com a implantação de 19 novas unidades de saúde em cinco anos. A capital do maior programa de residência municipal médica do Brasil. Criamos o primeiro centro de fisioterapia do Tocantins, completo.

Desculpe-me um aparte, mas cabe aqui agradecer ao nosso ex-Ministro Ricardo Barros, que está presente, e que foi grande parceiro para que a gente conseguisse todos esses logros.

Implantamos também o Ambulatório de Atenção à Saúde, que funciona como um hospital de pequeno porte, realizando pequenas cirurgias. Melhoramos significativamente a saúde municipal num momento em que aumentava a demanda por causa da falência do plano de saúde dos servidores estaduais e do colapso no Hospital Geral de Palmas.

Temos mais conquistas. Palmas é a capital onde mais se pratica esportes e com menor índice de gordura, segundo o Ministério da Saúde. É a capital que conseguiu a maior redução no número de mortes no trânsito: mais de 60%. Com menos acidentes, diminuímos a lotação dos hospitais. É a capital do melhor serviço de atendimento ao cidadão, com o programa Resolve Palmas, que chegou a três unidades, atendendo a cidade inteira com máxima eficiência. E mais: é única capital com nota "triple A" no ranque de crédito e confiabilidade.

Assim, deixamos para a Prefeita Cinthia mais de R\$300 milhões aprovados para todas as obras de infraestrutura da cidade e que agora devem ser iniciadas.

Os dados que mencionei não são somente informações e discurso; são conquistas que estão marcadas em cada cidadão palmense que teve sua vida modificada para melhor.

Sinceramente, não posso deixar de registrar aqui os sentimentos que guiaram a gestão e que nos serviram de motivação para superar os obstáculos que nos eram colocados dia a dia. Vencemos muitas batalhas. Foi a gestão mais vigiada, fiscalizada, investigada, analisada, criticada, debatida, mensurada, avaliada e, finalmente, aprovada da história do Tocantins.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA – Fui Prefeito na era em que os órgãos de controle ganharam mais personalidade e estrutura para fiscalizar, quando a imprensa se tornou mais crítica e independente e quando a oposição teve mais liberdade para fiscalizar e exercer o seu papel. Fui Prefeito quando as redes sociais deram voz ao cidadão, a ponto de cobrar do Prefeito, até de madrugada, por uma lâmpada queimada ou para criticar e elogiar um programa e até mesmo fornecer sugestões, configurando, na prática, a tão sonhada democracia direta. Mas eu soube fazer de tudo isso os meus melhores aliados. Tive, ao meu lado, em todas as horas, a população, acompanhando de perto cada passo, não me permitindo errar. A um estrangeiro não é permitido errar. Eu sabia que a cobrança seria maior, que o perdão às falhas permitidas aos políticos tradicionais a mim não seria concedido.

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA – Mas nunca estranhei a cobrança e a pressão. Enfrentei as ofensas e absorvi as críticas. Não levei desafogo para casa, mas soube aproveitar os bons conselhos. Tudo isso me fez uma pessoa melhor. Não apenas um político mais experiente, mas um ser humano que sabe da sua capacidade de melhorar a vida das pessoas. Isso faz valer a pena. Disso se trata.



Neste momento de celebração dos 30 anos da nossa cidade, faço um pedido: desejo e espero que a atual e as futuras administrações deem continuidade aos avanços conquistados e continuem alavancando o crescimento e desenvolvimento de Palmas.

O futuro nos reserva um desafio imperioso. Que possamos caminhar juntos e abrir as portas de Palmas, abrir olhos, corações e mentes para o mundo. Nós já iniciamos esta jornada.

Sonhemos grande, sonhemos alto!

(Soa a campainha.)

O SR. CARLOS ENRIQUE FRANCO AMASTHA – Que sonhemos continuar a fazer de Palmas a melhor cidade do mundo para se viver!

Parabéns, Palmas!

Muito obrigado! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Queremos cumprimentar aqui, com satisfação, a presença, em nossa galeria, da Faculdade Faesa, de Vitória, através de seus alunos.

Sejam muito bem-vindos!

Esta exposição é uma homenagem à capital mais jovem do País, Palmas, capital de Tocantins, que, completou, no último dia 20, 30 anos de fundação, com a presença de muitos capixabas, muitos amigos do Espírito Santo que ajudaram a construir a nossa cidade.

Quero também registrar a presença do Senador Eduardo Girão, do Senador Alessandro, do Estado de Sergipe, nossos colegas aqui do Tocantins e Palmas também, com a presença muito forte do Ceará – principalmente, Palmas, Senador, porque foi criada por um cearense, Siqueira Campos.

O Senador Eduardo Girão, do Ceará, quer fazer uma saudação.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para discursar.) – Eu queria aqui, rapidamente, saudar a todos por esse marco da cidade de Palmas, que eu tive a oportunidade de conhecer, Senador Irajá, Senador Eduardo, em 2011. Até encontrei aqui a Cidiane, que me recebeu lá. Nós fomos lançar um filme na cidade. Eu sou entusiasta pelo cinema, produzo filmes e produzi um filme sobre Chico Xavier: As Mães de Chico Xavier. E nós lançamos, com muita honra – eu fui, pessoalmente, lançar –, esse filme. Fui muito bem recebido. Achei uma cidade muito bonita, muito planejada, um povo acolhedor.

E quero render meus parabéns aqui. Quando a gente fala em Palmas aqui no Plenário, os olhos do nosso Senador Eduardo brilham, do Senador Irajá, da Senadora Kátia Abreu também. E eu quero também dar os parabéns. Eu ainda não tive oportunidade de conhecer, pessoalmente, o ex-Prefeito Carlos, que veio da Colômbia. O trabalho que ele desenvolveu da gestão repercute no Brasil inteiro. Então, meus parabéns a um estrangeiro que veio para o Brasil e ajudou a construir esta Nação. Depois, eu vou cumprimentá-lo, porque não o conheço ainda. Um grande abraço.

Deus abençoe a todos! Parabéns a Palmas! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Muito obrigado, Senador Eduardo Girão, uma das grandes revelações do Congresso Nacional. A sua luta diária pela defesa de uma vida melhor à juventude, à família está sendo reconhecida pelo Brasil inteiro, em especial pelos tocantinenses.

Neste momento, passo a palavra, com muita honra, ao Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Tocantins, Toinho Andrade.



E a minha homenagem a todos os Deputados, inclusive os Deputados constituintes, porque, em nenhuma capital brasileira, a Assembleia Legislativa teve um papel tão determinante. Afinal de contas, as mudanças de sede da cidade de Taquaruçu ao Distrito de Canela e todas as informações tiveram na Câmara Municipal pioneira de Taquaruçu do Porto, Deputado Leo Barbosa, na Assembleia Legislativa, que implementava a capital, uma força impressionante para que a capital fosse possível, que esse sonho se tornasse realidade a partir das providências de criação do Município do Governador Siqueira Campos. Então, a Assembleia Legislativa do Estado Tocantins, de que eu tive a honra de ser servidor, de comparecer lá com o meu pai, o saudoso Zé Gomes, foi fundamental, Presidente, para a consolidação e para a realidade de Palmas hoje, 30 anos depois.

Passo, com muita honra, a palavra a V. Exa.

Também quero cumprimentar o Senador Izalci Lucas, que também é um entusiasta e um amigo do Tocantins e da cidade de Palmas, nosso Senador pelo Distrito Federal.

Com a palavra V. Exa.

O SR. TOINHO ANDRADE (Para discursar.) – Primeiro, quero cumprimentar o grande amigo que preside esta importante sessão, que ficará marcada na história do Senado, Senador Eduardo Gomes. Meus cumprimentos. Cumprimento o nosso Senador Irajá Abreu. Em seus nomes, quero saudar e cumprimentar todos os Senadores e Senadoras.

Quero saudar, de forma especial, a nossa Prefeita da capital, Cinthia Ribeiro, e a ex-Prefeita Nilmar Ruiz. Quero cumprimentar o ex-Prefeito Carlos Amastha.

Quero cumprimentar o Dr. José Omar, o nosso Procurador-Geral do Ministério Público.

Quero cumprimentar todos os Prefeitos presentes na pessoa do Adriano, Prefeito da cidade de Colinas.

Colegas, Deputados, Deputadas, Vereadores aqui presentes, é um dia importante, Senador Eduardo, porque sabemos da importância que tem a nossa capital.

Esta semana, fizemos também a nossa sessão em homenagem aos 30 anos de Palmas, quando homenageamos todos os Deputados constituintes que participaram daquele momento importante, daquele momento em que realmente vimos a importância da criação da nossa capital, Palmas.

Quero, neste momento singular em que nos postamos diante do espelho da história para celebrarmos juntos os 30 anos de Palmas, a capital do povo tocantinense, rememorar o épico discurso do então Deputado constituinte Siqueira Campos, que, da tribuna da Câmara Federal, na busca de apoio para a criação do Estado do Tocantins, apresentou aos seus pares a beleza do então norte goiano, a cultura, os costumes, as tradições e a luta de seu povo. Assim, ele disse:

Venho com as retinas impregnadas e a alma enriquecida das imagens do universo físico e espiritual da minha gente, de suas terras, dos seus rios, de duas belas e incomparáveis paisagens.

Venho do Bico do Papagaio, que o abandono e as injustiças tornaram violento.

Venho das margens do Tocantins, onde as lavadeiras batem as roupas dos ricos, vendo as águas levarem as energias da mocidade, desgastadas no repetido malhar nos batedouros...

Venho das margens do Araguaia, onde os pescadores, nas formulações dos seus sonhos, no renascer de suas esperanças, tostam a pele ao sol e olvidam as injustiças.

Venho das tristezas e do sofrimento da prisão injusta, mas venho carregado, portador privilegiado, das esperanças, das alegrias e da determinação de um povo que nasceu para ser livre, altivo, próspero e generoso.



Aqui cheguei com a determinação de cumprir não os compromissos de campanha, que não os fiz, mas os compromissos nascidos sob a chama conscientizadora da prisão injusta, imposta pelas forças de opressão, de trazer para o debate no Poder Legislativo a proposta libertadora da criação do Estado do Tocantins...

Sras. e Srs. Senadores, colegas Deputados e Deputadas, é dessa terra promissora que também estamos vindo, para, aqui, neste instante histórico, no Plenário do Senado Federal, reafirmarmos a nossa condição de guerreiros. Juntos com Siqueira Campos, também criamos Palmas, que, nesta sessão solene, é homenageada por seus 30 anos de existência.

A mais jovem capital do Brasil foi fundada em 20 de maio de 1989, logo após a criação do Estado do Tocantins pela Constituição de 1988, uma cidade planejada, com os seus traços idealizados pela mente soberana e sonhadora de Siqueira Campos e constituída pelos trabalhadores que vieram do interior do Tocantins e de vários outros Estados da Federação. Entretanto, somente a partir do dia 1º de janeiro de 1990 é que Palmas passou a ser a capital definitiva do recém-criado Estado do Tocantins, já que antes a cidade ainda não possuía condições físicas de sediar o governo estadual, que estava locado temporariamente no Município vizinho de Miracema do Tocantins.

Implantada pela visão futurista de Siqueira Campos, sob o olhar admirado e o resultado do trabalho árduo e esperançoso de milhares de brasileiros, Palmas ganhou largas avenidas, praças, parques, áreas habitacionais e administrativas e urbanidade moderna, se constituindo na capital com maior crescimento demográfico durante a primeira década do século XXI e, até hoje, com o brilho do sol acolhedor, continua recebendo brasileiros de todos os quadrantes do Brasil, que, naquelas terras de Teotônio Segurado, disseminam culturas, costumes e tradições de suas origens, construindo assim uma sociedade pluralista, com características distantes, o que contribui para a consolidação da diversidade cultural de sua gente.

Esta caminhada até aqui, em que Palmas comemora seus 30 anos de emancipação política, foi obstaculosa, em que o enfrentamento cotidiano, com as incertezas e dificuldades próprias do idealismo, foi desafiadora, mas o povo que se libertou dos grilhões do sul de Goiás, comandado por Siqueira Campos e um sem número de lideranças políticas, sindicais, empresariais, ruralistas, servidores públicos, profissionais liberais, o povo sonhador, ergueu-se no coração do Brasil uma cidade que hoje é exemplo de modernidade, de desenvolvimento e de qualidade de vida e que, acima de tudo, se expressa no coração de quem a conhece como um exemplo de persistência, determinação e idealismo.

Este sentimento e ação de pioneirismo somente foram possíveis graças à contribuição política e as ações parlamentares de cada Deputado Estadual constituinte, além da interação dos integrantes das legislaturas subsequentes, que somaram forças aos governantes estaduais e aos expressivos Prefeitos Fenelon Barbosa, Eduardo Siqueira Campos, Odir Rocha, Nilmar Ruiz, Raul Filho e Carlos Amastha e à atual Prefeita Cinthia Ribeiro, que, através de suas gestões transformadoras e prepositivas, moldaram, tijolo a tijolo, metro a metro, palmo a palmo, essa bela e aconchegante cidade, que a cada dia brilha, reluzente e pulsante, para todo o Brasil.

Não é possível escrever a história de Palmas...

(Soa a campainha.)



O SR. TOINHO ANDRADE – ... sem nela inserir a importância dos nossos Congressistas, que, desde a sua fundação, vêm diuturnamente contribuindo para instalar na capital do povo tocantinense mais desenvolvimento e, consequentemente, mais qualidade de vida.

Neste contexto, enalteço aqui, nesta oportunidade, a atuação expressiva em favor da nossa gente dos nossos Deputados Federais Carlos Gaguim, Vicentinho Júnior, Tiago Dimas, Dulce Miranda, Dorinha Seabra, Célio Moura, Eli Borges, Osires Damaso, além dos nossos Senadores: Irajá Abreu, nossa querida Kátia Abreu e, em especial, nosso companheiro de caminhada Eduardo Gomes, que nos honra com esta iniciativa de celebrar os 30 anos de Palmas aqui no Plenário do Senado Federal.

Seria de nossa parte uma grande...

(Soa a campainha.)

O SR. TOINHO ANDRADE – ... injustiça se, nesta oportunidade em que enaltecemos homens e mulheres que com as suas atuações construíram condições para que Palmas fosse possível, não destacássemos as expressivas atuações dos nossos ex-Deputados e ex-Senadores que, enquanto (*Palmas.*) compuseram as forças políticas do Congresso Nacional, lutaram para que o Tocantins trilhasse os caminhos do desenvolvimento e para que a capital do povo tocantinense abrisse suas janelas para um futuro de glória e de progresso.

Finalizando o meu pronunciamento, novamente recorro ao histórico discurso de Siqueira Campos e dele faço uma releitura para simbolizar este momento singular para o povo tocantinense. E revelo:

Venho das terras férteis...

(Soa a campainha.)

O SR. TOINHO ANDRADE – ... e úmidas de matas densas e elevadas, próprias da Amazônia, do selvagem e rico mundo amazônico, envolvendo o Rio Araguaia e o Tocantins, este que nos permitiu o Lago Luís Eduardo Magalhães, que banha nossa instigante e humanizada capital Palmas....

Venho, pois, de Palmas e tenho o coração carregado de orgulho por aqui estar como Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Tocantins, carregando na alma as esperanças, as alegrias e convicções da determinação de um povo que nasceu para ser livre, altivo, próspero e generoso.

Aqui cheguei, ladeado pelos meus pares, ombreados por expressivas lideranças tocantinenses, para, juntamente com todos os presentes, nesta histórica sessão solene...

(Soa a campainha.)

O SR. TOINHO ANDRADE – ... celebrar um conjunto de conquistas que emolduram com gratidão e sentimento de dever cumprido, estes 30 anos de história da capital de todo o povo tocantinense e daqueles que ainda vão chegar.

Viva o Tocantins!

Viva Palmas!

Viva Siqueira Campos! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Quero registrar, após a fala do nosso Presidente da Assembleia Legislativa do Estado Tocantins, a presença do grande Senador Jorge Kajuru, de grande audiência na cidade de Palmas



e no Tocantins, amigo do nosso Estado (*Palmas.*) que está aqui hoje; e do Senador Jayme Campos também, que ajudou muito na consolidação do Estado, pela parceria com os tocantinenses e os mato-grossenses que foram para lá construir também o seu futuro. Muito obrigado, Senador amigo.

Quero também registrar aqui a presença do Secretário de Governo da cidade de Palmas, ex-Presidente da Câmara Municipal de Palmas por dois mandatos, o nosso querido Carlos Braga, que foi Deputado Estadual também, na consolidação de Palmas; do Cel. Félix, que aqui recebe os nossos cumprimentos à toda Polícia Militar do Estado de Tocantins, Polícia pioneira; e do Deputado Olyntho Neto, que chegou agora há pouco – tinha um compromisso, mas está aqui na sessão, foi citado e está sendo citado novamente, nosso amigo.

Quero passar, neste momento, antes das falas dos Deputados Federais e Senadores, a um momento importante que é...

Agora, já há a chegada da Deputada Federal Dorinha, nossa amiga; do Prefeito Manoel Silvino, de Tocantínia, ex-Presidente da ATM; dos nossos Vereadores todos da cidade de Tocantins, grandes companheiros, que também ajudaram na consolidação de Palmas; e do Deputado Federal Tiago Dimas, que chega também para a nossa sessão.

E, neste momento, antes do cumprimento dos Deputados Federais e Senadores, passamos, então, para o pronunciamento da nossa Prefeita Cinthia, que tem sob sua responsabilidade os destinos da nossa capital, querida Palmas, nos seus 30 anos de fundação. Com a palavra a Prefeita Cinthia...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – O Senador Jayme Campos, para um cumprimento aos tocantinenses e aos palmenses, para a nossa honra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT. Para discursar.) – Sr. Presidente, permita-me um minuto apenas, com a devida vénia da Prefeita de Palmas, para também me associar a este momento de alegria, de festa nas comemorações dos 30 anos da emancipação política da cidade de Palmas e, sobretudo, para cumprimentar essa valorosa população desse Estado, Estado este que faz divisa com o nosso querido Mato Grosso, onde tive a oportunidade de ser Governador, e já é o meu segundo mandato como Senador da República. Eu não poderia deixar de, nesta oportunidade, também dizer que a alegria não é só do povo tocantinense, do povo de Palmas, mas também certamente do povo mato-grossense.

E aqui eu não posso deixar de reconhecer o trabalho dos políticos desse Estado, sobretudo do querido e velho amigo Siqueira Campos, que conheci lá na década de 1980. Inclusive, naquela oportunidade, ele era empresário no Município em que fui Prefeito por três mandatos, a cidade de Várzea Grande. Ele era colega aqui na Constituinte do meu irmão Júlio Campos, que foi Governador, Senador, três vezes Deputado Federal, Prefeito e que era muito amigo de Siqueira. Um belo dia, o Siqueira Campos me ligou – o Júlio me ligava – pedindo uma intervenção para resolver um problema que o Siqueira Campos tinha naquela cidade lá. Era problema em tese, pois, pelo contrário, era um grande cidadão e contribuiu também para Várzea Grande, numa parceria – ele tinha uma pequena indústria na nossa cidade.



E aqui eu posso deixar ao povo tocantinense a minha mensagem: feliz o Estado que tem uma representação do quilate, da estirpe do ilustre Senador Eduardo Gomes, que preside esta sessão. (*Palmas.*)

Eu tenho visto a sua luta aqui.

Há esse jovem, revelação da política nacional, que foi Deputado e que é o Senador atual Irajá. E, sem sombra de dúvida, eu posso afirmar aqui em alto e bom som que tem sido uma grata revelação pela sua forma de retidão de caráter, da sua luta incessante para nós construirmos um Brasil melhor, sobretudo um Brasil com mais oportunidade social.

E aqui nunca esquecemos uma das mulheres mais valorosas do Brasil que é a minha querida e estimada amiga Senadora Kátia Abreu, que tem lutado incessantemente para fazermos bons projetos, sempre defendendo os interesses da maioria do povo brasileiro. (*Palmas.*)

E aqui eu não posso me esquecer de um velho amigo meu que tive lá também e que foi Senador comigo também aqui: o querido amigo João Ribeiro, que deixou muita saudade aqui. (*Palmas.*)

Eu era vizinho de gabinete dele no meu primeiro mandato. Deus o quis levar, com pouco tempo de mandato, mas fazia um belo trabalho aqui.

Eu quero aqui render as minhas homenagens a todos vocês. Sra. Prefeita, em seu nome eu saúdo os demais moradores e municípios da cidade de Palmas. E, particularmente, registro também essa mesma felicidade que vocês comemoraram nesta data, junto com o Eduardo Gomes, velho e querido amigo, o Irajá, a Kátia e tantos nomes valorosos.

E faço um apelo aqui ao Eduardo, que preside esta sessão aqui, ao Irajá, aos Srs. Parlamentares, aos Deputados Federais aqui, para lutarmos para implantar a ligação da TO-500 que liga a cidade de Santana do Araguaia, passando pela Ilha do Bananal, indo até o Estado de Tocantins. É uma bandeira minha aqui. Aquela região do Mato Grosso, que é a região do Médio e do Baixo Araguaia, é de fundamental importância. Em que pese hoje ser uma das regiões mais prósperas do Mato Grosso, era tratada e chamada como Vale dos Esquecidos. Hoje ela é uma das regiões mais produtivas e tem hoje, com certeza, uma perspectiva...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - MT) – ... de desenvolvimento econômico e social pelo fato de ser composta de milhares de brasileiros que ali chegaram, goianos, paulistas, gaúchos, e implantaram uma nova civilização naquela região do meu Estado.

Sra. Prefeita, que representa muito bem as autoridades, empresários, Deputados Estaduais e Federais, tenha aqui a admiração do Senador Jayme Campos. Juntos, nós construiremos, com certeza, uma região próspera e desenvolvida para o nosso País.

Parabéns!

Que Deus nos abençoe.

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Muito obrigado. Muito nos honra a intervenção do nosso querido Senador Jayme Campos, tão competente e respeitado nesta Casa.

Faço o registro, neste momento, da presença do Prefeito da cidade de Araguaína, Ronaldo Dimas, ex-Deputado Federal, pioneiro do Tocantins, que, na implementação da cidade de Palmas, foi fundamental, como Presidente do Sistema Fieto naquela ocasião, ajudando a nossa cidade, e



como Secretário Estadual das Cidades, fundamental para as obras de infraestrutura da nossa capital. Sua presença aqui nos honra muito.

O Deputado Federal Eli Borges, ex-Vereador, pioneiro da cidade de Palmas, também nosso colega lá como Vereador, está aqui presente.

A todos os nossos amigos que agora compõem esta sessão, já robusta, para um momento importante, que é o pronunciamento da nossa Prefeita. Com a palavra a Prefeita Cinthia Ribeiro. (Palmas.)

A SRA. CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO (Para discursar.) – Muito obrigada, Presidente.

É com muita honra e com muita alegria que saúdo a todos vocês com um excelente dia. Aliás, como, na nossa capital, ficou conhecido durante muito tempo, saudar sempre com *muy buenos días* se tornou algo não só para nossa capital, mas para todo o Brasil uma missão muito importante e algo que veio, sem sombra de dúvida, para marcar um novo tempo na política do Brasil e no centro do coração do nosso País. Muito bom dia a todos.

Cumprimento a Mesa Diretora na pessoa do nosso Exmo. Sr. Presidente, Senador e amigo Eduardo Gomes. Para nós, é motivo de muita honra e muita alegria vê-lo nesta posição de hoje, principalmente por todo o histórico de vida que o trouxe para a vida pública. Pela amizade, o Senador Jayme Campos não deixa de nos emocionar, quando fala na pessoa do sempre querido e saudoso Senador João Ribeiro, sabendo a trajetória de vida. Deus uniu propósitos, Deus uniu vidas, Deus uniu mais do que isso, uma grande amizade que se perpetua ao longo desse tempo. Com certeza, o Senador João Ribeiro hoje nos acompanha, acompanha todo o Tocantins, acompanha Palmas, acompanha esta sessão com muito orgulho, principalmente por vê-lo nessa cadeira de Presidente, conduzindo esta sessão, com muito orgulho também por estar aqui hoje representando a nossa capital, Palmas.

Cumprimento todos os demais Senadores na pessoa do Senador Irajá; cumprimento também todos os nossos Deputados Federais, em nome da nossa querida Deputada Dorinha Seabra; cumprimento todos os nossos ex-Prefeitos, em nome da amiga e Deputada Nilmar Ruiz, essa pessoa muito querida, que tem todo um legado, toda uma trajetória por todo o Estado de Tocantins e também pela nossa capital, Palmas; assim como também estendo os meus cumprimentos ao ex-Prefeito, que tive a honra de suceder, o Prefeito Carlos Amastha; cumprimento todos os nossos Deputados Estaduais em nome do Presidente Antônio Andrade; cumprimento o nosso Procurador-Geral de Justiça, Dr. José Omar, grande amigo; cumprimento todos os pioneiros de Palmas em nome do grande amigo Henrique Fragata; cumprimento todos os servidores desta Casa em nome de duas pessoas muito especiais e que hoje me auxiliam na administração em Palmas, Guilherme e César Guimarães; cumprimento também todo o público que nos acompanha pela TV Senado, todos os internautas, especialmente os de Palmas.

Ocupar este espaço, hoje, tem um significado muito maior que a representação política de mandatária da capital mais jovem e a que mais cresce no Brasil. Dirijo-me a todos como Prefeita de Palmas, mas olho para este Plenário e enxergo aqui a minha história de vida. Esta Casa me propiciou a primeira oportunidade de trabalho depois que consegui a minha formação na cidade de Anápolis, Goiás. Aqui, nesta Casa, aprendi a compreender o alcance da política na vida das pessoas, dos debates de alto nível que tanto influenciam quem aqui orbita. E eu tive o privilégio de trabalhar com um mestre da política, o saudoso Senador Epitácio Cafeteira, cujos ensinamentos carrego para toda a vida, mas o Senador Epitácio Cafeteira tem uma participação ainda maior na



minha vida e na minha história. Foi pela amizade com ele que conheci o meu marido, o saudoso Senador João Ribeiro, outro... (*Palmas.*)

Perdão – a emoção toma conta da gente, não tem jeito, não é?

Ele foi outro mestre da política, um entusiasta do Tocantins, um apaixonado pelo Brasil, um Conselheiro da República, pai exemplar, homem público amado e reconhecido por todo o povo do Estado de Tocantins. Portanto, estar aqui hoje não é apenas um compromisso formal ou protocolar; é, talvez, um dos momentos mais emocionantes da minha vida. A Casa, que um dia me acolheu, hoje acolhe toda a cidade que eu tenho a honra de administrar.

O povo de Palmas deve muito a esta Casa pelo seu envolvimento na criação do Tocantins, pelos recursos carreados pelas bancadas tocantinenses que por aqui passaram e, muito recentemente, pela aprovação por esta Casa de um financiamento junto ao Banco de Cooperação Andina de Fomento, na casa de US\$60 milhões, que representarão um salto no desenvolvimento de Palmas, que nesta semana completou 30 anos. E aqui fica também o registro e o agradecimento público à Senadora Rose de Freitas, que em muito contribuiu para que esse empréstimo com a CAF fosse aprovado.

Exalto aqui também o Senador Eduardo Gomes, um palmense apaixonado; a Senadora Kátia Abreu, uma incansável batalhadora pelo protagonismo feminino; e o jovem Senador Irajá Abreu, de quem esperamos muito envolvimento nas causas do Tocantins e do Brasil. Todos foram muito bem votados em nossa capital, com bases sólidas e sérios compromissos com a nossa cidade.

Na condição de Vice-Presidente da Frente Nacional de Prefeitos, conclamo também toda a nossa bancada e os demais Senadores e Senadoras para que possamos ampliar o debate sobre o novo Pacto Federativo para que permita aos Estados e Municípios voltarem a investir na melhoria da qualidade de vida das suas populações.

Palmas ainda é uma cidade privilegiada, com saúde financeira e capacidade de endividamento que lhe permite buscar empréstimos internacionais. Mas não é esta a realidade da imensa maioria de Municípios, incluindo aí também o Estado do Tocantins, que hoje está impossibilitado de captar empréstimos para investimentos.

Nós somos o novo Brasil que cresce acima da média nacional, mas precisamos de investimentos para poder atrair investidores. Sobreviver apenas com o Fundo de Participação dos Municípios e os parcos impostos municipais tornou-se quase impossível para quem tem a responsabilidade com a saúde básica, a educação, o saneamento, parte da segurança, o transporte público, o lazer, a cultura e também a assistência social.

Essa sobrecarga sobre os Municípios deve e precisa ser aliviada o mais urgente possível, pois pode estar aí a chave para que o Brasil possa voltar a crescer, com cidades cada vez mais dinâmicas e Estados com capacidade de investimentos. Um modelo de recursos centralizados na esfera federal já se mostrou esgotado e incapaz de gerar crescimento.

Por isso, faço esse apelo para que o pacto federativo seja completamente revisto em favor das pessoas, pois é nos Municípios onde tudo acontece. O protagonismo está nas nossas cidades.

Eu digo isso porque as pessoas que nelas vivem precisam única e exclusivamente do apoio tanto do Governo Federal como do Governo do Estado e da gestão pública.

Esse é o pedido maior que Palmas faz a todo o Brasil. Vamos retribuir com muito crescimento, exibindo assim uma invejável qualidade de vida e um celeiro de oportunidades de negócios que se multiplicam a cada ano.



Uma cidade que atinge a população de 300 mil habitantes em apenas 30 anos, em pleno cerrado brasileiro, onde não havia absolutamente nada, na isolada margem do Rio Tocantins, merece um olhar mais atento de todo o Brasil.

E foi nesse olhar acurado que o visionário criador do Estado do Tocantins recaiu sobre uma área localizada entre uma serra e um rio, que mais tarde se transformaria em um lago.

Este homem de uma geração que pensava grande é Siqueira Campos (*Palmas.*) Deputado Federal por cinco mandatos, quatro vezes Governador do Tocantins, idealizador, criador e construtor de Palmas, hoje primeiro suplente do Senador Eduardo Gomes, também amado e reconhecido por todo o seu povo.

Neste aniversário de 30 anos, Palmas se reconciliou com essa história, resgatando sentimentos puros e verdadeiros do nosso bairrismo, que toma conta da cidade. O palmense se orgulha da sua cidade e da sua história; orgulha-se de ter contribuído com tudo isso. E eu me orgulho mais ainda e me sinto gratificada.

Nós vivemos um momento único. Todos os nossos ex-Prefeitos de Palmas encontram-se ativos e com os seus legados vivos...

(Soa a campainha.)

A SRA. CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO – ... assim como o nosso criador do Estado do Tocantins, Siqueira Campos, está presente para vivenciar isso, para, juntos, marcarmos um novo tempo, um tempo em que os interesses pessoais e particulares fiquem em segundo plano, porque sabemos que Palmas é o nosso verdadeiro amor maior.

Realizamos, ainda esta semana, a maior festa de aniversário da história da capital de todos os tocantinenses. Mais de 100 mil pessoas estiveram juntas nas margens do lago tão sonhado por Siqueira Campos, celebrando os 30 anos, com artistas filhos da terra. A dupla Henrique e Juliano, os maiores astros da música sertaneja no Brasil atualmente, dois garotos nascidos no Tocantins e investidores no nosso Estado, cantaram ao lado dos nossos artistas regionais durante quase quatro horas! Toda essa emoção que me trouxe até aqui para narrar esses momentos num lugar tão marcante para mim, que é o Tocantins, só me permite dizer: Palmas, muito obrigada.

Eu tenho que agradecer também ao Senado por ser um grande parceiro, do qual esperamos sempre uma grandeza no debate de grandes temas nacionais, que também nos interessam. A democracia passa por aqui, e ela é aperfeiçoada. Palmas e o Tocantins são frutos dessa democracia. Nasceram junto com a Constituição cidadã.

Por fim, eu faço um convite a todos os Senadores e Senadoras, a todos os servidores desta casa e também aos que nos assistem pela TV Senado e pela internet: visitem Palmas. Venham conhecer essa extraordinária aventura do homem moderno, de construir uma cidade maravilhosa, rica, ampla e moderna. Não tenham medo do calor, porque Palmas é a capital do calor humano. Venham se sentir cada vez mais abraçados.

Muito obrigada pela oportunidade, que Deus abençoe ricamente a vida de cada um de vocês, um grande beijo...

(Soa a campainha.)

A SRA. CINTHIA ALVES CAETANO RIBEIRO – ... de todo o povo palmense. Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Nossos agradecimentos à Prefeita Cinthia pelo seu pronunciamento.



Passamos agora à homenagem registrada pelos nossos Parlamentares Deputados Federais e, em seguida, pelos Senadores, não antes de citar os nossos amigos e companheiros: Vereadores Valci Xerente, Raimundo Xerente, Afonso Tavares, João Alberto, Cimar Carvalho, Sérgio Caldeira, meu querido amigo Jairo Ribeiro, da cidade de Araguatins, nossos Vereadores, que vamos citando à medida que os pronunciamentos chegam, até porque Palmas é uma cidade que, assim como o Estado do Tocantins, tem uma marca profunda nos Legislativos Municipais. Foi da Câmara Municipal da cidade de Colinas, no Tocantins, que saiu então o Vereador Siqueira Campos para a carreira de Deputado Federal, no único objetivo de criação do Estado, e foi da Câmara Municipal pioneira de Taquaruçu do Porto a providência de mudar a sede do Município, fundamental, sem a qual nós não teríamos a cidade de Palmas.

Liderados por Siqueira Campos, pelo Prefeito de Taquaruçu do Porto, Fenelon Barbosa, os Vereadores pioneiros da nossa capital fizeram com que esse sonho se tornasse realidade antes de toda esperança coletiva que consolidou a nossa cidade. Portanto, com muita honra é que passo a palavra a um palmense também, Deputado Federal, ali pertinho de Palmas, mas com uma vida longa, gerador de empregos, grande pioneiro, o nosso Deputado Federal Osires Damaso, para o seu pronunciamento e a sua saudação neste momento. (*Palmas.*)

O SR. OSIRES DAMASO (Para discursar.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero saudar nosso Senador Eduardo Gomes e parabenizá-lo pela iniciativa de prestar esta homenagem à nossa capital Palmas; saudar, com muita alegria, o nosso Senador Irajá Abreu; deixar aqui também o meu abraço à nossa Senadora Kátia Abreu; cumprimentar, com muita alegria, nossa Prefeita Cinthia Ribeiro; saudar o Dr. José Omar, Procurador-Geral de Justiça, nosso grande amigo; cumprimentar, com muita alegria, o nosso Presidente da Assembleia Legislativa, Toinho Andrade, e parabenizá-lo pelo trabalho que vem desenvolvendo – só tenho ouvido elogios da sua gestão, companheiro, parabéns!

Quero saudar nossa ex-Prefeita Nilmar Ruiz, que tanto contribuiu com nossa capital, Palmas; saudar o Prefeito de Colinas, Adriano Rabelo; cumprimentar o nosso ex-Prefeito Carlos Amastha, com muita alegria; saudar, com muita honra e alegria, nossos Deputados Estaduais, companheiros de Parlamento que hoje nos prestigiam aqui, nesta solenidade; cumprimentar todos os Prefeitos presentes na pessoa do Prefeito Celso Moraes, da nossa cidade de Paraíso; cumprimentar todos os Vereadores presentes na pessoa do Vereador Bonfim, da cidade de Guaraí; saudar todos os secretários do Município de Palmas presentes; cumprimentar os Senadores aqui presentes, que prestigiam este momento festivo de Palmas; saudar nossos pares, a Deputada Federal Professora Dorinha, Tiago Dimas, Célio Moura, Eli Borges; e saudar, com muita alegria, o Magnífico Sr. Luis Eduardo Bovolato, Reitor da UFT, do Estado do Tocantins, que nos prestigia, e os demais convidados.

Senador Eduardo Gomes, é com muita alegria que ocupo esta tribuna, porque faço parte da história de Palmas. Cheguei a Paraíso, cidade vizinha, com dois anos de idade. E, naquele momento difícil, já um pequeno comerciante surgiu no nosso Estado do Tocantins porque viu a oportunidade para centenas e milhares de brasileiros. E a capital Palmas foi a cidade próxima com a visão extraordinária do nosso ex-Governador Siqueira Campos de escolher aquela região, que era tão esquecida no Estado de Goiás. A dificuldade era tão grande que, mesmo depois de capital, de Paraíso a Palmas era uma estrada que parecia um trieiro para poder chegar à capital. E meu irmão, o ex-Vereador Damaso, ali foi morar, e ali nós estabelecemos um comércio e começamos a comercializar hortifrutigranjeiros naquelas cantinas das construtoras da nossa querida Palmas.



Comemos muita poeira, com muita dificuldade, mas hoje, Prefeita Cinthia, vemos que valeu a pena. Valeu a pena por todo o trabalho dos tocantinenses e de líderes que vieram de todos os rincões do Brasil ocupar nossa capital Palmas.

Quero parabenizar todos os Prefeitos que ali passaram na gestão, porque eu tenho certeza de que hoje Palmas é um orgulho para todos os tocantinenses porque é a capital mais próspera e mais bonita do Brasil. Não tenho dúvida disso, e tenho a alegria de, quando estou conversando com alguém que ainda não conhece o Tocantins, sentar e falar "se você conhecer Palmas, você vai querer se mudar para o Tocantins", porque Palmas é uma cidade próspera, uma cidade de oportunidades e, acima de tudo, ainda é a capital mais tranquila para poder se viver e se morar.

Então, parabéns a todos os palmenses, na pessoa da nossa Prefeita Cinthia, que quero parabenizar pela gestão, pela determinação, pela vontade de estar fazendo um trabalho em Palmas. O exemplo foi a comemoração dos 30 anos da nossa Palmas, uma festa linda, maravilhosa, onde eu pude presenciar mais de 100 mil pessoas prestigiando aquela grande festa.

(Soa a campainha.)

O SR. OSIRES DAMASO – Parabéns, Prefeita Cinthia!

Parabéns a todos os palmenses!

Parabéns ao nosso Senador Eduardo Gomes por esta homenagem à nossa capital!

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Agradecemos ao Deputado Damaso e, neste momento, passamos a palavra ao Deputado Federal Tiago Dimas.

O SR. TIAGO DIMAS (Para discursar.) – Bom dia a todos.

Quero cumprimentar nosso Senador Eduardo Gomes, com muita honra hoje nosso Presidente aqui; o Senador Irajá...

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO DIMAS – ... também a nossa Prefeita, Cinthia Ribeiro; o nosso Procurador-Geral, José Omar; o nosso Presidente da Assembleia, Toinho Andrade; os Prefeitos e ex-Prefeitos que nos acompanham aqui e abrilhantam esta sessão solene; os Deputados Estaduais; e os Vereadores também.

Permitam-me não citar mais, pelo avançar do horário – eu sei que, já, já, haverá sessão, Eduardo, com votação no Senado –, mas eu não poderia deixar de falar da minha satisfação, da minha alegria, como jovem que sou, de ter nascido praticamente junto com Palmas e hoje poder representar todo o Estado do Tocantins e também a nossa capital aqui no Congresso Nacional, capital que é um marco importantíssimo na política nacional e no desenvolvimento nacional do País e que tem um papel fundamental. Foi uma precursora de muito desenvolvimento e mudou a vida de muitas famílias, inclusive da minha própria, porque eu tenho tios, tias, alguns parentes que moram em Palmas e que hoje a têm como um celeiro, como um berço da família em si e no desenvolvimento pessoal.

Então, quero hoje aqui simplesmente parabenizar todos os palmenses pela comemoração de seus 30 anos e, claro, reafirmar aqui o nosso compromisso. Não poderia deixar de fazer isso diante de uma plateia tão seleta, dos nobres colegas Deputados Federais, os quais eu cumprimento. E quero colocar que estamos aqui trabalhando muito, tenho certeza. Tenho acompanhado o nosso Senador Eduardo, toda a bancada, que está empenhada, Cinthia, em poder ajudar no



desenvolvimento da capital. A gente tem votado aqui, diariamente, matérias importantíssimas. Eu, juntamente com o Deputado Osires Damaso, estamos lá na Comissão Especial do Fundo de Participação dos Municípios, que vai...

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO DIMAS – ... elevar o repasse para os Municípios. Eu acho que é isso que precisamos colocar. Você foi muito feliz nas suas colocações, demonstrando a necessidade de o Congresso e de a legislação fortalecerem ainda mais os Municípios.

Apesar de Palmas – eu tenho certeza – ter muito mais recursos que os outros Municípios, precisa cada vez mais, porque eu tenho certeza de que são muitos os desafios pela frente.

A capital está de parabéns! É uma cidade muito linda, acolhedora, com um povo realmente muito honrado e que representa muito bem o nosso Tocantins.

Então, parabéns, Eduardo, por provocar um momento especial como este! E parabéns a todos vocês que hoje fazem este momento aqui importantíssimo, em que Palmas está, mais uma vez, no cenário nacional aqui em Brasília.

Parabéns a Palmas! Parabéns a todos vocês! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Neste momento, convido para o seu pronunciamento o Deputado Célio Moura, Deputado Federal, pioneiro também do Tocantins, nosso amigo do Partido dos Trabalhadores.

O SR. CÉLIO MOURA (Para discursar.) – Bom dia a todos e a todas.

Quero cumprimentar, com muito orgulho, meu conterrâneo, o Senador Eduardo Gomes. Eu tive a honra de filiá-lo no bloco Popular do PMDB lá atrás.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Antes de Palmas.

O SR. CÉLIO MOURA – Quero cumprimentar o Senador Irajá Abreu, essa pessoa tão importante aqui no Senado Federal, que é uma revelação no Congresso Nacional. Mande um abraço para a Senadora Kátia Abreu.

Cumprimento também, com muita satisfação, a nossa Prefeita de Palmas, minha amiga Cinthia Ribeiro.

Quero cumprimentar, com muito prazer também, o companheiro Dr. José Omar, lá de Ceres, Goiás, nosso Procurador do Tocantins; cumprimentar também, com muita satisfação, o Presidente da Assembleia Legislativa do nosso Estado, Toinho Andrade, esse companheiro de Porto Nacional, que honra muito o Estado de Tocantins; cumprimentar todos os Prefeitos aqui presentes, na pessoa do ex-Prefeito de Palmas, um homem que embelezou aquela cidade, meu amigo Carlos Amastha, Presidente da Fundação do PSB aqui no Brasil, e dizer da satisfação de ter sido seu Vice nas eleições suplementares.

Quero cumprimentar também a ex-Prefeita Nilmar e todos os Prefeitos aqui em presentes, principalmente o nosso Prefeito de Colinas e o meu Prefeito da cidade de Araguaína, Ronaldo Dimas; cumprimentar todos os Deputados Federais dessa bancada valente e guerreira que nós temos no Tocantins, Deputados preocupados com o crescimento do nosso Estado.

Quero cumprimentar também os Deputados Estaduais aqui presentes, vários amigos. Não vou nominar todo mundo para não esquecer nenhum nome.

Quero dizer também da satisfação de estar aqui no Senado Federal, esta Casa que honra muito o Brasil, e dizer também que Palmas, a mais nova capital do Brasil, é o orgulho de todos os brasileiros. Quem vai a Palmas se encanta com a beleza das ruas, a sua arquitetura, a sua



localidade, nas margens do saudoso Rio Tocantins. E quero dizer da satisfação, mesmo morando a 370km, Araguaína, de ter lutado tanto para a capital ser na nossa cidade. Hoje me contemplo com a grandeza que é Palmas. (*Palmas*.)

Palmas o Brasil todo tem que conhecer.

Quero concluir deixando um abraço a todos os palmenses pelos seus 30 anos, saudando todos os moradores daquela cidade, todos os pioneiros de Palmas, que construíram...

(Soa a campainha.)

O SR. CÉLIO MOURA – ... em várias mãos, a cidade mais bela do Brasil.

Um forte abraço a todos. Parabéns, Palmas!

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Agradeço ao Deputado Célio Moura.

Enquanto aguardamos à tribuna o nosso querido ex-Vereador, Deputado Estadual por vários mandatos e, agora, para a nossa honra, Deputado Federal Eli Borges, eu passo a palavra ao Senador Wellington Fagundes, que vai fazer uma saudação breve aos palmenses, já que ele ajudou muito na consolidação do nosso Estado, como Deputado Federal e como Senador da República.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para discursar.) – Quero saudar aqui a todos os irmãos e irmãs tocantinenses.

O Rio Araguaia é aquilo que nos une. A nossa região, Mato Grosso e Tocantins, tem toda uma história conjunta.

Eu quero aqui, Senador Eduardo Gomes, saudá-lo, porque é o proponente desta sessão, junto com o Senador Irajá, e saudar todos da Mesa, mas não poderia deixar de cumprimentar aqui e citar a Prefeita de Palmas, a Sra. Cinthia Ribeiro, até porque também tive um laço de amizade muito grande com o Senador João Ribeiro, do meu partido, que, infelizmente, perdeu a vida muito cedo, em 2013.

Quero aqui também registrar que, fruto desse casamento, há o João Antônio, não é? O meu filho também se chama João Antônio, que fez aniversário há poucos dias – e eu estava aqui também a registrar com muita felicidade –, ele fez 33 anos.

Desculpem-me, aqui, não cumprimentar todos, até porque o Presidente já disse: "Seja rápido, há muita gente para falar".

Quero aqui saudar todos os representantes escolhidos por vocês tocantinenses para a Câmara dos Deputados, para o Senado da República. Por isso, cumprimento o Senador Irajá, esse jovem que tem aqui encantado todos nós com um trabalho firme, com muita seriedade, companheiro da Frente Parlamentar em Defesa do Municipalismo, atuante. Eu vejo que é um bom exemplo para o Brasil. Aliás, o Senador Davi fez questão de até quebrar o protocolo, o Regimento, porque o Regimento é muito claro que caberia o cumprimento ao Senador mais antigo, mais experiente. Mas o Senador Davi, na posse, fez questão de chamar também, neste novo momento do Brasil, o Senador mais jovem, para mostrar exatamente a força da juventude brasileira.

Também cumprimento a Senadora Kátia Abreu pela sua competência, pela sua experiência. É a demonstração de que o Estado do Tocantins teve a grande competência de escolher três Senadores atuantes.

Por isso, Senador Eduardo, com quem também tenho dividido aqui, nesta Casa, junto com a Frenlog (Frente Parlamentar de Logística, Transporte e Armazenagem), agora, no dia 29, todos inclusive estão convidados para o relançamento da frente, que será lá na CNT.

Sr. Presidente, Palmas, como já ressaltado, foi planejada e...



(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... edificada para ser a capital do Tocantins e chega aos seus 30 anos cumprindo à risca o papel ao qual foi predestinada.

Em Mato Grosso, nós temos o grande exemplo. Ao criar Mato Grosso do Sul, eu me lembro de que era estudante em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. No dia da criação, enquanto Mato Grosso do Sul estava em comemoração, em festas, em Cuiabá, nossa capital, passava pelo centro da cidade, um velório, significando, lá, como se fosse uma perda.

Mas muito pelo contrário. Mato Grosso do Sul encontrou seu viés do desenvolvimento. E Mato Grosso hoje é o Estado campeão na produção. Somos os maiores exportadores de grãos, de proteína animal.

Enfim, um Estado que ainda...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu sempre tenho dito que só a região do Araguaia, onde fazemos divisa, pode produzir tudo o que produz Mato Grosso. E Mato Grosso pode produzir tudo o que produz o Brasil.

Agora, o que nós precisamos é exatamente de infraestrutura, para trazer mais oportunidades aos brasileiros porque, com qualquer investimento feito no Tocantins, em Mato Grosso, em Goiás, a resposta para o Brasil é muito rápida. Daí nós lutarmos tanto.

Eu quero citar também o Senador Vicentinho, um grande companheiro de partido, trabalhador. O filho dele é também Deputado Federal pelo Tocantins.

É exatamente a obra que vai interligar muito mais Mato Grosso com o Tocantins e com o Brasil e alavancar muito mais o nosso desenvolvimento. Nessa linha, quero aqui não só parabenizá-los, mas dizer que, Mato Grosso...

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – ... o Senador Jayme Campos está ali – e Tocantins, não só estamos juntos, como precisamos construir a Transbananeira a BR-242, que vai permitir, sem dúvida nenhuma, o grande desenvolvimento daquela região. No dia 5, agora, está prevista a ida do Presidente Bolsonaro a Barra do Garças, na divisa de Goiás com Mato Grosso, Barra do Garças, Aragarças e Pontal do Araguaia. E lá ele vai lançar um programa ambiental, no Dia do Meio Ambiente, dia 5, da revitalização do Rio Araguaia, com o reflorestamento de 10 mil hectares no Rio Araguaia.

Penso que é uma oportunidade, e quero convidar todos os tocantinenses para estarmos lá para exatamente mostrar a importância que representa essa logística e a interligação de Tocantins com Mato Grosso.

(Soa a campainha.)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Mas termino aqui, desejando a todos vocês, parabenizando e desejando muita felicidade, muita iluminação, como vocês tiveram na eleição passada, na escolha de pessoas que estão aqui à Mesa, vocês que estão ai, Deputados Estaduais, Federais, Prefeito, Governador, enfim todos aqueles que governam e trazem oportunidades para fazer com que Tocantins seja esse Estado, o mais jovem irmão, mas um Estado espelho, um Estado importante desta Nação.



Parabéns a todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado, Senador Wellington Fagundes, grande entusiasta do desenvolvimento da região Centro-Norte e Centro-Oeste deste País, grande Parlamentar, fundamental Senador Wellington, para o nosso futuro, para o futuro do Tocantins e para o futuro do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Senador, alguém havia esquecido o óculos aqui. Então, faço uma prestação de serviço...

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Senador Eduardo, amigo.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Para discursar.) – Meu querido amigo, eu gostaria rapidamente – demorei para falar porque estava aguardando a confirmação... A melhor maneira de homenagear uma cidade é você fazer alguma coisa por ela. E, como eu sempre fui muito bem recebido na cidade de Palmas, quero comunicar à cidade de Palmas e a todos os presentes aqui, aproveitando a fala do Senador Wellington e lembrando que eu fui convidado pelo Presidente Bolsonaro e pelo Governador Ronaldo Caiado para, no dia 5 de junho agora, em relação à revitalização do Rio Araguaia.

Mas todos e todas aqui têm conhecimento da dificuldade – o Senador Irajá sabe, o Senador Eduardo sabe, a Senadora Kátia sabe mais do que todos nós – para o Parlamentar de primeiro mandato obter recursos – o Senador Jayme sabe muito bem disso –, a gente não tem direito no primeiro ano. Correto? Só para o segundo ano.

Então, eu queria dar uma notícia inédita na história do Brasil e na história deste Senado.

Eu tenho como assessora de meio ambiente, pós-graduada no Canadá, na Alemanha e na Austrália, minha afilhada, de 36 anos, que é filha de um dos maiores músicos do mundo, e que se apaixonou por Palmas quando lá realizou um *show*, e ele se emocionou, foi muito aplaudido.

E ele conheceu o Rio Tocantins, não sei se aqui os tocantinenses se lembram, eu não sou cantor e nem quero ser, sou um compositor, graças a Deus, e componho muitas músicas para ele. Eu falo de Ivan Lins. Ivan Lins canta aquela música:

[...]

Uma Araguaia um Tocantins

Eu sempre quis amar assim

[...]

Então, essa música é para homenagear essa notícia. Nós confirmamos para a próxima quarta-feira...

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... agora, uma audiência, e eu já tinha estado com ele no mês passado, com o Embaixador do Reino



Unido, e ele confirmou oficialmente, ainda até outubro, recursos internacionais, e são rápidos, porque não têm burocracia, ele confirmou a verba internacional para a revitalização dos rios Araguaia e Tocantins. (*Palmas.*)

Então, essa é a notícia que eu gostaria de dar. Foi uma promessa minha de campanha, e fiz isso atendendo, Eduardo, pedidos de tocantinenses, que não nasceram lá, mas que amam o Tocantins, que amam Palmas, como o Procurador Federal Mário Lúcio de Avelar, a Prefeita deve conhecê-lo, o meu amigo Adair, o meu amigo Lucas, do grupo Sagres, enfim, tanta gente que eu considero lá, o Deputado Célio, e eu tenho gratidão por ele, porque, quando escrevi o livro *Dossiê K*, e quase fui preso por causa do livro, ele me ajudou na contracapa....

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Senador Kajuru, só me permita, o saudoso e pioneiro jornalista Salomão Wenceslau...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Que trabalhou comigo.

Você sabe muito bem disso, amigo Eduardo. Eu que o lancei no rádio, e ele acabou indo para o Tocantins.

Então, é só para dizer isso, para confirmar, e para convidar o Senador Irajá, convidar o Senador Eduardo, convidar a Senadora Kátia, o Senador Wellington, o Senador Jayme, para que a gente esteja, todos nós, porque aumenta o prestígio, e vamos estar na próxima quarta-feira confirmado oficialmente e documentando essa verba internacional para a revitalização dos rios Araguaia e Tocantins.

Parabéns, Palmas! (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

Eu quero passar a palavra ao Deputado Federal Eli Borges e registrar, para a nossa honra, a presença do nosso Presidente do Senado e do Congresso Nacional, nosso grande amigo Davi Alcolumbre, que daqui a pouco irá fazer encerramento, para a nossa honra, para a honra dos palmenses, o encerramento desta sessão histórica de 30 anos.

Passo a palavra ao Deputado Eli Borges.

O SR. ELI BORGES (Para discursar.) – Mui digno Senador Eduardo Gomes, meus parabéns pela brilhante iniciativa.

V. Exa. onde passa deixa um rastro de competência.

Que Deus o abençoe nessa missão. Minha querida prefeita Cinthia, minha irmã, que Deus a ajude. Muito bem-vinda a Brasília. Coloco o meu gabinete à sua disposição, da senhora e da sua equipe. Prefeito Amastha, que tem o seu histórico em Palmas, ou num bom sentido em "Palmas", se o senhor me permite, com respeito, claro...

É meu estilo, meu querido Senador Irajá, jovem, competente, Prefeita Nilmar Ruiz... Fui Vereador e dei um trabalho para ela, mas ela é minha amiga.

Aqui também dá para fazer uma sessão ordinária da Câmara, da Assembleia Legislativa do Estado, e eu não vou mencionar todos, são todos amigos, o Presidente do meu partido, Vilmar, que está aqui, e o Toinho Andrade.

Presidente, falar de Palmas é fácil, porque tem muita coisa para dizer, mas é difícil, porque escolher no meio de muita coisa para dizer o que é que eu vou dizer em pouco tempo fica também difícil, mas eu quero de forma muito objetiva, primeiro, dizer da minha alegria de ser morador de Palmas; segundo, dizer também da minha satisfação de ter sido o Deputado com mais votos ali,



tanto como Deputado Estadual, no passado, como Federal; e, terceiro, do meu compromisso de continuar amando essa gente com todas as forças que tenho.

Palmas pode ser vista por vários vieses. Pela força do turismo, nós temos um lago de água doce aqui no coração do Brasil, bem perto aqui do centro do Brasil, uma opção turística, nosso Taquaruçu, enfim, um turismo. Nós temos potencial hídrico, nós temos localização e, sobretudo, nós temos gente que faz do trabalho um caminho, faz do trabalho uma força, faz do trabalho uma dinâmica.

O palmense é valente, é determinado e sonha, sonha muito. E muitos dos sonhos já foram realizados.

Eu falava sobre Palmas esses dias, sendo breve nessas considerações: é como os veios de um corpo humano, assim foi Palmas no coração do Brasil, e esses veios recebendo pessoas de todos os rincões do nosso território. Palmas é isto: é uma mistura de povos e de gente dentro do que diz a Bíblia, de todas as tribos, raças e nações.

Então, é muito interessante aquilo dali. É uma convergência especial.

De tal maneira, o registro que faço aqui...

(Soa a campainha.)

O SR. ELI BORGES – ... E já vou terminando.

Esse sinalzinho é interessante. Lá na Câmara tem dele também. Mas eu já vou terminando para cooperar com o tempo.

Eu faço questão, já nesses segundos que tenho, de cumprimentar também o Ricardo Ayres, o Ivory de Lira, Vilmar do Detran, outra vez, o Cleiton Cardoso, o Issam, que é Deputado agora, o Jair Farias, nortense, o Valdemar Júnior, o Leo, o Olyntho e o nosso Cleitão, ali o curraleiro abençoado, bom de bota.

De maneira que Palmas, nos seus 30 anos, merece os nossos parabéns. Que Deus possa abençoar os palmenses com a benção do Céu, que as vicissitudes do calvário, da obra redentora de Jesus, que os ganhos do prazer de existir e de viver numa comunidade ainda tranquila, centrada, com muito verde possam continuar sendo o diferencial de todos aqueles que comandam aquela capital.

(Soa a campainha.)

O SR. ELI BORGES – E, nesse ínterim, citando V. Exa., que coube a Deus lhe dar essa oportunidade.

Eduardo, parabéns. Parabéns a todos os palmenses.

Que Deus nos ajude.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Muito obrigado, Deputado Eli Borges.

Passo a palavra, neste momento, à Deputada Dorinha, Deputada de muitos mandatos pela cidade de Palmas, ex-Secretária de Educação, importante na formação da nossa capital. Minha grande amiga, Deputada Dorinha Seabra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Para discursar.) – Bom dia a cada um.

Eu quero parabenizar, Senador Eduardo Gomes, por esta iniciativa da realização da sessão solene em homenagem e reconhecimento aos 30 anos da nossa capital.



Quero saudar o Senador Irajá Abreu, colega de muitos anos, que com certeza fará um grande trabalho em prol de todo o Tocantins, assim como Eduardo Gomes; a ex-Prefeita Nilmar, colega e mulher que fez um grande trabalho à frente de Palmas; o ex-Prefeito Carlos Amastha, também Prefeito que deixou a sua contribuição para a cidade de Palmas; Presidente da Assembleia Legislativa, o Deputado Toinho Andrade, em nome de quem eu gostaria de saudar os Deputados Estaduais aqui presentes.

Eu ouvi o Deputado Eli falar e eu ia brincar: para uma quinta-feira, a gente conseguia fazer aqui uma boa reunião para falar sobre o Tocantins. Isso mostra o carinho de vocês e o respeito, a seriedade dos Deputados que aqui fizeram questão de marcar a sua presença neste marco histórico para todos nós tocantinenses e palmenses.

Quero cumprimentar o Dr. José Omar e, em seu nome, saudar todos os procuradores, dizer do nosso respeito pelo trabalho realizado.

Prefeito Adriano, Prefeito Ronaldo Dimas, em nome deles eu gostaria de saudar todos os Prefeitos, há muitos Prefeitos aqui, muitos Vereadores presentes, muitas lideranças, é uma sessão muito prestigiada.

E, Prefeita Cinthia Ribeiro, a você, como Prefeita, mulher, que demonstra, na sua história, o seu compromisso, o cuidado, a preocupação com a gestão, mas também o olhar da mulher, o olhar e a preocupação com as famílias, eu lhe desejo um grande trabalho. Essa responsabilidade histórica, eu particularmente acredito que Deus define e escolhe os nossos caminhos, e não é por acaso que você chegou a essa cadeira neste momento.

Eu, como professora e como educadora, acredito e sei a construção de uma história, que é feita por muitas mãos, por muitas vozes, e muitas vezes, por pessoas anônimas, que vão construindo no seu dia a dia e lapidando uma história de um Estado e de uma cidade. E a sua tarefa neste momento é uma tarefa de consolidação, mas também de criar espaços para que essa cidade, cidade menina ainda, que tem uma responsabilidade enorme para todos os tocantinenses, porque em Palmas...

(Soa a campainha.)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – ... nós temos pessoas de todos os lugares.

Então, eu lhe desejo e coloco toda nossa bancada federal. Eu sei que, em relação à preocupação com Tocantins e com Palmas, nós nos unimos quanto conjunto da bancada, cada um com seu olhar, dentro da nossa legislação e da nossa tarefa. Conte com a bancada, conte com a nossa colaboração.

Eu tenho certeza de que todos os Deputados e Senadores entendem a importância para o Tocantins, a importância de uma cidade em que as pessoas sejam respeitadas, em que as mulheres sejam respeitadas. E o número de violência que nós temos no nosso Estado não nos orgulha. Nós queremos mais, nós precisamos de segurança pública, nós precisamos de atenção. O número de crianças ainda na rua e abandonadas, sem escolas e creches, no nosso Estado...

(Soa a campainha.)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – ... é muito grande.

Então, eu gostaria de finalizar dizendo do nosso orgulho e carinho por uma figura que não está aqui, mas que todos nós, independente de posições políticas, sabe do papel histórico do nosso sempre Governador Siqueira Campos. *(Palmas.)*



Como ação histórica, como eu disse, ninguém faz sozinho; foi um processo de construção. E essa figura, que acreditou e sonhou por muitos anos e escolheu, construiu a possibilidade do Tocantins e a criação de Palmas, precisa ser lembrada por tudo que fez e por tudo que representa.

Então, parabéns, Palmas, parabéns ao Tocantins e, de maneira muito especial, a cada palmense anônimo que sonha e que espera uma vida melhor.

Prefeita Cinthia, um bom trabalho, e a toda a sua equipe e aos Vereadores, Palmas merece muito mais, e eu sei que nós faremos juntos.

Muito obrigada. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Gomes. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO) – Obrigado, Deputada Dorinha.

Neste momento, por decisão do Senador Irajá Abreu, da nossa Senadora Kátia Abreu também, porque houve um problema com a assessoria dela em Palmas, um assunto grave, e ela não pôde comparecer, mas falou com toda a bancada, falou do seu amor por Palmas, da importância da Senadora Kátia Abreu para nossa capital e o trabalho que a gente vem realizando com todos os Vereadores do Estado do Tocantins, tanto o Senador Irajá, neste mandato, como também o nosso gabinete.

Nós vamos ter uma breve saudação do Vereador Tiago Andrino, representando os Vereadores da capital e os Vereadores do Estado do Tocantins. Logo em seguida, a palavra será dada ao Senador Irajá e, depois, a nós.

Neste momento em que passamos a palavra ao Vereador Tiago Andrino, o nosso Presidente, Senador Davi Alcolumbre, vai assumir a Presidência da sessão para caminharmos para o encerramento.

Quero agradecer a todos e citar aqui também o Vereador Bonfim, de Guaraí, o Vereador Davi, de Guaraí, o Mikeias, enfim, todos os Vereadores de todos os Municípios que estiveram presentes. Gilson Rego, o meu amigo aqui, que foi Presidente da Codetins, que ajudou na implantação de Palmas.

Então, neste momento passamos a palavra ao Vereador da cidade de Palmas Tiago Andrino.

O SR. TIAGO ANDRINO (Para discursar.) – Eu queria, neste pequeno tempo que teremos aqui, até pelo tardar da hora, primeiramente dizer, Senador Eduardo Gomes, que só um Senador, Vereador de coração, para no momento lembrar ainda desta oportunidade de falarmos em nome dos Vereadores de Tocantins.

Quero saudar toda a Mesa, em nome do Senador Eduardo Gomes e do Senador Irajá. Não posso deixar de falar dos três Prefeitos que estão aqui: a minha amiga Prefeita Nilmar, professora, Prefeita Cinthia Ribeiro, Prefeito Amastha. Sintam-se todos cumprimentados, porque me cabe uma saudação muito pequena.

Mas, pensando em tudo que foi falado, tentei pensar que tipo de homenagem poderia fazer neste momento como Vereador da capital. Primeiro, reforçar que todos os Vereadores do Tocantins têm em Palmas uma cidade de pouso, uma cidade estratégica para buscar apoio, recursos para a sua cidade e para procurar os seus Deputados. E, em nome deles, não podemos deixar de dizer a origem de Palmas.

Palmas tem a sua origem na luta contra a desigualdade social. Quando surge a capital de Tocantins no norte goiano – e eu tive a oportunidade de me mudar para Palmas em 1990, pela primeira vez –, eu me lembro do que era Palmas. E, se hoje o Brasil é o país mais desigual do mundo – e aí eu falo aos Senadores, aos Deputados Federais e Estaduais, em nome do Deputado



Ricardo Ayres –, se o grande desafio da agenda nacional é enfrentar a desigualdade no Brasil, eu digo a vocês que a política pode ser a saída, porque, para esses que falam que a política não é mais a saída do Brasil, a prova é Palmas.

Palmas é fruto de uma grande engenharia, de um laboratório de decisões políticas no Brasil. Não foi criada por empresas, não foi criada à beira de uma encruzilhada ou às margens de uma ferrovia ou de uma estrada; foi criada aqui em Brasília; foi criada por políticos que decidiram que, naquele momento, para acabar com a desigualdade do norte goiano e desenvolver aquela região do Brasil, era preciso criar um novo Estado e uma nova capital.

Então, Palmas é uma mensagem de esperança.

(Soa a campainha.)

O SR. TIAGO ANDRINO – E eu queria dizer, Prefeito Amastha, com quem eu tive a oportunidade de trabalhar, que os índices que nós alcançamos em todas as áreas, Deputada Ivory, na saúde, na educação, na mobilidade, na segurança pública de uma cidade que foi criada, como eu disse, por uma decisão política, enche de esperanças o Brasil para que a gente possa enfrentar a desigualdade com o apoio deste Congresso Nacional, deste Senado Federal, das Assembleias Legislativas, dos prefeitos e de todos os Poderes do Brasil.

Eu acredito no Brasil. Os Vereadores, que enfrentam todos os dias essa desigualdade nas suas portas, acreditam no Brasil. E fica essa mensagem: vamos ter de Palmas um brasão de esperança para todo o País.

Obrigado, Senador; obrigado a todos pela oportunidade.

Um abraço aos meus colegas Vereadores. Eu não estava preparado para falar, mas falo aqui em nome de cada Vereador tocantinense que veio, a seu modo, prestar esta homenagem aqui.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

(Durante o discurso do Sr. Tiago Andrino, o Sr. Eduardo Gomes, 2º Secretário, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Davi Alcolumbre, Presidente.)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Concedo a palavra ao Senador Irajá, um dos autores do requerimento de realização desta sessão comemorativa.

O SR. IRAJÁ (PSD - TO. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, principalmente os milhares de palmenses que nos acompanham neste momento pela TV Senado e pela Rádio Senado, o espírito que moveu, Presidente Davi, e que permitiu que você chegasse até a Presidência do Senado Federal, um fato inédito, é o mesmo espírito que move todos nós, palmenses: a obstinação, a coragem e principalmente o sonho, o sonho de construir uma capital no meio do Cerrado, em meio ao nada. E nós chegamos até aqui, depois de 30 anos.

Por isso, é com grande alegria e, para mim, um orgulho poder estar aqui hoje representando a minha capital, Palmas, representando o meu Estado, o Tocantins, e ter esta oportunidade de estar aqui celebrando, ao lado de vocês, este momento histórico que são os 30 anos, em comemoração na última segunda-feira, dia 20 de maio, da nossa capital.

Quero saudar o meu amigo Eduardo Gomes, que foi o autor do requerimento para a realização desta sessão solene, com muito merecimento. É claro que a sua trajetória política é uma relação íntima com a nossa capital Palmas. Ele, que foi Vereador e já presidiu a Câmara, foi Deputado Federal por vários mandados e chegou até aqui. Evidentemente, Palmas tem uma



participação fundamental na sua trajetória, dando-lhe tantas oportunidades, como deu a todos nós que exercemos um cargo eletivo.

Quero agradecer a presença de todos os Senadores que nos prestigiaram – Senador Jayme Campos, Senador Rogério Carvalho, Senador Eduardo Girão, Senador Izalci, Senador Jorge Kajuru, Senador Major Olímpio, Senador Wellington Fagundes, Senador Weverton Rocha e também o Senador Marcio Bittar. Muito obrigado por estarem aqui nos prestigiando e nos honrando com as suas presenças.

Saúdo também os nossos Deputados Federais – Deputado Osires Damaso, Deputado Célio Moura, minha amiga Deputada Dorinha, com quem eu tive a alegria de estar no Congresso, na Câmara dos Deputados, por dois mandatos; Deputado Tiago Dimas e também o Deputado Eli Borges – e os Deputados Estaduais que vieram também nos honrar com as suas presenças – o Deputado Toinho Andrade, Deputado Ricardo Ayres, Deputado Issam, Deputado Ivory, Deputado Cleiton Cardoso, Deputada Claudia Lelis, Deputado Jair Farias, Deputado Leo Barbosa, Valdemar Júnior, Olyntho Neto, e a todos que estão aqui também engrandecendo este momento tão especial que são as comemorações do aniversário de Palmas.

Saúdo os nossos ex-Prefeitos – Profa. Nilmar, por quem tenho um profundo respeito e admiração pelo trabalho. Eu tive a oportunidade de assistir à sua gestão, uma gestão que deixou importantes marcas na administração de Palmas e um legado muito importante para que os seus sucessores pudessem dar seguimento ao seu trabalho; o Prefeito Carlos Amastha, pelo trabalho e pela contribuição que também fez à capital, onde fez um grande trabalho. Todos os ex-Prefeitos conseguiram contribuir, ajudando a nossa capital a chegar a esse estágio importante.

À Prefeita Cinthia Ribeiro desejo muita sorte na condução da sua administração. Que Deus possa te dar muita sabedoria durante o seu mandato!

Quero também cumprimentar o nosso Vereador Tiago Dimas. Em nome do Tiago, quero respeitosamente cumprimentar todos os Vereadores de Palmas; em nome dele todos os nossos Vereadores do Estado do Tocantins e todas as autoridades aqui presentes, que nos honram.

Palmas está em festa. A capital do Tocantins comemorou, na última segunda-feira, dia 20 de maio, 30 anos do lançamento da pedra fundamental da cidade. E não faltam motivos para celebrar: Palmas acolhe hoje quase 300 mil habitantes e é a maior cidade do Estado. A população aumenta à razão de dez mil pessoas por ano, uma taxa de crescimento muito acima da média nacional, e é uma das evidências do acerto da decisão de fazer ancorar nas margens do Lago de Palmas a capital do Tocantins.

Quem conhece Palmas sabe por que tanta gente vem decidindo morar ali. Não falo aqui das avenidas largas, das ruas arborizadas, das grandes quadras, da organização urbana de uma cidade planejada e que se nutriu, em muitos sentidos, no exemplo aqui da nossa Capital Federal, Brasília. Também não falo das belezas que a natureza, combinada aos urbanistas, souberam produzir: a Praia da Graciosa, a Praia do Prata, a Ilha do Canela, a Ilha das Cobras, a Praça dos Girassóis e também o Palácio Araguaia. E seria desnecessário citar também tantas opções de lazer e turismo ecológico que há Palmas: o Parque Cesamar, o Parque dos Povos Indígenas – a que eu tenho o privilégio, com a Nilmar, e com o Deputado Damaso, de morar de frente; uma obra da gestão do ex-Prefeito Carlos Amastha –, a Serra do Carmo e do Lajeado e também o distrito de Taquaruçu.

Todos sabemos que Palmas não é apenas o Centro Geodésico do Brasil, porta de entrada do Jalapão, mas a expressão, no Cerrado, de sua paisagem exuberante de cachoeiras, rios e fervedouros que fascinam o mundo inteiro. Mas eu queria me concentrar, senhoras e senhores, no



que Palmas, a mais jovem capital brasileira, tem proporcionado aos palmenses – e Palmas tem oferecido muito: oferece, em primeiro lugar, educação de qualidade. A cidade recebeu o selo de Município Livre do Analfabetismo, concedido pelo Ministério da Educação, e integra a relação dos poucos mais de 200 Municípios brasileiros, dos quase 5.500 que temos no País, em que mais de 96% da população adulta é alfabetizada.

Soma-se a isso o fato de Palmas ter sido a segunda capital brasileira mais bem colocada nos resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) publicados no ano passado. Os dados revelam que a rede municipal de educação de Palmas é a melhor de toda a Região Norte do País. E não é apenas na área da educação que Palmas merece o nosso reconhecimento: o IDH passou de 0,43, no período da sua fundação, há 30 anos, para 0,78, um incremento de 80% do IDH, o mais alto da Região Norte. A mortalidade infantil, que era, em 1991, de 45 óbitos a cada mil nascimentos, caiu para 9,5 em 2014, um salto extraordinário. A expectativa de vida, que antes, 30 anos atrás, era de 64 anos, hoje é de 72,5 anos.

E não sem razão, senhoras e senhores, Palmas é considerada hoje a capital mais saudável do Brasil, com as menores taxas de obesidade e hipertensão, segundo os dados do próprio Ministério da Saúde. A oferta de equipamentos públicos – as Academias da Saúde conhecidas – para a prática de atividades físicas faz com que mais da metade dos palmenses esteja hoje livre do sedentarismo. E Palmas é sobretudo uma cidade jovem: mais de 40% dos moradores têm de 15 a 39 anos; são quase 120 mil jovens, adolescentes e adultos que cresceram com a capital do Tocantins e que veem um berço de oportunidades. Não bastasse tudo isso, Palmas é símbolo de um Brasil que é capaz de integrar povos indígenas, quilombolas e pessoas de todos os 27 Estados brasileiros.

A capital de Tocantins é hoje ponto de convergência de várias etnias do Estado, entre as quais apinajé, krahô, guarani, javaé e xerente. O *campus* da Universidade Federal do Tocantins, em Palmas, se tornou uma referência nacional na política de ações afirmativas que beneficiam as comunidades tradicionais e também oferece cursos de qualidade que são reconhecidos em todo o Brasil, a exemplo da Engenharia Florestal, que é conceito A do MEC.

A cidade também oferece grandes centros universitários – a Ulbra, a Católica, a Unip, a Unitins e FTO, entre outros –, que permitem que os nossos jovens possam fazer o seu curso superior na nossa cidade, capacitando-se e qualificando-se para o mercado de trabalho.

Não é por isso, sem orgulho, que volto hoje meus olhos para Palmas, símbolo do muito do que podemos fazer neste País. Quando o Brasil inteiro parece sofrer um pouco de desalento, quando muitos parecem mesmo duvidar de nossa capacidade, quando, enfim parecemos nos perder diante de muitas dificuldades do presente, Palmas está aí aos 30 anos a nos provar que, sim, o futuro é aqui. Tenho muito orgulho da minha cidade de coração, em que moro há 25 anos. Foi em Palmas que eu tive a oportunidade, como muitos de vocês, de ter o primeiro emprego, aos 14 anos, como menor aprendiz, de ser emancipado aos 16 anos, de ter me tornado pai aos 19 – minha filha nasceu em Palmas, a Maria Eduarda –, e foi graças a Palmas e ao Tocantins que eu cheguei até aqui.

Por isso, meu sentimento é de muita gratidão, gratidão por tudo que Palmas tem feito por mim, gratidão às oportunidades que Palmas me ofereceu, e é claro que eu quero, com muita humildade, poder retribuir por tudo que Palmas fez por mim com muita dedicação, com muito trabalho e, principalmente, com muita responsabilidade.



Palmas nasceu para escrever e fazer uma história grande, e essas são as minhas homenagens à minha capital, Palmas.

Parabéns a todos!

Obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Convidado para fazer uso da palavra S. Exa. o Senador Eduardo Gomes, entusiasta (*Palmas.*) e autor do requerimento desta sessão.

O SR. EDUARDO GOMES (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - TO. Para discursar.) – Sr. Presidente, querido Senador Davi Alcolumbre, com quem tenho, na minha trajetória de vida, a feliz coincidência de termos uma origem muito parecida. V. Exa., vereador na cidade de Macapá, um sonhador, um brasileiro do Norte com três mandatos de Deputado Federal, quando tive a honra de ser seu colega, e, no Senado, brilha ainda no seu primeiro mandato, tornando-se o mais novo Presidente do Congresso Nacional da história do Brasil e o primeiro brasileiro Senador eleito Presidente desta Casa no primeiro mandato, conduzindo as convergências, respeitando as diferenças e fazendo uma grande gestão.

Então, me honra muito ser 2º Secretário da Mesa, participar com V. Exa. deste momento importante que o País vive e me honra mais ainda ter a sorte de ter V. Exa. agora nesta sessão solene dos 30 anos de Palmas, conduzindo o encerramento desta sessão, com nossos Deputados Federais, aqui já nomeados, os nossos Deputados Estaduais, que tive o prazer de cumprimentar quando na Presidência da Mesa, os nossos Vereadores, o nosso colega, Presidente Davi, Senador Ogari Pacheco, nosso suplente, que terá nesta Casa também um papel fundamental, e um membro desta Casa que está acompanhando pela televisão e que tem tudo a ver com esta sessão. Primeiro, porque a cidade de Palmas, assim como o Estado de Tocantins, filho da Constituinte, nasceu na Assembleia Nacional Constituinte, em 1988, o Estado de Tocantins, conduzido pelo então Deputado Federal Siqueira Campos. Fruto também dessa Constituinte, uma Constituinte ainda municipal na cidade de Taquaruçu do Porto, chefiada, naquele momento, pelo nosso Prefeito Fenelon Barbosa, a Câmara Municipal Constituinte cria a cidade de Palmas.

E, 30 anos depois, estou eu aqui com os meus colegas, com os meus amigos, com tocantinenses, observando a criação da nossa capital, vindo de Araguaína, do Prefeito Ronaldo Dimas, vindo do norte, ainda um pouco zangado com a polêmica da escolha da capital entre Porto Nacional, Gurupi e Araguaína, todos ainda entendendo o que vislumbrava, naquele momento, o Governador Siqueira Campos. E, 30 anos depois, Senador Jorge Kajuru, temos aqui a sessão de 30 anos da criação de Palmas, com o Sr. Siqueira Campos como primeiro suplente de Senador, e, em breve, Senador da República aqui no Congresso Nacional. (*Palmas.*)

É uma emoção muito grande, porque é aquilo que faz valer a pena: o sonho da política, Dr. Omar, meus ex-Prefeitos queridos Nilmar Ruiz e Carlos Amastha e nossa Prefeita da capital, Cinthia Ribeiro. É essa vontade que tornou difícil o meu diálogo com a assessoria, porque nem me atrevi a pedir um discurso escrito para uma história como essa. A nossa história de vida a gente não consegue escrever; a gente a vive. E, vivendo essa história, este momento nos remete a uma Palmas, Senador Irajá, de Siqueira Campos Congressista, Constituinte, Deputado Federal, e a uma Palmas de Siqueira Campos Senador.

Portanto, pensando naqueles que realmente devem ser homenageados neste momento, nessa querida Palmas, cidade em que as minhas filhas nasceram, cidade em que foram criadas – cresceram em Palmas as minhas filhas, e nasceu em Palmas o meu filho Carlos Eduardo... É uma



cidade que me deu, junto com os meus amigos Vereadores, o mandato de Vereador, de Presidente da Câmara, junto ali com o Ivory, com o Eli e com tantos outros. Fui Deputado Federal por três mandatos.

Esta cidade continua sinalizando, meus ex-Prefeitos, Prefeita e líderes do nosso Estado, meu querido Presidente da Assembleia, Toninho Andrade, Palmas continua sinalizando que nós só temos um caminho: a união pelo desenvolvimento, pela qualidade de vida do nosso povo. (*Palmas.*)

Palmas é a capital da tolerância. Palmas é a capital da convivência. Palmas é a capital, Senador Weverton, dos maranhenses, representando todos os povos brasileiros que fizeram daquela cidade uma supercapital. Palmas é a capital, Senador Reguffe, daqueles que se espelham nas ruas, nas avenidas e na grandeza de Brasília.

Palmas, Pr. Suelismar, da Igreja Assembleia de Deus Missão – representando todas as congregações, a Igreja Católica, toda fé –, é a capital da tolerância, da convivência. Palmas foi a primeira capital para muita coisa neste País, Presidente Davi: fibra ótica; orelhão a cartão, na época; presença de Presidentes; qualidade de vida; um lago maravilhoso. Foi a primeira capital brasileira a eleger um Prefeito de duas nacionalidades queridas, o Prefeito Amastha; uma cidade que, com 30 anos, já tem na sua história duas gestões de mulheres brasileiras que se apresentaram para gerir o destino dessa cidade.

Portanto, já que todos os pronunciamentos deixaram registrados aqui as vontades, as amizades, aquilo que nos une, que é o desenvolvimento da nossa capital e do nosso Estado, eu quero deixar este sentimento, o sentimento dos 30 anos de união, porque, daqui a 30 anos, outros serão homenageados; daqui a 30 anos, pelo menos mais cinco ou seis ex-Prefeitos; daqui a 30 anos, um ex-Presidente do Congresso Nacional – quem sabe, Presidente da República ou, de novo, Presidente do Congresso Nacional; daqui a 30 anos, nós não seremos os mesmos, mas a necessidade de unir Palmas será a mesma e, cada vez, mais forte. (*Palmas.*)

Por isso, eu faço aqui referência e um agradecimento especial por tudo que tem feito também o Governador do Estado, Mauro Carlesse, que participou das sessões de homenagem na Assembleia Legislativa, que participou das festividades, que tem nas mãos dele a responsabilidade, com a sua equipe, da volta forte da política de parceria do Governo do Estado com a Prefeitura. Isso é necessário.

Esta sessão é uma homenagem a todos os pioneiros, é uma homenagem à coragem do Governador Siqueira Campos. Brincava eu com o Governador Siqueira Campos, esses dias, dizendo: Governador Siqueira Campos, o Ratinho quer falar com o senhor, porque saiu o DNA e o senhor é o pai de Palmas. Foi da sua mão o decreto. E o trabalho junto com a Câmara de Taquaruçu fez de Palmas uma realidade.

Para encerrar, de novo dizendo da necessidade da união dos tocantinenses, da união dos palmenses, eu vou parafrasear o companheiro da Dona Gilda, da minha mãe, o poeta que leva o nome, para a nossa honra, do nosso espaço cultural, José Gomes Sobrinho. Vou tentar, como todo bom filho tenta fazer um dia, carregar o legado do pai. O meu pai disse, há 30 anos, e dizia isso a Siqueira Campos; da fazenda que virou obra, da obra que virou cidade, o Zé Gomes falou desta forma: "Ontem pasto, hoje pó, amanhã Palmas." (*Palmas.*)

Políticos do Tocantins, políticos de todo o Estado, população do Estado do Tocantins, hoje, Presidente Davi, foi um dia histórico para todos nós porque hoje nós, que somos de Palmas, saímos do pó para o Plenário.



Muito obrigado, Presidente. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Eu queria cumprimentar o Senador Eduardo Gomes, o Senador Irajá e a Senadora Kátia, em nome do Senado da República.

Fiz questão de vir aqui prestigiar o encerramento desta sessão porque, no exercício da Presidência do Senado, nesta missão que os Senadores me delegaram pelos próximos dois anos, eu, presidindo esta Casa, em um despacho com o Senador Eduardo e com o Senador Irajá, senti a emoção do pleito do requerimento sobre a possibilidade de fazermos esta sessão especial em homenagem aos 30 anos da cidade de Palmas.

Então, eu queria abraçar os Senadores, abraçar os Deputados Federais, os Deputados Estaduais, os líderes comunitários da cidade de Palmas, do Estado de Tocantins, a Prefeita Nilmar, que foi minha colega Deputada Federal, assim como o Prefeito Ronaldo, que foi meu colega Deputado Federal também, o Eduardo, a Professora Dorinha, de quem eu tive a honra de ser colega Deputado Federal também, o Irajá, Deputado.

Hoje, como Senador da República, honra-me estar ao lado de grandes líderes, que, saibam os senhores, não têm ajudado só Palmas ou o Estado do Tocantins; todos têm colaborado com a construção deste Brasil mais justo, mais igualitário, mais fraterno.

Então, eu queria me solidarizar e abraçar todos os que vieram prestigiar, em nome da nossa Prefeita que está aqui, Prefeita Cinthia, que exerce este mandato, do Prefeito Amastha, de todos os que ajudaram a construir Palmas, essa grande cidade que é exemplo para outras capitais do ponto de vista da infraestrutura e da modernização.

Eu não tenho dúvida de que este é um momento histórico para a cidade de Palmas, para o Estado de Tocantins e para o Senado da República, que faz esta homenagem justa a esses Parlamentares que têm defendido com o coração o progresso da cidade de Palmas, do Estado do Tocantins e do Brasil.

Então, quero abraçar todos, todos os que participaram desta sessão solene e parabenizar a iniciativa, porque são episódios como este que nos fazem compreender o significado das cidades brasileiras. Nós precisamos fortalecer as cidades brasileiras em referência à cidade de Palmas, capital do Tocantins.

Que esta sessão solene se espalhe como uma homenagem às cidades brasileiras.

O Senado da República, que é a Casa da Federação, a Casa que representa os Estados e os Municípios brasileiros, tem feito eventos significativos, prestigiando a vida das pessoas que acontece nos Municípios brasileiros, com pautas municipalistas, que são bandeiras de todos nós Parlamentares desta Legislatura. Com muita serenidade e tranquilidade, temos dado aqui, no Parlamento brasileiro, no Senado da República, demonstrações inequívocas do fortalecimento dos Municípios brasileiros, das cidades brasileiras, fortalecendo assim os Estados brasileiros.

Então, eu queria abraçar todos e agradecer a participação a todos.

Acabo de receber o broche de Palmas, a capital do calor humano.

Vou encerrar a sessão com o broche da cidade de V. Exas. (*Palmas.*)

Cumpridas as formalidades desta sessão, agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente sessão solene.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 19 minutos.)



Ata da 80^a Sessão, Não Deliberativa,
em 23 de maio de 2019

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência dos Srs. Davi Alcolumbre, Chico Rodrigues, Paulo Paim, Rodrigo Cunha e Esperidião Amin.

(Inicia-se a sessão às 12 horas e 26 minutos e encerra-se às 16 horas e 11 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Havendo número regimental, declaro aberta a presente sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A Presidência comunica ao Plenário que há expediente sobre a mesa, que, nos termos do art. 241, do Regimento Interno do Senado Federal, vai à publicação no *Diário do Senado Federal*. (Vide Parte II do Sumário)

Esta Presidência gostaria de comunicar aos Senadores e Senadoras o cancelamento da Ordem do Dia da sessão deliberativa extraordinária que estava marcada para hoje para deliberarmos sobre a Medida Provisória 870.

A sessão, assim, converte-se em não deliberativa.

Comunico ao Plenário que o cancelamento da Ordem do Dia deve-se ao fato de que a Câmara dos Deputados, até o presente momento, não finalizou a deliberação da referida medida provisória. Assim sendo, a pauta para apreciarmos a Medida Provisória 870 fica transferida para a próxima sessão deliberativa ordinária regimental, na próxima terça-feira, dia 28 de maio.

Passo a palavra ao Senador Marcio Bittar.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC. Para discursar.) – Sr. Presidente, caros colegas, primeiro, eu quero invocar aqui um testemunho e, invocando o testemunho, fazer uma homenagem, citar quatro colegas Senadores da República, dois do PT, quero citar o Senador Rogério Carvalho, e o Senador Humberto Costa; e dois do PSDB, Sr. Presidente, o Anastasia e o Tasso Jereissati. Em nome desses quatro colegas, eu quero saudar o espírito republicano desta Casa.

E por que eu estou lembrando dos quatro? Porque esses quatros Senadores fazem parte de partidos que, historicamente, disputaram entre si e que, na última eleição, disputaram contra o atual Presidente da República e perderam para o atual Presidente da República. Agendas claras e diferentes, e Jair Bolsonaro, colegas que fomos na Câmara Federal, passou por cima de todas as possibilidades que todos diziam que não aconteceriam: sem dinheiro, sem fundo partidário, sem tempo de televisão, mas se conectou na mensagem ao povo brasileiro e ganhou a eleição.

Aqueles que perderam, que a imprensa chama de derrotados, poderiam, meu querido Girão, à época daquela CPI contra o Judiciário, se aproveitar daquele momento e tocar lenha na fogueira porque, a meu juízo, é claro que a CPI contra o Judiciário parava o País. Parava o País, primeiro, porque ia haver questionamentos do ponto de vista jurídico, da constitucionalidade. Quem julga isso? O próprio Supremo Tribunal Federal.

Fora isso, a ter a CPI instalada e convocar Ministros do Supremo Tribunal Federal, e se um deles não viesse, qual o instrumento que nós teríamos? Fazer a convocação. Quem julgaria isso? O Supremo Tribunal Federal.

Então, sabidamente, Sr. Presidente, repito, a meu juízo, a CPI contra o Judiciário teria o condão de colocar fogo uma vez por todas no Parlamento e parava o País. E eu votei contra a CPI contra o Judiciário não por esses argumentos que acabei de dizer, mas porque entedia, como entendo, que ela parava a agenda que ganhou a eleição no Brasil há poucos meses. E não me arrependo do que fiz. E ao citar esses quatro Senadores, em nome deles, pela grandeza que tiveram, inclusive publicamente, de externar as suas opiniões naquele momento, lembrando desse espírito que eu quero chamar a atenção do Senado.

O Presidente, que muito me orgulha, me honra, pagou um preço caro, quase só, nesse episódio que acabei de narrar. Eu entendo que nada que esteja acontecendo no Brasil justifica nós



pararmos a nossa agenda. E eu quero falar da agenda da segurança pública. Eu sei muito bem que nesse tema existem basicamente duas grandes correntes de pensamento: uma identificada mais com a esquerda, que entende que o criminoso é o excluído da sociedade e que, se você aplicar na economia, acabando com o desemprego, ou na educação, querendo mais escola, seria a forma mais eficaz. Mas há outra corrente de pensamento que entende, como eu, que principalmente o que combate o crime e o criminoso é punição.

De qualquer maneira, Sr. Presidente, Davi Alcolumbre, o apelo que faço – já vamos para o quinto mês –, então, é para que a Casa comece a trazer as matérias da segurança pública, que foi um dos temas, senão o tema mais debatido nos últimos anos no Brasil, que vive um caos total, para este Plenário.

Eu quero dar aqui alguns exemplos, Sr. Presidente. Nós temos um projeto nesta Casa, no Senado da República, propondo o fim das "saidinhas", de minha autoria. Eu sei muito bem que há colegas que são contra, mas vamos ao debate no Plenário e votar. Eu, por exemplo, acho uma desmoralização você ter uma mulher que matou o pai e a mãe, que sai de novo no Dia das Mães. Ela não tem nem mãe mais para cumprimentar, porque ela própria matou. Então, eu sou contra a "saidinha", mas o.k., vamos para o debate no Plenário. E quem for a favor de que isso continue defende.

Há uma outra proposta, Sr. Presidente, de acabar com a audiência de custódia. Eu pessoalmente entendo que é outro fato que desmoraliza. Homens e mulheres da segurança pública arriscam sua própria vida, prendem um membro de facção criminosa numa sexta-feira, e na segunda-feira, está solto. Sei muito bem que há outros colegas aqui que acham que a audiência de custódia tem que continuar. Não há problema, Kajuru, meu querido colega. Vamos debater aqui e votar. Mas vamos avançar nessa pauta.

Auxílio-reclusão, Sr. Presidente, eu sou radicalmente contra. Lá no meu Estado, e aqui não é diferente, no Brasil inteiro, mas no meu Estado do Acre, nós conhecemos vários casos. O sujeito está preso, o advogado diz a ele que ele já tem condições de pedir liberdade condicional, e ele diz: "Não, não quero, porque eu estou comprando um carro e preciso de mais três, quatro meses do auxílio-reclusão para acabar de pagar as parcelas". Eu acho isso uma vergonha e principalmente uma falta de respeito à família da vítima, que muitas vezes perde o pai, perde a mãe e não tem assistência nenhuma. E aquele que matou vai receber R\$1 mil ou mil e tantos reais. Mas o.k., aqueles que acham que tem que continuar com o auxílio-reclusão vão defender e vão votar.

A maioridade penal. Outro projeto que há nesta Casa, Sr. Presidente, é para abaixar a maioridade penal. E é de minha autoria. Eu entendo simplesmente que se a Constituição brasileira interpreta que alguém, aos dezesseis anos, já tem discernimento para eleger de Vereador ao Presidente da República, também tem que ter discernimento para saber que não pode matar, que não pode estuprar. E se fizer, terá que pagar. Mas aqueles que entendem que não é para abaixar a maioridade penal vão ter direito a se posicionar, a levantar os seus argumentos e a votar.

Os projetos que o Ministro Sergio Moro trouxe para cá. Eu quero mencionar o do encarceramento. O Ministro Sergio Moro não altera a pena máxima. Mas aqui há um projeto, que também é de minha autoria, que passa o encarceramento de 30, tempo máximo, para 50 anos, com a prescrição, que hoje é de 20 anos, para 35 anos. E a progressão da pena para crime grave, contra a vida, crime sexual, como estupro, que hoje a pessoa pode começar a ir para a liberdade com um sexto da pena, quer dizer, foi condenada a seis anos, e com um ano de prisão, já pode estar no meio da rua, que passa para três quartos, que seria 75%.



Temos o projeto do caixa dois, o nosso querido Senador Humberto, que eu homenageei agora há pouco, pediu uma audiência para discutirmos isso, mas é uma coisa também clara. Há o entendimento do Ministro, e meu também, que sou Relator desse projeto, de que caixa dois é crime – e crime grave.

Kajuru, V. Exa. é Senador da República, imagine alguém concorrendo contra você usando dinheiro ilícito. Isso é quebra da regra do jogo mais importante do Brasil, que é o jogo de constituição dos Poderes Legislativo e Executivo, que, depois, compõem o Judiciário. Então, para mim, é crime grave. E, quando o recurso for de origem ilícita, é para ser um agravante. Mas, para quem não concorda, não há problema. Discute-se no Plenário e vota-se.

A questão da segunda instância. Eu vi, agora há pouco, querido Izalci – com quem fui Deputado Federal e, hoje, tenho o privilégio de ser Senador –, que a OAB é contra. É lógico que eu sei que não são todos os advogados que ganham dinheiro quanto mais recursos existam...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... mas, de qualquer forma, é a posição da OAB. A minha não é essa; a minha é de que, depois da segunda instância, como é o entendimento atual do Supremo, a pessoa já pode cumprir a pena em prisão, porque o mérito já foi julgado. Mas que o Plenário vote aqui.

A última coisa que eu quero citar sobre a OAB é que ela se manifestou agora contrária ao fato de o advogado, com o seu cliente, não poder ser documentado. Eu acho isso a defesa de uma casta que não é possível.

Eu, que comecei a militar na política aos 16 anos de idade, ainda na época em que se brigava para o Brasil restabelecer a democracia, lembro-me do papel importante e histórico que tinha a OAB. Agora, meu Deus do céu, todos nós sabemos – todos! –, toda família no Brasil sabe que uma das maneiras de o crime organizado continuar comandando de dentro dos presídios...

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... o crime lá fora, é através da visita do seu advogado. É óbvio isso! E nós vamos continuar? Ou será que alguém entende que, porque é advogado... Não há advogados que se prestam ao crime? Ora, há advogados que se prestam ao crime, há Senador, há Deputado Federal, em todo lugar. Então, os advogados que se prestam ao crime acabam funcionando como transmissores das ordens de dentro do presídio – todo mundo sabe disso. Mas, tudo bem, vamos votar.

Então, Sr. Presidente, eu vou terminar fazendo um apelo a V. Exa., V. Exa. que rompeu barreiras. Eu já fui Deputado Federal por duas vezes. Não tive tantos mandatos quanto V. Exa., mas já fui Deputado Federal por duas vezes, já fui membro da Mesa da Câmara como 1º Secretário, e sei que é difícil acontecer em uma eleição o que aconteceu com a sua eleição.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Foi um rompimento. Para isso, tem que ter coragem, tem que ter audácia. E eu quero lhe fazer um pedido: que essa coragem que o fez Presidente seja a mesma coragem de chamar os Relatores e pedir a eles que a gente acelere essa agenda.

Presidente, eu sei que nós temos poder, mas não vamos nos esquecer de que, se este Congresso, se este Senado não votar a pauta sobre segurança pública, de certa maneira, estaremos



cometendo um estelionato eleitoral. Isso porque esse tema foi amplamente discutido nas eleições passadas. Então, não pode o Parlamento se negar, pelo menos, a trazer as matérias para este Plenário.

Então, Presidente, o apelo que faço a esta Casa e a V. Exa., em especial, é de que procure conversar com os Relatores. Está na hora! Vamos relatar! Relate a favor ou contra e traga para o Plenário.

(Soa a campainha.)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – E, aqui, cada um de nós vai dizer qual é a sua corrente de pensamento. E vamos votar essa pauta que o País inteiro quer vê-la sendo votada.

Concedo, com muita honra, um aparte para o meu colega, que, inclusive...

Posso anunciar, Sr. Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Marcio, é porque nós temos uma lista grande de oradores inscritos. Como V. Exa. está fazendo pronunciamento como orador inscrito e nós temos oito Senadores no Plenário aguardando, eu faço a inscrição do Senador Girão e ele...

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE. Para apartear.) – Perdão, Presidente, é só um aparte, já que o nobre colega Senador Marcio Bittar me citou no início da fala.

Depois você faz aquele anúncio, está certo? Eu acho que é uma grande notícia para o povo brasileiro de uma agenda hiper positiva, que é o que a gente está precisando no momento, concreta. A ideia é do Senador Marcio Bittar e muitos outros aqui com quem já conversei...

(Soa a campainha.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... vão aderir, já estão aderindo.

Eu queria só cumprimentá-lo pelo seu belíssimo pronunciamento, cheio de entusiasmo, de energia, mas como V. Exa. citou o meu nome no início, eu tenho apenas uma divergência que é com relação à CPI da Lava Toga. Eu acredito que ela é necessária, pois a maior crise que a gente tem hoje é a crise moral. Eu sei que a gente tem uma crise econômica, uma crise social, com 13 milhões de desempregados, uma crise política. Mas a maior de todas as crises, a mãe de todas as crises, no meu modo de entender – respeito quem pensa diferente –, é a crise moral. E essa tem que ser atacada simultaneamente.

Presidente Davi, depois de 29 Senadores assinarem esta CPI...

(Interrupção do som.)

O Sr. Eduardo Girão (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - CE) – ... que é um direito de minoria, e o Senador Davi levou para a CCJ, fomos derrotados na CCJ, mas vai vir ao Plenário. Ele ficou de marcar com antecedência e a gente está esperando que seja marcada essa votação no Plenário para a gente poder defender a importância dessa CPI da Lava Toga para o Brasil, porque as denúncias, no meu modo de entender e dos 29 que assinaram, são robustas, precisam de esclarecimentos para a Nação que busca transparência, que busca correção em todos os Poderes.

Muito obrigado.



O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – Sr. Presidente, para terminar, é só para dizer que eu também concordo, a minha discordância é o *timing*. É só isso. Mas eu concordo com toda a argumentação, eu só discordo do *timing*, do tempo. Mas eu usei esse exemplo para mencionar Senadores que, podendo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AC) – ... talvez fazer uma política de revanche contra o atual Governo, seguiram as suas consciências. Eu tenho certeza de que os quatro que eu citei não o fizeram senão imbuídos do mesmo espírito daqueles que acreditaram que era o momento, citando-os como exemplo.

Quero anunciar, Sr. Presidente, que eu e o Senador Girão estamos assinando hoje um projeto que, quando fui Deputado Federal, já levantei a causa. Eu não vejo cabimento nenhum o Congresso Nacional administrar imóveis. Eu acho que já passou da hora de os imóveis funcionais, que são quase 600, se não me engano, serem vendidos. Essa é a nossa proposta. Evidentemente, ela vai passar pela Mesa, pelo estudo. Mas a ideia, de qualquer forma, é a de que o Poder Legislativo tenha outras coisas para cuidar do que ficar cuidando de imóvel funcional.

Um abraço.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Senador Chico Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR. Para discursar.) – Sr. Presidente Davi Alcolumbre, Srs. e Sras. Senadoras e Senadores, eu quero tratar hoje aqui de um assunto extremamente importante para a vida do povo brasileiro. Trata-se, Sr. Presidente, meus caros colegas Senadores, de um tema que diz respeito à vida, que diz respeito à importância que nós devemos dar à questão do fornecimento de medicamentos para a população brasileira, que tem encontrado uma série de impedimentos que têm realmente dificultado o tratamento de saúde de tantos.

O Supremo impõe restrições para o fornecimento público de remédios sem registro na Anvisa – está corretíssimo. O Tribunal finalizou quatro ações sobre a saúde. O Supremo ainda vai analisar se o Poder Público deve fornecer remédio de alto custo fora da lista do SUS. O Plenário do Supremo Tribunal Federal decidiu, nesta quarta-feira, impor restrições para que o Poder Público possa fornecer medicamentos sem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Ao apresentarem os votos, os Srs. Ministros tinham proposto regras diferentes. Quando a sessão foi retomada após o almoço, eles entraram em um consenso sobre as condições específicas em que o remédio sem registro na Anvisa pode ser oferecido ao cidadão. O Tribunal também considerou que o Poder Público não deve ser obrigado a fornecer medicamentos sem registro na Anvisa que estejam em fase de testes. Nesses casos, a situação será analisada individualmente.

O Supremo ainda estabeleceu que é possível o Estado oferecer o medicamento sem registro quando houver mora razoável, ou seja, se a Anvisa ultrapassar o prazo para a análise do registro de remédios. O prazo é de 365 dias para os remédios comuns e 120 dias para aqueles voltados para doenças raras.

Outro ponto decidido na sessão desta quarta é que cidadãos que queiram judicialmente obter remédios sem registro devem ação a Justiça Federal contra a União, e não contra Estados e Municípios.



Quatro ações sobre saúde estão na pauta do Supremo e envolvem discussões que ainda não foram finalizadas, como o fornecimento de remédios de alto custo que não estão na lista de medicamentos gratuitos do Sistema Único de Saúde.

Outro tema a ser tratado é quem deve ser responsável pelo pagamento dos medicamentos: Estados ou União. A sessão do Tribunal deve continuar ao longo de toda a semana. O julgamento começou em 2016, quando três Ministros votaram sobre o tema: o Relator Marco Aurélio Mello, Luís Roberto Barroso e Edson Fachin. Cada um deu um voto diferente, propondo condições para o fornecimento de remédios. Na época, fornecimento de remédios sem registro na Anvisa e obrigatoriedade de fornecimento de medicação fora da lista foram debatidos num julgamento único.

Os dois casos relativos às ações dos Governos do Rio Grande do Norte e de Minas Gerais contra decisões que obrigaram os Estados a fornecerem remédios têm repercussão geral. Com isso, o que o Supremo decidir valerá para todos os casos semelhantes que tramitem na Justiça.

Para a concessão de remédios sem registro na Anvisa, os ministros entenderam que são obrigatórios três requisitos: 1) exigência de pedido de registro de medicamentos no Brasil; 2) exigência de registro em agência no exterior; 3) inexistência de substituto terapêutico registrado.

Os argumentos.

Ao votar esses pedidos, o Ministro Alexandre de Moraes disse que o Poder Público somente pode ser obrigado a fornecer o remédio sem registro se a Anvisa perder o prazo de 365 dias para avaliar o caso. Nos casos de doenças raras, esse período é de 120 dias.

Não se trata de Estado contra indivíduo. A questão fundamenta-se concretamente na necessidade de se validar jurídica e constitucionalmente as opções do Poder Público de se priorizar coletivamente o direito à saúde.

Se trata de analisar, e isso às vezes em decisões vem sendo esquecido, que a arrecadação estatal é finita, que o orçamento é finito e que a destinação à saúde pública igualmente é finita.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador...

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Isso foi dito pelo Ministro Alexandre de Moraes.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF) – Senador Chico, permite-me um aparte?

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Concedo um aparte a V. Exa., nobre Senador Reguffe.

O Sr. Reguffe (S/Partido - DF. Para apartear.) – Este tema que V. Exa. traz aqui é muito relevante, Senador Chico, e é muito importante que se debata o preço dos remédios no Brasil. Os preços dos remédios no Brasil são muito mais elevados do que em outros países.

Eu tenho uma proposta de emenda à Constituição, a PEC nº 2, de 2015, já aprovada pela CCJ e aguardando ser pautada aqui, no Plenário, que proíbe a tributação de remédio de uso humano no Brasil. Enquanto países como a Inglaterra, o Canadá e a Colômbia não cobram impostos sobre medicamentos de uso humano, no Brasil, 35,7% do preço de um remédio são apenas impostos. O correto seria, quando alguém tivesse um problema de saúde, que a pessoa tivesse acesso a esses medicamentos até de forma gratuita, mas, na impossibilidade financeira e orçamentária de se ter acesso gratuito aos medicamentos, o mínimo que o Estado brasileiro deveria fazer era não tributar os remédios, tornar o preço dos remédios mais acessível para a



população. Acho que isso era o mínimo que o Estado brasileiro deveria fazer. Alguns colocam assim: "Ah, mas isso pode gerar um custo para o Estado!". E o incentivo para a indústria automobilística não gera um custo para o Estado? O Governo deu uma isenção fiscal de R\$20 bilhões para a indústria automobilística, o que corresponde a quatro vezes o que seria se tirassem todos os impostos dos remédios no Brasil. Então, o Brasil é um país que às vezes não tem critério, às vezes não sabe o que é prioridade. E ninguém compra remédio, porque quer; a pessoa compra, porque precisa dele para sua saúde.

V. Exa. traz este tema extremamente relevante. Eu quero aqui me congratular com V. Exa., porque é um tema importante de ser debatido.

Agora, um ponto importante neste tema é não se tributarem remédios. Deve-se tributar o consumo supérfluo, não o que mexe com a saúde das pessoas, com a vida das pessoas. E acho que seria importante nós votarmos aqui, nesta Casa, a PEC 2, de 2015, já aprovada pela CCJ, que proíbe a tributação sobre remédios de uso humano no Brasil. Acho que isso seria uma grande contribuição que esta Casa daria para a população brasileira.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu quero dizer a V. Exa. que enriquece o nosso pronunciamento essa compreensão do papel social. É o papel social mesmo o que o medicamento representa na vida humana – afinal de contas, ele é para a sobrevivência da vida humana. Essas taxas elevadíssimas a que V. Exa. aqui se refere, na verdade, vêm, cada vez mais, aumentando as doenças que ultrapassam aquelas doenças convencionais...

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... chegando a essas doenças para as quais é necessário um tratamento mais especializado, levando, inclusive, a uma discussão, como essa que hoje tramita nas cortes superiores. Então, muito obrigado a V. Exa. pelo aparte.

E continuaria dizendo que o Ministro Lewandowski também votou a favor – vejam bem – de permitir o fornecimento, com restrições. "Em princípio, não é possível exigir-se sempre um remédio que não consta na lista da Anvisa, mas, em circunstâncias excepcionais, isso pode sim ser deferido", afirmou o Ministro Lewandowski. Então, acho que foi de uma felicidade enorme.

O Ministro Luiz Fux seguiu a mesma linha. Ele sustentou, em seu voto, que em casos excepcionais os medicamentos têm que ser fornecidos, sim:

A Anvisa não é obrigada em princípio a fornecer os medicamentos não previstos na sua tabela, até porque não é...

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) –

... judiciário que vai se imiscuir nessa matéria por falta de *expertise* e de capacidade institucional. Em segundo lugar é possível que nos casos excepcionais e naqueles em que há previsão de autorização especial que, aí sim, haja fornecimento de medicamentos fora da tabela da Anvisa desde que preenchidos os requisitos legais e jurisdicionais aqui fixados [afirmou o Ministro Fux].

Para a Ministra Rosa Weber, a regra deve ser o medicamento fornecido pelo Poder Público ter o registro da Anvisa. Para ela, casos sem registro devem ser a exceção, casos excepcionais. A



regra é de que é indispensável o registro do medicamento na Anvisa e que, em nenhuma hipótese, há possibilidade de requerimento em fase experimental, mas, em situações excepcionais, permite-se o que a própria Anvisa em sua própria normatividade prevê, permite-se que caso a caso eventualmente se chegue a uma conclusão diversa dessa aqui encaminhada.

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – E o que está em jogo nisso, Sr. Presidente? O que está em jogo: a judicialização da saúde é hoje um dos principais temas do Judiciário brasileiro, afirmam recorrentemente ministros do Supremo Tribunal Federal. No caso dos medicamentos, há centenas de processos espalhados em tribunais de todo o País. A maioria dos casos envolve doenças raras – e estamos nos debruçando mais especificamente sobre essa questão –, e o juiz determina a concessão do remédio imediatamente.

Segundo dados do Ministério da Saúde, até 2016, o Governo Federal já havia cumprido 16,3 mil decisões sobre fornecimento de medicamentos.

Sr. Presidente, eu gostaria de dizer a V. Exa...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Concedo a palavra, nobre Senador.

O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR. Para apartear.) – Senador Chico Rodrigues, eu gostaria só de dizer que este é um tema fundamental. Parabenizo V. Exa. pela abordagem.

É preciso termos um debate sobre medicamentos de uma maneira geral, porque a população ainda sofre muito com a falta de medicamentos, mesmo no Município, com medicamentos da farmácia básica. As pessoas com deficiência nem sempre têm acesso a medicamentos que já fazem parte da listagem da Anvisa também, do SUS. Aqui não há acesso. E nós temos, como foi mencionado por V. Exa., todos os casos de doenças raras, que, de fato, é uma questão de vida ou morte. O custo benefício... Quando uma pessoa tem fibrose cística e tem acesso ao medicamento, o pai trabalha, a mãe trabalha, a pessoa trabalha. Agora, se não tiver acesso ao medicamento, essa pessoa pode estar na UTI...

(Soa a campainha.)

O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... todo mês praticamente.

Eu até quero sugerir, Senador Chico Rodrigues, que possamos, na Comissão de Assuntos Sociais, na sequência – e temos uma Subcomissão de Doenças Raras e uma Subcomissão da Pessoa com Deficiência –, discutir, em detalhe, o que V. Exa. está colocando, com muita propriedade, no pronunciamento, para vermos a decisão do Supremo, para que essa decisão seja cumprida também, porque há muitas coisas lá que não estão sendo cumpridas. O Supremo decidiu, mas questão de prazo, por exemplo, é algo fundamental. Não está registrado aqui. Não é experimental. Ninguém quer medicamento experimental, mas não está registrado aqui, mas está registrado no FDA, nos Estados Unidos, ou na Europa. Então, é um assunto – eu quero dizer para a população, a partir do seu pronunciamento – para...

(Soa a campainha.)



O Sr. Flávio Arns (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - PR) – ... levarmos este debate para a Comissão de Assuntos Sociais, onde saúde é o tema, mas medicamento tem que ser o tema também, com a sugestão do Senador Reguffe também, de olharmos essa questão dos impostos numa área tão essencial para a população.

Parabéns, Senador!

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Muito obrigado pelo aparte, nobre Senador Flávio Arns. Isso enriquece, inclusive, nossa preocupação e nosso pronunciamento, a exemplo do que também o fez o Senador Reguffe, e demonstra que essa preocupação é de todos nós Senadores. Então, esse é um viés de que nós não podemos fugir. Nós temos que ir em cima do problema.

Depois, no encerramento, eu vou deixar aqui três questões para que o Supremo, com a sua capacidade de enxergar essas demandas da sociedade, possa responder, para que possamos, na verdade, resolver o problema...

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... de milhares de pessoas que passam, hoje, por necessidade de medicamentos, o que, na verdade, a Anvisa teima em não atender.

Concedo a palavra à nobre Senadora Rose de Freitas.

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES. Para apartear.) – Eu agradeço a V. Exa. e também a compreensão do Presidente Davi.

Eu queria dizer, Senador, que apresentamos um projeto, há um tempo, que tramita nesta Casa, que fala exatamente sobre essa questão tão importante para as pessoas que têm doenças raras que não têm medicamentos no Território nacional ou, pelo menos, em andamento na sua tramitação.

Exigir – desculpem-me a sinceridade – que, para fazer uso de um medicamento, ele tenha que estar registrado na Anvisa é sentenciar à morte quem dele precisa. Por quê? Todos sabem que a Anvisa demora 10, 15, 20 anos para registrar um medicamento! Se não há similar no Território nacional e se temos de buscar lá fora esse medicamento, como é que se exige esse registro?

Eu acho que deve haver um procedimento... Por que não se exige da Anvisa, por exemplo, que ela conclua esses procedimentos internos e legais? É absolutamente auspicioso sobre a questão de organização dos Municípios...

Eu peço um pouco da tolerância do Presidente, porque esta matéria é importante, o senhor traz um assunto que importa ao Brasil.

Por que não se exige que ela analise o pedido de registro de medicamento, inclusive os que têm de transitar em Território nacional, rapidamente? Por que se demoram dez anos para fazer isso? Quantas pessoas tinham esperança elencadas à atitude e à liberação judicial? E, agora, fazem o quê?

Eu, às vezes, me sinto escanteada num processo que eu não consigo justificar. A questão econômica fala mais alto do que as vidas. Quem precisa, Sr. Presidente, de um medicamento...

(Soa a campainha.)

A Sra. Rose de Freitas (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - ES) – ... que não existe no Brasil, cujo similar não existe no Brasil, até esperar que esse medicamento tenha esse registro da Anvisa, morre, Senador! A pessoa morre, Senador Confúcio!



De repente, vem uma decisão judicial: todo mundo tem de cumprir. Faz o quê? Vamos encontrar uma outra maneira de legalizar os procedimentos.

Eu quero dizer que eu já coloquei esse processo, que é o PLS 56, de 2007, em que eu digo que não se podem tributar, Senador Reguffe, esses medicamentos em Território nacional quando de necessidade absoluta para tratamento de doenças raras e emergenciais. Muitas vezes, o tratamento pode ser feito cuidadosamente, ao longo de vários anos. E aqueles que dependem do medicamento para tomar da noite para o dia? Então, o Estado não tem nada a ver com a vida do cidadão? É simplesmente o julgamento do STF que agora determina tudo? Eu sei da acuidade com a economia dos Estados e dos Municípios, mas, por favor, a vida humana tem de ter um valor. Daqui a pouco, nós só vamos falar em números – números, todos os dias. Eu sei da debilidade econômica dos Estados, dos Municípios e do Brasil, que é resultado de todas as gestões temerárias e descuidadas, principalmente na questão da área da saúde.

Eu parabenizo V. Exa., mas, por enquanto, eu quero protestar sobre isso e encontrar uma saída legal para que a Anvisa não seja a que vai interpor sobre esse procedimento e vai impedir que justiça seja feita.

Obrigada.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Eu agradeço o aparte de V. Exa., Senadora, porque isso me traz aqui no tempo a imaginar sobre a insulina, só para dar um exemplo, com a lentidão e os problemas que estão nos subterrâneos, que nós não podemos ainda interpretar, mas precisamos...

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – ... trabalhar exatamente a forma com que a Anvisa opera. O Brasil importa mais de R\$0,5 bilhão por ano de insulina. E empresas nacionais, que precisam se organizar, que estão buscando a viabilização e a regulamentação da produção de insulina no Brasil, dependem da burocracia da Anvisa. E nós temos, nobre Senador Reguffe, de trabalhar em cima para descobrir qual é o mistério que existe. Na minha avaliação, são cartéis que o impedem, mas é importante que nós façamos um trabalho mais apurado para identificarmos isso.

Para encerrar, eu gostaria de deixar pelo menos três questões, porque tenho certeza de que o Supremo Tribunal Federal, seus ministros têm sensibilidade, vivem o problema. Como eu já disse, a judicialização é permanente com a necessidade de medicamentos raros. E eu vou deixar apenas três questionamentos.

O primeiro: o Poder Público...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – O Poder Público deve fornecer apenas medicamentos previstos na lista do SUS ou aqueles fundamentais para preservar a vida? O segundo: é possível obrigar o fornecimento de medicamentos que não estejam registrados na Agência Nacional de Vigilância Sanitária? É uma pergunta, mas, para mim, há uma resposta: sim, é possível. Remédios em fase de testes também devem ser fornecidos obrigatoriamente? O paciente sempre deve comprovar não ter condições financeiras de comprar ou, em todos os casos, o Poder Público é obrigado a fornecer?



Aí é exatamente a defesa da vida. E nós não podemos nos furtar de aprofundar essas discussões.

Meu caro Presidente Davi Alcolumbre, como V. Exa. acompanhou, vários Senadores também pediram a palavra para discutir esse tema, porque ele é recorrente, é um tema em que, em todos os Estados do Brasil, esta discussão se amplia: a necessidade urgente de a Anvisa fornecer medicamentos para doenças raras. Então, esperamos que o Supremo Tribunal Federal, na sua sapiência coletiva, possa realmente decidir em favor do povo brasileiro.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - AP) – Convido para fazer uso da palavra, no espaço da Liderança partidária, o Líder do PSB, o Senador Jorge Kajuru, o nosso grande poeta.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO. Pela Liderança.) – Brasileiros e brasileiras, minhas únicas vossas excelências, meus únicos patrões, seu empregado Jorge Kajuru, empregado público, sobe a esta tribuna, senhoras e senhores, respeitosos colegas Senadores e respeitosas colegas Senadoras.

Senador Confúcio, ajude o seu amigo: a Senadora Rose ainda está no Plenário? É em função da minha visão...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Ah, aí está. Preciso falar de você e não gosto de falar sem a sua presença.

Antes de mais nada, o Presidente Davi Alcolumbre tem que ser aqui enaltecido neste momento por toda esta Casa. É um Presidente que, além de mais novo, eu hoje lhe dou mais um *slogan*: o mais justo dos Presidentes desta Casa. Sei que vou desagradar muita gente, mas, como Ruy Barbosa me ensinou, a mim pouco se me dá que as êmulas claudiquem, o que me apraz é acicatá-las, ou seja, não estou nem aí se vou agradar ou desagradar alguém. Por que grito, embora Plenário vazio? Pelas minhas 30 redes sociais, agora para 66 milhões de acessos – agradecidíssimo, Pátria amada –, eu vou colocar este meu pronunciamento para que o País saiba e os brasileiros no exterior saibam do que é ser um Presidente justo. Ontem, o Presidente Davi Alcolumbre escolheu a relatoria da PEC apresentada por mim sobre a fundamental permanência do Fundeb. Sei que o Senador Chico pensa do mesmo modo, ainda mais o Senador Confúcio, pai da educação, o Senador Reguffe, o Senador Humberto, enfim, todos, todos aqui. Eu duvido que haja um Senador aqui que seja contra a permanência do Fundeb. E, ao contrário do que alguns imaginavam, o Presidente deixou claro que a prioridade é para quem apresentou a primeira PEC, no caso, um tal de Jorge Kajuru, juvenil aqui nesta Casa. Juvenil que jamais vai agir de uma forma que não vejo como a ideal do ponto de vista ético.

Se você entra com um projeto, se você entra com uma PEC, o que diz aqui é o quê? Que um outro Senador pode apresentar emendas. Perfeito? Agora, não entrar com outra PEC semelhante à sua. Isso é plágio, ensinou-me hoje o Senador baiano Otto Alencar, e também pensa da certa forma o Senador Esperidião Amin.

Que esta Casa reflita um pouco sobre isso, porque existe uma frase chata, mas eu vou dizê-la: a inveja é o único pecado que ninguém confessa. Todo mundo confessa tudo; inveja, não. Eu nunca vou ser invejoso aqui, nunca vou desqualificar nenhum colega para discordar dele e sempre vou obedecer às regras.



Presidente, eu o agradeço publicamente por essa justiça, porque a discussão será, inicialmente, sobre a minha PEC do Fundeb, priorizando assim o Relator. E depois o nobre e estimado amigo Senador Randolfe tem emendas importantes. E poderemos apensar – o que é, na minha opinião, o correto – os dois pensamentos, as duas PECs, para, assim, com urgência, discutirmos, porque, se deixássemos a PEC do Fundeb para o ano que vem, seria o fim, uma vez que ela acaba exatamente em dezembro do ano que vem, em 2020.

Saindo desse assunto, também quero aqui, ao grito de liberdade, Presidente Chico Rodrigues, fazer justiça à Presidente Rose de Freitas, uma amiga estimada, guerreira histórica desta Casa, deste Congresso, que Preside a CPI de Brumadinho sobre o crime ambiental da empresa genocida Vale, que para mim não vale absolutamente nada! Ela hoje ficou triste, eu a vi indignada novamente.

Senhoras e senhores, os convocados, Presidente, Vice-Presidente e Diretores da empresa Vale, vieram aqui em nossas reuniões... E eu estou presente em todas, e a Presidente sabe disso – como o Relator Carlos Viana também e como ela. Eu não faltei a nenhuma e não faltou, só se eu morrer ou estiver em caso grave, internado. Eles vieram aqui, mentiram, não culparam ninguém, inocentaram a Vale, ninguém é culpado, ninguém sabe de nada, e todos vieram protegidos por *habeas corpus* concedido pelo Supremo Tribunal Federal.

Aí hoje, na abertura da nossa 11ª Reunião, eu li a notícia da decisão tomada ontem, às 9h10 da noite, pasme, Senador Confúcio, por um Ministro do Supremo Tribunal Federal. Vamos ver se o Reguffe vai adivinhar quem é? Esse Ministro decidiu ontem o seguinte, que, além de dar o *habeas corpus* para quem comparecer na CPI de Brumadinho, a partir de agora, ele também não precisa comparecer. Então, ele tem o *habeas corpus* para ficar calado e agora ele tem também o direito de não comparecer, ou seja, esse Ministro quer o fim da CPI de Brumadinho. Interessado em quê? Existe almoço de graça?

E é por isso que eu vou gritar a vida inteira aqui neste Plenário, enquanto eu viver e até em outra vida. Eu quero a CPI da Toga, eu quero o *impeachment* do Ministro nefasto, Gilmar Mendes. Foi ele quem fez isso ontem às 9h10 da noite. Que a Pátria amada saiba. Este homem que é o Ministro mais odiado do País... Enquanto um é um exemplo, como o Celso de Mello ontem, que decidiu que Parlamentares tenham imunidade para suas opiniões nas redes sociais, aí, ainda ontem à noite, veio essa decisão do Ministro Gilmar Mendes.

Então, todos vão ter o *habeas corpus* e nem precisam comparecer à CPI. Conclusão: parar a CPI, não; nós não vamos parar – a Presidente Rose sabe disso –, vamos até o fim e vamos cumprir o nosso papel.

Eu respeito a opinião de todos os colegas. Um deles subiu aqui à tribuna hoje dizendo que a CPI da Toga colocaria fogo no País. Como? Um País do tamanho do Brasil não pode simultaneamente resolver seus problemas e ter aqui no Senado uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar, sem revanchismo, os tribunais, o Judiciário, que não é acima de Deus?

(Soa a campainha.)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – Então, para fechar, eu só quero lembrar que, há 56 anos, nos degraus do Lincoln Memorial, em Washington, capital dos Estados Unidos, o Pr. Martin Luther King, ativista pela causa dos negros americanos, falou para 250 mil pessoas com um discurso que ficou mundialmente conhecido como: "Eu tenho um sonho". Eu tenho um sonho, e deste sonho não vou abrir mão, até porque a persistência é a vitamina do sucesso.



Thomas Edison insistiu até mil vezes para inventar a lâmpada elétrica, e eu vou até o fim pelo grito da CPI da Toga e pelo grito do *impeachment* do Ministro Gilmar Mendes.

Agradecidíssimo a todos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - GO) – ... já que amanhã não haverá sessão, será sessão solene.

Então, é o que eu desejo para este nosso País ser cada vez mais justo, mais amoroso e aos meus colegas desta Casa, em família, que tenham um fim de semana com paz, com saúde e principalmente com Deus.

Agradecidíssimo e obrigado pela paciência, Sr. Presidente.

(*Durante o discurso do Sr. Jorge Kajuru o Sr. Davi Alcolumbre, Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Chico Rodrigues.*)

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar Vanguarda/DEM - RR) – Parabéns a V. Exa., Senador Kajuru, pelo pronunciamento, pelas colocações sempre firmes, pela determinação e, acima de tudo, pelas suas convicções.

Quero deixar aqui esse registro.

Convido, para fazer uso da palavra, o nobre Senador Confúcio Moura, do MDB, de Rondônia, mas, antes disso, eu gostaria de fazer duas comunicações.

A Presidência comunica ao Plenário que foi constatado erro material nos autógrafos do Projeto de Lei 37, de 2013 (nº 7.663/2010, na Casa de origem), que dispõe sobre o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, aprovado na íntegra, sem emendas, em 15 de maio e enviado à sanção no dia 16.

A inexatidão ocorreu em virtude da legislação superveniente, Lei 13.663, de 2018, que inseriu os incisos IX, X do art. 12 da Lei nº 9.394, de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

Nesse sentido, nos termos do art. 325 do Regimento Interno, a Presidência determina seja procedida a retificação dos autógrafos enviados à sanção, para que a alteração feita pelo art. 12 do projeto conste como inciso XI do art. 12 da Lei 9.394, de 1996.

Faça-se a devida comunicação à Presidência da República e à Câmara dos Deputados.

Outra comunicação que gostaria de fazer é sobre o lançamento da Ideia Legislativa em Libras.

A Presidência comunica ao Plenário que os cidadãos portadores de deficiência auditiva poderão participar do Programa e-Cidadania do Senado Federal, enviando ideias legislativas em libras na forma de vídeo para o endereço: senado.leg.br/ecidadania

O Senado é o órgão primeiro do Brasil a receber mensagens de portadores de deficiência auditiva expressas em libras, mantendo a diretriz de sempre valorizar a opinião e participação dos cidadãos na atividade legislativa.

Então, gostaria de fazer esse registro, mostrando a importância que o Senador Davi Alcolumbre dá a essas iniciativas que só vêm engrandecer esta Casa.

Então, agora, passo a palavra ao nobre Senador Confúcio Moura.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para discursar.) – Srs. Senadores, Senadoras, telespectadores, eu sempre faço discurso aqui com alguns apontamentos, eu trago um, dois, três, quatro, cinco itens e vou falando sobre eles de maneira improvisada. Mas eu resolvi pedir um apoio especial à competente assessoria do Senado Federal



para fazer para mim uma série de discursos que eles intitularam de reflexões sobre a educação brasileira desde o ano de 1500, Brasil colônia, Brasil imperial, na Velha República brasileira. E assim eu tenho o primeiro capítulo dessa série de discursos que irei fazer aqui sobre a história da educação no Brasil.

A partir de hoje, Sr. Presidente, iniciaremos uma série de pronunciamentos que têm a educação como eixo.

Para compreender as raízes da desconsideração com a educação no Brasil, partiremos de uma reflexão histórica, com o propósito de definir as fases e os marcos da história da educação brasileira.

O pronunciamento de hoje cobre o período colonial e imperial, até a Proclamação da República de 1889.

Qual é a grande questão da educação no Império? Ora, em qualquer sociedade escravagista, seguramente o modelo educacional vigente seria ou é exclusivista, pois não se cogita discutir a instrução para a parcela economicamente mais importante da população, aquela em cujos ombros repousa o trabalho produtivo, que são os escravos.

Não se cogitava educar os escravos sequer para a catequese deles. As Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, a base do ordenamento jurídico religioso da colônia, afirmavam que, para a conversão religiosa dos escravos, bastava saber algumas poucas orações e executar práticas religiosas obrigatórias. Muitos senhores, entretanto, não se mostravam ciosos da educação religiosa dos seus escravos, manifestando certa resistência à subtração do seu tempo do trabalho, até mesmo na observância dos feriados religiosos e da administração dos sacramentos.

No período colonial, a metrópole não manifestava o menor interesse em incentivar o desenvolvimento educacional de suas colônias, pois via nele a ameaça concreta à preservação dos vínculos de dependência. Por isso se proibia a fundação de instituições superiores, pelo menos até a transferência da corte portuguesa para o Brasil, no contexto das invasões napoleônicas. Assim, não surpreende que os inconfidentes de Minas, quando fabularam um plano de emancipação do Brasil, associaram à criação de uma universidade da colônia.

A ação da Coroa portuguesa limitou-se a pagar alguns mestres para ministrar aulas régias, sustentadas com subsídio literário, e a tolerar a presença de algumas instituições com foco na atuação educacional, a exemplo dos jesuítas, que se notabilizaram por constituir uma rede de colégios e seminários. Quando foram expulsos do Brasil, no bojo das reformas pombalinas, a Companhia de Jesus administrava 25 residências, 36 missões, 17 colégios e seminários.

Então, eu estou falando aqui de uma história da educação no Brasil colônia e no Brasil império.

A Igreja também mantinha seminários, com o objetivo de formar um clero local. Conventos, recolhimentos, ofereciam alternativas para a educação feminina, porém a exigência do dote restringia o acesso aos membros da elite. A Coroa portuguesa resistia a estimulá-los, pois o seu foco estava na formação de uma elite colonial baseada na difusão do matrimônio e na formação de famílias.

Ora, Sras. e Srs. Senadores, não surpreende que, em um contexto como esse, a educação fosse um bem que não estava ao alcance da maior parte da população brasileira. Era concebida como atributo da elite, que via na restrição ao acesso a garantia de preservar algumas ocupações rendosas que poderiam ser distribuídas a seus membros como alternativa de acumulação de renda. Assim, as carreiras do sacerdócio e da magistratura eram, geralmente, ocupadas por membros das



elites da metrópole e das colônias. Dessa forma, ganha sentido o retrato celebrizado por Gilberto Freyre, no clássico *Casa-Grande & Senzala*, das famílias de senhores de engenho que privilegiavam os filhos primogênitos na distribuição da herança, compensando os demais com a carreira do sacerdócio ou da magistratura.

Mesmo no universo das elites, a educação era bem raro. Em princípio do século XVIII, D. Lourenço de Almeida, Governador da Capitania de Minas Gerais, recebeu censura da Coroa sobre a não observação dos estatutos da pureza do sangue na eleição para membros do Senado e da Câmara locais. Argumentava o Governador que, na ausência de brancos minimamente qualificados profissional e moralmente, era obrigado a aceitar o preenchimento de cargos com pessoas de ascendência negra.

Os imigrantes portugueses que chegavam ao Brasil, portanto, não se notabilizavam por deter qualquer tipo de formação formal. Às vésperas da Independência do Brasil, o desalento era a melhor expressão para caracterizar a situação educacional brasileira.

A escravidão permaneceu como base econômica da sociedade imperial, de forma que, também no século XIX, parcelas ínfimas da população tinham acesso à educação.

No Brasil independente, porém, a educação assumiu uma importância que não detinha no período colonial por mais de 300 anos, não apenas por conta da remoção dos obstáculos colocados pela antiga metrópole. Os primeiros debates no Senado brasileiro revelam a razão do novo estatuto da educação: a construção de um Estado-Nação implicava a formação de uma burocracia apta a comandá-la e a administrá-la. A carência de pessoas capacitadas representava um obstáculo para o desenvolvimento do País.

Eu estou falando sobre a história da educação brasileira, desde o Descobrimento, em 1500, até a Proclamação da República, em todas as fases, do Brasil colônia ao Brasil império.

(Soa a campainha.)

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Os principais fundadores da Nação brasileira manifestavam consciência clara sobre a carência dos quadros qualificados para ocupar cargos na burocracia nascente do Império. Por isso, pela primeira vez, a educação passou a fazer parte do raio de ação do Estado, o que não acontecera em três séculos.

Nos debates do Senado sobre a criação dos cursos de Direito e Medicina, ficaria ainda mais clara a associação entre o ensino superior e a formação dos quadros para governar o País e administrá-lo. A própria composição do corpo de Senadores evidenciava essa associação.

Nas primeiras legislaturas, a formação dos Senadores brasileiros dava-se exclusivamente no exterior. Contudo, nas últimas legislaturas do Império, os Senadores formaram-se basicamente em instituições brasileiras, notadamente em Direito e Medicina.

Nossa primeira Constituição de 1824 não deixou de reconhecer a importância da educação ao estabelecer, no art. 179, a gratuidade – vejam bem: em 1824 – da instrução primária a todos os cidadãos, com exceção dos escravos, menos os escravos, por não se enquadrarem na definição de que seriam cidadãos.

Com efeito, a lei de 15 de outubro de 1827, o primeiro diploma legal aprovado pela Assembleia Legislativa sobre instrução pública no Brasil, determinava que, em todas as cidades, vilas e lugares populosos, haverá escolas das primeiras letras que forem necessárias.

Aqui eu destaco – e não vou fazer a citação – um brilhante Senador do Império chamado Bernardo Pereira de Vasconcelos, um dos maiores expoentes do Senado Federal imperial, que



revelava as expectativas pela legislação de uma carta aos senhores eleitos das províncias de Minas Gerais, em 1828.

Eu não vou descrever esse tópico, que é uma citação dele, por causa do meu tempo, que é curto. Peço desculpas ao sequenciamento, pois é muito bonito o que ele fala aqui, mas eu vou saltar.

O tema da educação nem sequer foi tocado nas falas do trono. Não era falado nem por D. Pedro I – nem tocava no assunto da educação –, que estabelecia as linhas gerais da administração do Império. D. Pedro I não se encantou pelo assunto e D. Pedro II, cujos interesses pela especulação científica eram conhecidos, não se destacou por nenhuma ação no campo da educação.

Nesses termos, mesmo excluindo os escravos, a instrução elementar não se expandiu significativamente. Estabelecimentos particulares de ensino e religiosos de vocação educacional disseminaram-se pelo Território nacional, porém eles se revelaram claramente insuficientes para atender à população.

O Estado imperial fez muito pouco pelo ensino superior no Brasil, limitando-se a custear dois cursos de Direito e dois cursos de Medicina em 400 anos, além de algumas instituições estabelecidas desde a transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Explicava o Senador Bernardo de Vasconcelos: "Para que havemos de questionar sobre o que é melhor fazer-se, se o aperto das nossas atuais circunstâncias só nos faculta indagar o que se pode fazer?", ele já questionava.

Concluindo, Sr. Presidente, quando o País mudou a forma de governo com a Proclamação da República, a educação continuava caracterizada pelo desalento. O senhor imagine uma coisa dessas: um país, de 1500 a 1889, não fazer nada pela educação – nada pela educação! É lógico: ele perdeu tempo demais.

Esta conclusão que eu faço aqui agora, Sr. Presidente, é provisória, pois eu vou continuar, e esperamos dar continuidade, com essas reflexões sobre os desafios da educação brasileira, porque até parece que muita coisa que hoje ainda existe, em pleno século XXI, se assemelha muito à época do Brasil colônia, da Velha República brasileira, da exclusão marginal dos negros. Então, a gente precisa...

A palavra certa, e eu não vou usar a eloquência de Bernardo Vasconcelos, que foi Senador da época do Império: o que está faltando mesmo é vergonha na cara, para a gente tocar a educação brasileira e corrigir as distorções e o prejuízo incalculável que todos os Governos do Brasil colonial, do Brasil império, do Brasil República Velha, do Brasil república moderna e contemporâneo ainda teimam em continuar, nessa omissão histórica, inaceitável, do tratamento do povo brasileiro com uma educação de qualidade.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Durante o discurso do Sr. Confúcio Moura o Sr. Chico Rodrigues deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.)

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Confúcio Moura, eu quero cumprimentá-lo pelo brilhante pronunciamento. E eu assisti ao início e fiquei feliz em V. Exa. vir falar diversos dias seguidos sobre educação, educação e educação.



Aproveito o momento para registrar a presença conosco da Escola Municipal Felipe de Lyon, ensino fundamental, Planaltina, Goiás – é isso? Então, assistiu aqui a um mestre na área da educação, defensor da educação, Senador Confúcio Moura. Uma salva de palmas a vocês pela visita! E ao Senador. (*Palmas.*)

Pela ordem, Senador Reguffe.

O SR. REGUFFE (S/Partido - DF. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu, já diversas vezes aqui, critiquei decisões e posturas do Senado Federal, mas hoje eu venho elogiar o Senado Federal pela votação de ontem. Ontem, aliás, nas redes sociais e nos *sites* de notícias, comentários elogiosos à decisão do Congresso Nacional e do Senado Federal de aprovar a importante medida provisória que visa abrir o mercado de aviação civil no Brasil. Foi uma decisão importantíssima do Senado Federal. A aprovação dessa medida provisória foi muito importante para o País: é importante, sim, abrir o mercado de aviação civil; mais concorrência significa, num ponto futuro, menores preços e melhor qualidade do serviço oferecido à população – os preços das passagens aéreas no Brasil são elevadíssimos, preços em média muito maiores do que em outros países do mundo. E essa decisão de permitir que empresas estrangeiras possam operar voos domésticos aqui vai em sintonia com o que a população deseja e vai baixar o preço da passagem neste País.

Então, eu acho que isso é importante. O meu lado é o lado do consumidor – é esse que eu represento aqui nesta Casa. E foi uma decisão importante do Senado Federal na noite de ontem.

É raro, inclusive, ver elogios ao Senado, como eu vi ontem nas redes sociais à noite. Então, foi uma decisão importante, assim como a proibição da cobrança da bagagem, que foi uma outra decisão importante do Senado. Alguns falam assim: "Ah, mas vai complicar para as empresas estrangeiras virem para cá". Ora, o mercado brasileiro é grande, é amplo. Essas empresas estão doidas para vir para cá. Não vai ser a proibição da cobrança de bagagem que vai fazer isso.

Essa proibição da cobrança de bagagens é muito importante também, porque a cobrança foi um gesto arbitrário da Anac, dizendo que iria cair o preço da passagem. O que absolutamente não ocorreu.

Então, foi importante essa decisão ontem. Votei favorável à aprovação desta medida provisória com muito orgulho. Acho que nós precisamos, sim, abrir o mercado de aviação civil, aumentar a concorrência. Isso é benéfico para o consumidor e isso vai gerar, em um ponto futuro, com o aumento da concorrência, uma queda no preço da passagem, uma melhoria da qualidade do serviço.

Então, eu quero parabenizar o Senado. Eu já critiquei várias coisas aqui, mas, quando há uma decisão positiva para a população, eu tenho a obrigação de reconhecer. E me orgulho de ter votado favorável a essa medida provisória ontem, que abriu o mercado de aviação no Brasil.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Reguffe, primeiro eu cumprimento V. Exa., que sempre tem posições claras e nítidas. Goste ou não goste, V. Exa. não fica em cima do muro.

Parabéns a V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Presidente, só para secundar meu querido Líder, Senador Reguffe...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Isso. E, na sequência, só para lembrar que será o Senador Humberto Costa.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela ordem.) – Será em um minuto.

Primeiro, só para destacar que nós da oposição ontem fizemos questão de não exigir um interstício regimental, que deveria haver. E eu acho que a Câmara deve tratar esta Casa, o Senado Federal, com o devido respeito, por conta da importância dessa medida provisória, da MP 863.

Então, primeiro, nós da oposição fizemos questão de contribuir, fundamental... E olha, está falando alguém aqui... Eu vou utilizar rápidas palavras de um poeta de sua terra, Mário Quintana, que diz que só doido que não muda de ideia. Há quatro anos, neste plenário do Senado, eu era contra a abertura do capital. Hoje, eu considero uma necessidade para nós acabarmos com o monopólio que há. Não há outra palavra, existe um monopólio hoje que eleva o preço das passagens. Nós temos no Brasil o quarto mercado de aviação civil do mundo. Não acredito que empresas, como algumas que já foram habilitadas, como é o caso da Air Europa, deixem de vir para o Brasil por conta de uma questão ou outra relativa a bagagens.

Na próxima quarta, Presidente, eu estarei apresentando na Comissão de Constituição e Justiça do Senado o relatório da Lei Geral do Turismo. Vamos manter e reafirmar a abertura do capital e, além de manter a abertura do capital, iremos colocar outros dispositivos para modernizar o nosso mercado, modernizando o nosso mercado, garantindo e assegurando uma necessidade para o País. Um País como o Brasil, com 8.511.000Km², a quarta geografia do planeta, o quarto mercado de aviação civil, não pode prescindir, de forma alguma, do acesso às pessoas através da sua malha aérea.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – O Senador Randolfe Rodrigues, na mesma linha do Senador Reguffe, fala da importância da abertura para a livre concorrência no nosso mercado de aviação, que é enorme. Eu nem sabia que é o quarto do mundo, como V. Exa. falou agora aí.

Muito bem! Parabéns a V. Exa.!

Senador Humberto Costa, com a palavra.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, pessoas que nos acompanham pela Rádio Senado e pela TV Senado e internautas que nos acompanham, eu havia pensado em falar hoje um pouco sobre a questão da cultura no Brasil, particularmente neste Governo Bolsonaro. Porém, diante da votação que nós tivemos no dia de ontem aqui, da medida provisória que permite a participação do capital estrangeiro nas empresas aéreas em até cem por cento, e, principalmente, por outras medidas que acompanham essa medida provisória, eu optei por hoje, mais uma vez, tratar desse tema.

Em primeiro lugar, as decisões que estão contidas na medida provisória me parecem pertinentes. Nós também sempre tivemos um nível de restrição à participação do capital estrangeiro em empresas brasileiras, mas, obviamente, isso hoje já é uma realidade. Algumas dessas empresas que aí estão já têm, por outras vias, participação, às vezes, de até de cem por cento de capital estrangeiro, e o que nos importa é que sejam empresas brasileiras que aqui venham e se instalem ou que possam adquirir ações das empresas que são, originalmente, do País. Não é essa, hoje, uma questão tão decisiva. Mas, obviamente, isso não pode ser feito sem nenhum tipo de contrapartida.

E foi por essa razão que, na reunião do Colégio de Líderes do Senado, quando o Senador Roberto Rocha trouxe o tema da medida provisória, porque ele era o seu Relator, nós todos



concordamos com a ideia levantada naquele momento pelo Senador Eduardo Braga, pela Senadora Simone Tebet e por outros companheiros e companheiras que lá estavam de que teríamos que ter uma contrapartida dessas empresas no que diz respeito à aviação regional.

No Brasil, lamentavelmente, apenas onde a aviação regional é bastante lucrativa nós temos tido a regularidade de voos, de funcionamento de companhias aéreas que tenham essa destinação, e nós sabemos que a existência do transporte aéreo é fundamental, inclusive, para o desenvolvimento econômico de diversas dessas regiões.

Por exemplo, em Pernambuco, que teve, durante um curto espaço de tempo, uma companhia regional que não somente ia para o interior de Pernambuco, mas também para capitais e cidades importantes de outros Estados do Nordeste, isso teve um impacto muito grande do ponto de vista da ampliação da relevância econômica, cultural, política, social de várias das cidades beneficiadas com essa decisão.

E mais ainda: naquele período, dada a política que foi implementada pelos Governos do PT de melhoria do padrão aquisitivo da população, de crescimento real da renda e dos salários no Brasil com a ampliação do emprego, nós tivemos um crescimento significativo da utilização do transporte aéreo no Brasil, inclusive com o crescimento da demanda para uma aviação regional.

Então, a decisão que foi tomada de incluir um percentual mínimo de compromisso dessas empresas com a aviação regional me pareceu perfeitamente apropriada.

Embora o Governo não tenha concordado com a inclusão na medida provisória para gerar menos debates e conflitos, comprometeu-se em editar um decreto ou uma medida provisória que estabeleça que pelo menos 5% – aí vamos ter que discutir se são da malha, se são do número de quilômetros percorridos, enfim – tem que haver em termos de investimento na aviação regional.

Isso pode fazer uma grande diferença para Estados como o nosso, o Estado de Pernambuco, que hoje tem condição de receber voos não somente em Caruaru, mas também em Serra Talhada, em cujo aeroporto houve uma grande reforma para se adaptar à recepção de voos comerciais. Hoje, Pernambuco só tem voos regionais para Fernando de Noronha e para Petrolina, com passageiros, inclusive, com custos exorbitantes. Para essas regiões, especialmente Caruaru, que se situa hoje como um importante centro universitário, centro de ensino, e também como um dos polos de confecções que nós temos no nosso Estado... E, próximo a Caruaru, nós temos toda aquela região do Agreste Setentrional com Santa Cruz do Capibaribe, com Toritama, com tantas outras cidades, que, estando próximas a Caruaru, podem também se beneficiar de voos regionais para lá destinados.

E Serra Talhada, que se situa na região do Sertão do Pajeú, mas também próxima à região do Sertão Central, pode também experimentar um grande avanço do ponto de vista turístico, cultural, do ponto de vista econômico – ela já é uma cidade que abriga vários *campi* de universidades, que tem faculdades privadas, que tem um grande *shopping center* em processo de conclusão para inauguração, que tem indústrias que foram trazidas pela atual administração municipal, do Prefeito Luciano Duque.

Portanto, se tivermos, realmente, condição de avançar com a aviação regional, nós permitiremos uma integração no nosso Estado bastante importante, bastante positiva. Ainda que seja em Serra Talhada, nós temos condição de atingir também toda a região. Temos condição de ter repercussões sobre aquela região próxima a Paulo Afonso, as cidades de Petrolândia, Floresta e tantas outras que se situam naquela região e que podem também ser beneficiadas.



Então, a nossa expectativa é de que o Governo possa cumprir aquilo que o Senador Fernando Bezerra, Líder do Governo, assumiu ontem, durante o processo de votação da medida provisória, que é, realmente, aproveitar esse debate para termos um incremento da aviação regional no nosso País.

Mas eu queria, principalmente, me referir à decisão que foi tomada pelo Congresso Nacional de extinguir a cobrança de bagagem despachada pelas empresas aéreas no Brasil. Nós tivemos essa decisão tomada por intermédio de uma resolução da Anac. Essa resolução foi contestada. Eu, inclusive, tive a oportunidade de apresentar aqui um decreto legislativo para suspender essa decisão por entender que ela não poderia ter sido tomada pela Anac, que estaria, na verdade, usurpando poderes que são deste Congresso Nacional, e que era uma medida que afrontava totalmente o interesse da economia popular dos cidadãos e cidadãs, brasileiros e brasileiras.

À época, houve audiências públicas, houve debates. A Anac esteve aqui, a Abear esteve aqui, tentando nos convencer de que essa era uma medida positiva, que teria, inclusive, como consequência importante a diminuição no preço das passagens aéreas. E, ao contrário, o que aconteceu é que, ao longo do tempo, o preço das passagens aéreas e das tarifas foi elevado, foram instituídos mecanismos de cálculo dessas tarifas, que são extremamente pouco transparentes.

E, ao final, fizeram com que a população pagasse por mais essa medida, que certamente só serviu para ampliar o lucro das empresas aéreas no Brasil e para gerar muitos conflitos, para gerar muitos incômodos aos usuários do transporte aéreo no Brasil.

A definição de mais de uma bagagem se somava e tem se somado à ação das empresas para, na porta do avião, fazer o despacho de bagagens que não poderiam ser levadas a bordo pelo já esgotamento desses espaços ou pela superlotação com as bagagens – aí, tempo perdido, atrasos nas saídas dos voos, incômodos de pessoas que tinham, de última hora, retirar pertences de valor dessas bagagens. Portanto, benefício praticamente nenhum.

Porém, depois que a crise da empresa Avianca se estabeleceu no Brasil – crise essa que é muito estranha, porque não atingiu a empresa Avianca colombiana –, o abuso das empresas aéreas em relação ao valor das passagens tornou-se um escândalo, uma vergonha.

Essa decisão do Congresso Nacional vem, inclusive, como um aviso a essas empresas. Elas não têm o direito de promover a exploração que estão promovendo contra a população do nosso País.

Anteriormente, eles utilizavam critérios e diziam: se você compra a passagem com antecedência "x", vai comprar por um preço razoável. À medida que o tempo vai passando e vai chegando mais perto, ela vai se tornando mais cara, pela lei da oferta e da procura. Mas acontece que, no momento atual, se você comprar a passagem um mês antes, dois meses antes, ela é tão cara quanto se você comprar na hora em que vai viajar, mostrando que essas empresas se aproveitaram da crise gerada pela falência da Avianca. A sua tentativa de recuperação judicial serviu para que esses tubarões do transporte aéreo atacassem os consumidores, explorassem os usuários do transporte aéreo.

É em boa hora que essa decisão vem, não só porque nós vamos deixar de onerar as pessoas.

Já vi, por exemplo, em rede social gente dizendo que despachou uma mala de 23kg numa viagem internacional e chegou a pagar R\$1 mil, R\$500, R\$600. Quer dizer, uma coisa completamente sem qualquer sentido.



A partir de agora, nós vamos ter a proibição da cobrança de bagagem de até 23kg, a depender se é aviação regional ou internacional, nesses três casos. Sem dúvida, vai ser ônus a menos para as pessoas que utilizam o transporte aéreo.

E eu acho que isso, Senador Rodrigo, a quem eu darei a palavra já, já, deve servir como um alerta para as empresas aéreas. Este Congresso está discutindo um projeto de lei que trata do funcionamento das agências reguladoras.

No Brasil, infelizmente, algumas agências, inclusive a Anac, ao invés de serem órgãos mediadores do mercado privado, mediadores entre o consumidor e quem vende o serviço para eliminar as imperfeições do mercado, têm sido órgãos omissos que fazem simplesmente assistir abusos permanentes, como agora, inclusive, esses que eu citei das companhias aéreas.

Mas eu ouço com atenção o Senador Rodrigo Cunha.

O Sr. Rodrigo Cunha (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para apartear.) – Agradeço ao Senador Humberto Costa pelo aparte ao passo que o parabenizo mais uma vez por levantar esse tema, um tema de extrema importância que afeta não apenas o turismo, mas o desenvolvimento do nosso País.

V. Exa. aqui lembra muito bem que, durante muito tempo, as passagens aéreas eram tratadas como um item de luxo para as classes altas da sociedade. Então, a gente viveu essa época. E em um momento nós tivemos o acesso da sociedade, das pessoas que não têm muitos recursos ao transporte aéreo, um transporte que faz com que as pessoas se locomovam com maior facilidade. E a quantidade de pessoas que faz uso faz com que as empresas tenham um lucro cada vez maior.

Mas, a partir do momento, e V. Exa. tocou no ponto chave, em que nós não temos uma concorrência, o que prevalece é a lei da oferta e da procura, sem dúvida nenhuma. Então, num caso como esse, hoje, para ir ao meu Estado de Alagoas, como a gente fala, apenas uma perna, pagar R\$1,7 mil!

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Exatamente.

O Sr. Rodrigo Cunha (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Por apenas uma perna, pagar R\$1,7 mil... Se você vai e volta já são R\$ 3,4 mil. Então, é um absurdo!

E, ao abrir o mercado desta forma, tentando puxar novas empresas para o mercado de consumo interno, acredito que nós vamos fazer com que essa lei da oferta e da procura prevaleça, e não a lei da usura, porque a gente percebe em várias situações. Não é apenas a mala que está sendo cobrada, a bagagem que está sendo cobrada. O assento é cobrado – muitas vezes o consumidor nem sabe –, como também a alimentação hoje é cobrada. O consumidor tem a opção de comer ou de não comer.

Mas tudo isso não é pelo argumento de que vai baixar o preço das passagens, não é. A gente sabe que o que vai fazer baixar o preço das passagens é justamente a concorrência, não tem outra forma. Podem colocar gratuito... Se a gente fizer alguma legislação aqui para determinar que a alimentação seja gratuita, o assento seja gratuito, a bagagem seja gratuita, se não houver empresas concorrendo, o preço não baixa. Então, o que vai fazer baixar é isso, abrir para o mercado estrangeiro.

E V. Exa. também trouxe aqui a grande preocupação do nosso mercado interno...

(Soa a campainha.)



O Sr. Rodrigo Cunha (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – ... através dos destinos regionais serem prestigiados nesse momento. Na verdade, é não regredir neste ponto, fazendo com que outros destinos que são importantes também para o desenvolvimento do nosso turismo seja levado em conta.

Então, nesse ponto, acredito que o consumidor pode comemorar, sim. Absurdos como V. Exa. também trouxe de pagar R\$600 ou R\$700 para em uma viagem internacional levar uma bagagem é inaceitável.

Então, o consumidor que antes pagava hoje vai passar a não pagar por essa bagagem e não é isso que vai fazer encarecer. Então, a gente vai acompanhar outros procedimentos em que as agências reguladoras e também quem propõe mudanças com o benefício para o consumidor, se este Poder não ficar atento, vai ser realmente um faz de conta.

E aqui eu quero mais uma vez ressaltar o que foi aprovado há dois meses aqui por este Plenário, algo de extrema importância, que é o cadastro positivo. Uma das principais justificativas, inclusive todos os Parlamentares que se manifestaram, foi também no sentido de que, aprovando o cadastro positivo, o acesso ao crédito para o consumidor ficará mais barato.

E esta Casa colocou um elemento importante, um elemento de análise, após um prazo, para saber se de fato fez com que esse acesso ao crédito ficasse mais barato. É dessa forma que esta Casa colabora para o bolso do brasileiro.

Então eu parabenizo V. Exa. por trazer este assunto, que é o assunto do momento, e as pessoas estão, sim, comemorando a postura que esta Casa teve no dia de ontem.

E ressaltando também que V. Exa. trouxe, logo no início da fala, o Senador Randolfe também foi muito ativo nesse ponto, de valorizar o nosso papel de ser uma Casa revisora. Então chegar aqui, o que eu acompanho em algumas Câmaras Municipais, em algumas Assembleias Legislativas, e imaginar que na alta cúpula, digamos assim, do Poder Legislativo, se tenha aquele famoso rolo compressor, que lhe tira a possibilidade de fazer qualquer alteração necessária, é inaceitável.

Então eu acho que nós devemos sempre levantar a voz sobre esse sentido e contará com o meu apoio.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Agradeço o aparte de V. Exa. e o incorporo integralmente ao meu pronunciamento.

E ouço o aparte do Senador Randolfe Rodrigues para concluir a minha fala, Sr. Presidente.

O Sr. Randolfe Rodrigues (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Para apartear.) – Será bem rápido, meu caríssimo Senador Humberto.

É que eu não deixei de ser provocado quando V. Exa. falou de preço de passagem, porque imaginem Brasília–Macapá.

A regra não são passagens com preços mais agradáveis; a regra são passagens que são equiparadas a preços de Belém para Miami, de Brasília para Miami, desse tipo, desse padrão.

Tem alguma coisa errada, que eu acho que nós temos que de fato analisar no mercado da aviação civil brasileira.

Essa situação que V. Exa. muito bem destaca agora da quebra da Avianca reforça um caráter de monopólio.

Então, eu acho que o Congresso Nacional ontem deu uma resposta não só na abertura do capital, que me parece que até o setor aéreo considera que é necessário, mas o Congresso Nacional



foi mais adiante, e acho que o fez bem; advertiu claramente que tem que ter uma resposta do setor aéreo nacional aos altíssimos preços de passagem.

Nós praticamos um preço de passagem que me parece que é um pouco fora do padrão mundial. Acho que vamos ter duas, tenho certeza que temos duas decorrências da decisão de ontem. Uma é a abertura para novas empresas virem para o Brasil. A outra é nós avançarmos, repito, espero que na semana que vem nós votemos o marco regulatório do turismo no Brasil e ao votarmos o marco regulatório, a Lei Geral do Turismo, a ideia, eu espero que o Governo cumpra o seu compromisso e edite um decreto em relação à aviação regional. Nós do Nordeste e da Amazônia, do Norte e do Nordeste, sabemos muito a importância e a necessidade da aviação regional.

Então, se o Governo não editar, é necessário nós aprovarmos, no marco regulatório do turismo brasileiro, os dispositivos que foram sugeridos aqui na Comissão Mista do Senado em relação à aviação regional.

Cumprimento V. Exa. pelo pronunciamento.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE)

– Eu agradeço o aparte de V. Exa., incorporo-o integralmente ao meu discurso.

Queria fazer uma sugestão, porque acho que esse tema é do interesse de todos os Senadores, porque é um interesse da população brasileira: poderíamos organizar um debate sobre a situação do transporte aéreo no Brasil, vários de nós escolhermos uma comissão, trazermos aqui a Anac, a Abea, e dizermos claramente que, se esse tipo de prática predatória continuar a existir, as instituições, entre elas o Congresso Nacional, terão que se posicionar de forma muito mais firme.

Por último, eu quero só dizer que me senti muito feliz com essa decisão de ontem, porque todos aqui sabem que eu fui a pessoa que apresentou a proposta de decreto legislativo sustando a cobrança de bagagem despachada.

Nós tivemos aqui a aprovação, unânime, do Senado, todos os Senadores votaram. E, no entanto, até hoje, a Câmara dos Deputados não havia votado. Então, houve a votação dessa medida provisória que agora tornou lei a proibição da cobrança da bagagem – tornando-se realidade.

E, por último, eu tenho certeza, espero... Aqui foi dito ontem também pelo Líder do Governo que não acontecerá nenhum tipo de voto por parte do Presidente da República. E, se houver, estaremos todos unidos para derrubar esse voto no Congresso Nacional.

Obrigado, Sr. Presidente.

Desculpe por ter extrapolado o tempo.

Agradeço a todos e a todas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Ficou dentro do tempo.

Parabéns pelo pronunciamento e pela postura, como Líder do PT, neste fato e tantos outros aqui, que só orgulha todos nós.

Eu chamo, para usar da palavra, neste momento, como Líder, o Senador Randolfe Rodrigues.

E, ao mesmo tempo, aproveito o período de V. Exa. ir à tribuna para registrar a presença conosco da Escola Interamérica, ensino fundamental, de Goiânia.

Sejam todos bem-vindos aqui no palco da democracia, Senado Federal.

Aqui o Senador Alvaro Dias, falou o Senador Humberto Costa, vai falar ainda o Senador Rodrigo Cunha. E agora, neste momento, o Senador Randolfe Rodrigues fala pela Liderança.



O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP. Pela Liderança.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, todos que nos assistem pela TV e no ouvem pela Rádio Senado, ontem, recebi a informação, nós recebemos a informação aqui de um ato de total despreparo, e me permitam o trocadilho, de falta da educação do Ministro da Educação, de falta de ética daquele senhor que ocupa uma das pastas mais importantes para este País, que é o Ministério da Educação.

Esse senhor, esse indivíduo, expôs, nas redes sociais, o telefone, expôs e distribuiu, o telefone particular da Deputada Tabata Amaral. É um ato para que não há outro termo, Presidente. V. Exa., se quiser, pode até pedir para tirar das notas taquigráficas, mas é um ato típico de canalhas. Canalhas! Há alguns momentos em que o Plenário do Congresso Nacional ouviu essa expressão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Permita-me que eu diga isto: Tancredo Neves...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... usou e não foi retirado.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Perfeito.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não vou ser eu quem vai retirar um termo dum Líder como V. Exa.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço.

Mas é um ato – como já foi usado aqui inclusive num momento histórico –, é um típico ato de canalha. O que dizer... É importante até – dizem que o que acontece na vida tem seu momento e seu destino –, é importante nós termos estudantes neste momento ocupando a galeria do Senado, porque são os estudantes e a juventude deste País que sabem a importância do investimento em educação.

Já seria um acinte o que esse ministro faz, cortando recursos da educação, ofendendo a educação brasileira como está ofendendo. Ter, nesta semana, se dirigido, de forma desrespeitosa, a uma das melhores Parlamentares que este País tem, a Deputada Tabata Amaral, uma jovem Parlamentar de uma geração que vem aqui para o Congresso Nacional trazer ventos novos para o Congresso Nacional, uma Parlamentar do time de Rodrigo Cunha, de Fabiano Contarato – que chega agora aqui no Plenário –, e de outros tantos que significam de fato a renovação da política, é um ato para que não há outro termo, é de canalha. Não há outro termo para defini-lo.

Mas eu pensava que tinha ficado por aí o ato desse senhor. Pensava! Depois me veio a informação de que ele ofendeu, de forma atroz, uma outra companheira Parlamentar. E esta, Parlamentar do meu Estado, a Deputada Marcivânia Flexa. Organizado – junto com milícias, não tem outro comportamento para o comportamento que alguns Deputados que sustentam este Governo tiveram ontem no Plenário do Senado –, organizado por algumas milícias de atuação lá no Parlamento, desrespeitaram uma das melhores Deputadas que o Amapá já trouxe para Brasília – e eu diria, uma das melhores Deputadas deste País, que é minha companheira do Partido Comunista do Brasil, Deputada Marcivânia Flexa.

Ficou por aí o desrespeito do mal-educado Ministro da Educação? Não; ele tinha que ir mais longe. Entreouvido numa fala com a Deputada Marcivânia Flexa, ele diz, da arrogância que lhe é



particular, do autoritarismo que o caracteriza, ele diz que não queria ouvir a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas. Eu já vi que esse ministro não entende de educação e não entende de matemática. Ministro que não sabe fazer conta de chocolatinho, então não entende também de matemática. Ele também não entende de história, pelo visto. Então, me permita falar para ele na condição humilde de historiador, de historiador e de quem aprende história todo dia – opinião humilde. Ele disse: "UNE e Ubes não são representantes do povo brasileiro." Não, ministro, UNE e Ubes realmente não são, UNE e Ubes não têm mandato na Câmara Federal. A UNE e a Ubes têm mais que isso: têm uma história. Duas instituições que carregam duas das mais belas histórias deste País.

O Ministro tem que aprender que a União Nacional dos Estudantes foi fundada em 1937. De lá para cá, nesses mais de 70 anos de história, quase 80, ela esteve presente em todos os momentos fundamentais da vida nacional. Se nós temos a Petrobras, é devido à luta dessas duas entidades, da União Nacional dos Estudantes e da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

O Ministro tem de entender que a União Brasileira de Estudantes Secundaristas tem os seus primeiros passos, embora fundada em 1947, em 1901, na então Federação Nacional dos Estudantes.

Talvez o Ministro não entenda que da parte da UNE e da Ubes saíram poetas como o mais importante expoente da poesia nacional, Vinícius de Moraes. Talvez o Ministro não saiba que passaram pela UNE e pela Ubes dois dos baluartes da educação brasileira que ele não conhece: Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro. Ambos passaram pelos assentos dessas entidades, militaram nessas entidades. E talvez ele não saiba porque ele não se referencia nem em Paulo Freire, nem em Anísio Teixeira, nem em Darcy Ribeiro, três baluartes não da educação do Brasil, mas três baluartes da educação no mundo, que esses senhores deste Governo que passaram pelo Ministério da Educação desrespeitam cotidianamente. Anísio, Darcy, Paulo Freire são reconhecidos pela Unesco como patronos mundiais da educação.

Num ato de desconhecimento, na audiência de ontem da Comissão de Educação, diz lá o Ministro: "Método Paulo Freire". Mal ele sabe, Senador Fabiano, que Paulo Freire não é um método; Paulo Freire é uma ideia, é uma ideia que inspira pedagogos e professores por todo o País. Só ele que não sabe o que significa a principal obra de Paulo Freire, a *Pedagogia do Oprimido*. Só ele que não, porque a Europa inteira sabe. As instituições de ensino superior dos Estados Unidos sabem.

Ora, na história do Brasil está Anísio; na história do Brasil está Darcy; na história do Brasil está Paulo Freire. Reconhecidos pelo mundo. Cátedras mundiais os reconhecem como professores *honoris causa*, principalmente Darcy e Paulo Freire. Na história do Brasil está a União Nacional dos Estudantes, o seu legado, a luta contra a ditadura, que a UNE e a Ubes tiveram. Na história do Brasil estão dirigentes da UNE e da Ubes que entregaram o seu sangue para que a gente estivesse aqui no Parlamento hoje defendendo a liberdade, defendendo a justiça, defendendo a educação.

Passaram pela União Nacional dos Estudantes homens como Honestino Guimarães. Passaram pela União Nacional de Estudantes Secundaristas homens como Edson Luiz de Lima Souto, inspirador das grandes mobilizações e manifestações de 1968, de maio até setembro daquele ano.

Esses são dois exemplos de estudantes que entregaram sangue para que o direito à liberdade existisse hoje. Direito à liberdade que permite até que o Ministro da Educação possa faltar com a



educação e falar todas as asneiras que ele fala. Direito à liberdade que permite e possibilita inclusive isso.

Então, eu sabia que ele não conhecia de Matemática, eu sabia que ele não conhecia de educação e, agora, descubro que ele também não entende de história. Então, chego à conclusão de que ele não é capaz de estar no posto que assume.

É por isso. Sr. Presidente, e mais do que isso, esses atos seriam só atos de incapacidade. Eu sou da máxima o seguinte: *impeachment* ou pedido de afastamento ou de cassação não é remédio para governos ruins, para Ministros ruins. Não é remédio. Pedir afastamento, pedir demissão para Ministros incapazes não é o remédio, porque isso é um ato de confiança unilateral do Presidente da República, por mais asneiras que o Presidente da República também cometa. Mas é um ato de confiança dele e, em respeito ao Executivo, em respeito à organização dos Poderes, tem que ser aceito.

Agora, falta de ética, quebra de decoro, aí, não. Quebra de decoro é ofensa à ordem jurídica. Quebra de decoro é crime de nossa parte – da minha, de qualquer Senador ou Senadora, de qualquer Deputado ou Deputada, do Presidente da República, dos Ministros de Estado, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, dos Ministros do Tribunal de Contas da União, de todos os membros dos Poderes. Então, quebra de decoro é crime. Está na Lei do *Impeachment*, Lei nº 1050, de 1952, art. 9º. E expor o número pessoal de uma Deputada Federal, como esse Ministro fez com a Deputada Federal Tabata Amaral, isso é quebra de decoro.

É por isso que estou encaminhando hoje ao Supremo Tribunal Federal e à Procuradoria-Geral da República, para que não restem dúvidas. Estarei também na companhia do Senador Alessandro e convido os colegas Senadores que quiserem também subscrever, o companheiro de partido Fabiano, o colega Rodrigo. Estarei protocolando no Supremo pedido de *impeachment* do Ministro da Educação, e, junto com isso, também estarei representando à Procuradora-Geral da República.

Faço assim porque existem dois entendimentos: um é que pedidos dessa natureza podem e devem ser feitos diretamente ao Supremo; e, então, deixaremos ao julgamento do Supremo assim decidir; e outro que somente a Procuradoria-Geral da República pode representar ao Supremo. Por isso, faremos o outro também à Procuradora-Geral da República.

Repto: não faço de bom gosto, não faço com agrado pessoal. Não o faço assim. Faço porque é missão e função nossa fazê-lo. Assim como, certo dia aqui, defendi a inviolabilidade do mandato parlamentar, conforme preceitua o art. 52 da Constituição, contra quem quer que seja, inclusive em relação a Parlamentares que sejam adversários meus. Assim o faço porque há ofensa a membro do Congresso Nacional; e, neste caso, a ofensa foi cometida contra dois membros do Congresso Nacional: a exposição de um telefone pessoal de uma Parlamentar não é conduta e procedimento de alguém que está em uma das pastas mais importantes deste País.

Ouço, com muito prazer, o meu querido amigo Senador Rodrigo Cunha.

O Sr. Rodrigo Cunha (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para apartear.) – Senador Randolfe, agradeço-lhe o aparte. Parabenizo V. Exa., como sempre bastante ativo na defesa da democracia.

O que V. Exa. traz aqui à tela é justamente o que eu posso dizer hoje de uma das maiores inspirações para quem está do lado de fora e pensa em entrar na política para fazer a boa política. Quando a gente observa o trabalho e a forma como chegou a Deputada Tabata a ser eleita Deputada Federal, a causa que ela carrega não é nem uma das principais, é a principal causa dela:



a educação – reconhecida mundialmente por isso, fazendo um trabalho transparente, um trabalho limpo, um trabalho que engaja outras pessoas e inspira, com certeza, uma geração que está lá do lado de fora e que acha que só existe uma forma de entrar na política.

Então, quando eu vejo a postura que a Deputada Tabata vem tendo, em curto espaço de tempo, o destaque nacional que tem, e ser desrespeitada por um Ministro, como V. Exa. diz, da Educação, expondo – olha só o papel de um líder, porque Ministro tem que ser um líder: imprimindo os *prints* e os sair distribuindo com o número pessoal da Deputada, para tentar comprovar algo. São os pequenos atos que demonstram, são as pequenas atitudes que demonstram o perfil de cada um.

Eu vou dar o meu depoimento pessoal da única experiência que eu tive com o Ministro, aqui nesta Casa, numa Comissão a que ele veio fazer uma explanação sobre o Ministério. Pode parecer detalhe, mas não é, você percebe o perfil das pessoas nessas situações. Vou voltar o exemplo do chocolate, mas não foi esse chocolate que ele expôs ao lado do Presidente da República. A reunião foi uma reunião demorada, ele estava ali, lanchando, e foi o único que estava lanchando – mas isso não há problema –, e estava com alguns chocolates à frente dele; e na hora da intervenção do Senador Styvenson, o Senador disse: "Olha, Ministro, V. Exa. aqui está tranquilo, porque está lanchando, e a gente ainda não chegou a se alimentar". Aí o Ministro disse: "Você quer o chocolate?" – preste atenção! –, aí o Senador Styvenson falou: "Se não tiver lactose, eu quero". O Ministro da Educação respondeu: "Eu não tenho essa frescura, não. Aqui eu como com lactose e sem lactose".

Eu tenho uma filha que não pode comer produtos com lactose. O que eu mais falo para o irmão dela é que aquilo não é frescura, que tem que respeitar, que há muitas crianças que, no País inteiro, têm intolerância à lactose. Então, como é que eu tenho um Ministro da Educação dizendo que é besteira, que é frescura? A palavra foi essa: "frescura". A gente tem um trabalho completamente contrário, a gente está falando aqui da educação.

Então, o Ministro jamais poderia se portar dessa forma. É um pequeno detalhe, como eu estou dizendo, mas que demonstra um perfil. Então, eu tenho certeza que não é o fato de ser economista, ligado à economia, que vai desmerecerê-lo de estar à frente da educação, mas tem que ser humano também. Não pode olhar única e exclusivamente para números; tem que olhar para a vida. Então, essas atitudes fazem com que cada um de nós, sempre que possível, possa se manifestar para demonstrar qual é o Brasil que nós queremos. A pasta da Educação está de mal a pior. Não foi ele, já é uma sequência; mas cabe a nós, sempre que possível, puxar a orelha e tentar fazer com que avance no desenvolvimento que este Brasil precisa.

Então, aqui eu ressalto tanto a postura da Deputada Tabata de ser ativa, de ser a inspiração para uma nova geração de políticos e de pessoas que querem o bem deste País, como também é lamentável a postura de um Ministro que quer ser um líder nessa área, nessa pasta tão importante.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Agradeço, Senador Rodrigo. O seu aparte só amplia, só melhora o meu pronunciamento aqui, admirador que sou de V. Exa. e de companheiros como o companheiro Fabiano Contarato.

É uma atitude de mediocridade. Eu já defini como canhice, mas é uma atitude de mediocridade, não só com Tabata, mas também com Marcivania. Com Marcivania porque foi uma atitude coordenada, organizada, por ele e pelas milícias. Eu não chamo de Parlamentares aqueles Parlamentares que ontem estavam na Comissão de Educação e que interromperam a Deputada



Marcivania. Trataram a Deputada Marcivania de forma machista, misógina. Aliás, de alguns deles, militantes de uma espécie de milícia, milicianos de Parlamento – não há outro nome para isso –, eu não poderia esperar outro comportamento. Eu até espero comportamento diferente, porque a gente espera do Parlamento e de Parlamentares postura, decoro. É algo da instituição parlamentar. É algo da fundação do Parlamento. É algo que possibilita que nós tenhamos aqui divergência de posições, que possamos pensar de forma diferente, estar em campos opostos, mas que não digladiemos. Possibilita que a gente tenha posições diferentes em um debate e que em outro possa construir acordos da política e possa conviver.

Ofensa, agressão, machismo, reação e impedir que entidades como a história da UNE e da Ubes possam se pronunciar, a instituição da violência é triste, é lamentável. São tristes e lamentáveis os tempos que estamos vivendo. Parece que a prática da violência virou rotineira, virou cotidiana, inclusive no Parlamento. O respeito para com o outro surge da empatia.

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – Empatia é uma expressão que quer dizer: entender o outro, que é tão característico e tão necessário na nossa convivência e deixa de existir. E aí é o momento em que nós temos que, concretamente, reunir aqueles que ainda acreditam que não têm alternativa e fuga fora do Estado democrático de direito. Eu acho que essa é a principal...

Nós estamos vivendo um limite muito preocupante. Quando o Presidente da República incita o ódio, quando o Presidente da República diz que todo mundo tem que andar com uma arma, quando o Presidente da República, que é o mais alto mandatário da Nação e deveria ser o exemplo – aí eu me recorro à velha consigna, que tem várias denominações de quem diz: "O exemplo arrasta, a palavra só convence" –, se o Presidente da República se comporta dessa forma, o que esperar do comportamento de seus Ministros de Estado? Comportamento deseducado do Ministro da Educação. Parlamentares que sustentam o Presidente da República atuando como militantes, como milicianos, misóginos, machistas, agredindo uma Deputada, que, com muito orgulho, é Deputada do meu Estado, a Deputada Marcivania Flexa, da forma mais cruel, mais baixa possível e expondo uma das maiores revelações deste Parlamento, do Congresso Nacional, que é a Deputada Tabata Amaral.

Então, Presidente, as atitudes que tomarei, para as quais convido os colegas, em relação ao Ministro da Educação, repito, não tomo de bom gosto.

Eu faço porque é necessário fazer. Eu faço porque não é aceitável que...

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... a condução...

Nós estaremos, daqui a pouco, debatendo aqui e votando, a proposta de emenda à Constituição do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica, o financiamento da educação dos próximos anos. Não há pasta mais importante. Não há área mais importante para o futuro de uma sociedade do que a educação. Nenhuma sociedade que deixou de investir na educação prosperou, e todas que investiram e apostaram avançaram.

Então, não posso aceitar o comportamento de quem dirige a pasta, e não podemos aceitar que, com as medidas que vamos debater neste Congresso – entre essas medidas a questão do



Fundeb –, esse senhor permaneça na pasta da Educação. Eu sei que é ato unilateral do Presidente da República.

Repto que o disse ontem: em um governo decente, um Presidente da República que visse o seu ministro da Educação dar causa...

(Interrupção do som.)

(Soa a campainha.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar Senado Independente/REDE - AP) – ... à exposição de uma Parlamentar e à agressão a outra Parlamentar, em um governo decente, esse ministro já teria sido demitido. Decência é algo que eu não espero de Jair Bolsonaro – eu não espero isso dele e do seu Governo. Se ele não toma a atitude que a decência à República exige, então cabe a nós, na condição de Congressistas, tomarmos.

Externo aqui meu desagravo e minha solidariedade total à Deputada Tabata, como ontem o fiz; à minha querida companheira do Amapá, Deputada Marcivania Flexa; e a estas duas entidades que coincidem a sua história com as histórias de luta do povo brasileiro por direito e justiça, durante todo o século XX até os dias atuais: a União Nacional dos Estudantes e a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem, Senador Randolfe Rodrigues. Assinamos embaixo o seu pronunciamento, com a competência de sempre.

De imediato, por permuta com o Senador Izalci, o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR. Para discursar.) – Presidente Paulo Paim, Srs. Senadores, a Câmara dos Deputados acaba de superar uma das etapas para a deliberação sobre a reforma administrativa do Governo, votando, agora à tarde, os destaques da medida provisória. E nós, no dia de ontem, tivemos um debate intenso naquela Casa especialmente sobre a localização do Coaf. Uma proposta de emenda retirou o Coaf do âmbito do Ministério da Justiça, e o Podemos, nosso Partido, apresentou requerimento de destaque para a votação dessa emenda. Fomos derrotados por 18 votos – apenas 18 votos. Essa votação significou a transferência do Coaf para o Ministério da Economia.

Nós teremos, na próxima terça-feira, a deliberação dessa matéria aqui no Senado Federal e nós vamos tentar mais uma vez, com requerimento de destaque para que o Coaf possa permanecer no âmbito do Ministério da Justiça, já que entendemos ser o local adequado para a sua existência. Não se trata de premiar o Ministro Sérgio Moro, provavelmente ele não reivindica esse prêmio. Trata-se de trabalhar pela institucionalização de uma política de Estado de combate à corrupção.

A Operação Lava Jato um dia termina, mas nós não podemos encerrar com o combate à corrupção. E o Estado brasileiro precisa se instrumentalizar convenientemente para o combate a esse mal. Certamente, essa instrumentalização passa pela melhor utilização possível do Coaf, que é muito importante e há de ser valorizado. Ele tem prestado um extraordinário serviço à investigação da corrupção no País, já que cabe a ele monitorar as movimentações financeiras atípicas, ou seja, movimentações anormais, o que enseja a necessidade da quebra sigilo bancário nos inquéritos instaurados.

Eu sou testemunha da importância do Coaf aqui, nesta Casa, em várias CPIs, inclusive na CPI do Judiciário, que investigou o superfaturamento do prédio da Justiça do Trabalho em São Paulo e culminou com a cassação de um Senador da República, o Senador Luiz Estevão, que



ainda se encontra preso na Papuda, em Brasília, e levou à prisão também um magistrado. O Juiz Nicolau acabou preso por consequência daquela CPI, que não teve por objetivo fazer uma devassa no Poder Judiciário, mas que levou em conta um fato determinado que exigia investigação. O mesmo se aplicaria hoje se instalássemos aqui a CPI denominada de CPI Lava Toga. O objetivo não é uma devassa no Judiciário, mas é a investigação de fatos determinados oriundos de denúncias do conhecimento público inclusive.

Mas esse não é o objetivo do nosso pronunciamento hoje. Nós estamos destacando apenas a importância do Coaf nas investigações. Referi-me às investigações efetuadas no Parlamento por intermédio de CPIs. Citei a do Judiciário. Tivemos, para dar mais exemplos de conhecimento público, a CPI do Mensalão, a CPI dos Correios e foram fundamentais as informações fornecidas pelo Coaf sobre movimentação financeira, propiciando a quebra de sigilo bancário para o aprofundamento das investigações. E é evidente que, no contexto da Operação Lava Jato, todos nós sabemos da importância do Coaf. Certamente, muitas das investigações bem-sucedidas tiveram uma colaboração fundamental desse Conselho.

Por essa razão, nós continuamos advogando a tese de que o melhor lugar para o Coaf é o Ministério da Justiça. O mandato do Ministro Moro termina, o Ministério da Justiça fica e há que se instrumentalizá-lo para o combate à corrupção e às organizações criminosas, ao crime organizado, à evasão de divisas, à lavagem de dinheiro, à corrupção de forma geral. Então, nós vamos, no Senado, na próxima terça-feira, apresentar esse requerimento de destaque para tentarmos recolocar o Coaf no seu devido lugar, que é o Ministério da Justiça.

Mas há nessa medida provisória algo ainda mais grave, que é uma emenda, que nós consideramos jabuti, que pretende subtrair prerrogativas da Receita Federal. A Receita Federal tem sido também importante. Ao impedir que a Receita Federal, por intermédio dos seus auditores, possa investigar ilícitudes praticadas, nós estamos trabalhando e legislando a favor da corrupção no País, especialmente a corrupção no âmbito da Administração Pública.

Vamos exemplificar: um Senador, eventualmente, é investigado pelo Ministério Público. O Ministério Público pode tomar conhecimento da evolução patrimonial deste Senador, mas, se a evolução patrimonial do Senador não levantar qualquer suspeita de recebimento de propina, o inquérito será simplesmente arquivado. Se nós permitirmos a ação dos auditores da Receita Federal, eles podem, devem e investigam o entorno deste Senador, com as pessoas a ele vinculadas, e, eventualmente, podem descobrir que uma empresa beneficiada pelo favorecimento político ilícito proporcionado por aquele Senador repassou o dinheiro da propina a familiares ou pessoas próximas desse Senador. Esse é um trabalho que só será possível por intermédio dos auditores da Receita Federal, que têm acesso à movimentação financeira de todas as pessoas, sem prejuízo do sigilo, que é uma prerrogativa do cidadão, que é um direito constitucional do cidadão, a privacidade. Mas, certamente, se legislarmos para retirar essa prerrogativa da Receita Federal, estaremos estimulando a corrupção.

E, nessa hora, é preciso reconhecer que triste é verificar que algumas pessoas agem pensando na má conduta futura. Em relação ao Coaf, por exemplo, se há alguém que teme o Coaf, o teme em razão do que possa ocorrer doravante, porque, em relação ao passado, o Coaf já apresentou as informações requeridas pelo Ministério Público, no âmbito da Operação Lava Jato especialmente. Em relação à Receita Federal, da mesma forma. Se há aqueles que querem reduzir a importância da Receita na investigação, a eficiência dela na investigação, é porque há má intenção, há má intenção da prática de corrupção. E isso é deplorável. E nós temos de combater.



Essa emenda é jabuti, porque ela não se insere no contexto do objetivo dessa medida provisória. Por essa razão, há possibilidade de sua retirada.

Soube, por intermédio do Líder do Podemos na Câmara dos Deputados, o Deputado José Nelto, que houve um entendimento. O Governo encaminharia um projeto de lei para devolver essas prerrogativas à Receita Federal. A medida provisória foi aprovada, por voto simbólico, na tarde de hoje em razão desse acordo. Mas cabe ao Senado excluir, se possível, da medida provisória, sem aguardar apresentação de projeto, esse jabuti, até por uma questão de coerência.

Se nós adotamos essa norma, a norma da exclusão de projetos que não encontram similitude com o objetivo central da medida provisória, de emendas que não encontram relação com o objetivo central da medida provisória, nós devemos, já na preliminar, excluir. E, evidentemente, não há a hipótese de aprovação de jabutis a partir desse momento em que chegamos a esse entendimento, estabelecemos essa norma que vem sendo praticada. E temos de ser coerentes para que essa prática se consagre definitivamente.

Obviamente alguém pode dizer que a Receita Federal, com essa medida, não está impedida de pedir a quebra do sigilo bancário, por exemplo. Basta ter autorização judicial. Mas imaginem, Senadores, a Receita Federal, ao solicitar a quebra de sigilo bancário de alguém com foro privilegiado, terá que submeter ao Supremo Tribunal Federal essa solicitação. E, se autorizada a quebra do sigilo bancário dessa autoridade com foro privilegiado, posteriormente, para encaminhar ao Ministério Público, terá que novamente solicitar ao Supremo Tribunal Federal a autorização para esse procedimento.

Portanto, não se justifica. Nós estariamos descumprindo compromissos que muitos de nós assumimos com o povo brasileiro, já que essa agenda do combate à corrupção foi a prioridade absoluta no discurso eleitoral. Praticamente todos os eleitos utilizaram-se dessa agenda do combate à corrupção. Quando não se cumpre os compromissos da campanha eleitoral, se pratica o verdadeiro estelionato. Nós só podemos denominar de estelionato eleitoral o ato de descumprimento dos compromissos assumidos durante a campanha eleitoral.

Por essa razão, desconhecendo ou reconhecendo a existência de acordo na Câmara dos Deputados, essa foi a informação que recebi agora, aqui, ainda no Plenário do Senado, se houve esse acordo, não nos importa que tenha ocorrido esse acordo, é nosso dever retirar da medida provisória, já que teremos a oportunidade de, na terça-feira, deliberar sobre essa matéria. Não podemos perder a oportunidade de retirar o jabuti que provocou indignação justificada na população brasileira.

E o que é mais grave, Senador Fabiano Contarato, com retroatividade, essa emenda proporcionaria a retroatividade. Os efeitos jurídicos alcançariam ações de investigação que já ocorreram. Poderíamos dar instrumentos a advogados regiamente pagos, especialistas competentes para a anulação de ações criminais decorrentes da Operação Lava Jato, da Operação Zelotes, da Operação Greenfield. Vejam a gravidade desta emenda que retira da Receita Federal essas prerrogativas fundamentais no combate à corrupção.

Não vejo como o Senado Federal não possa, na terça-feira, aprovar esse requerimento com a exclusão desse jabuti do texto da medida provisória. Essa é uma necessidade que nos incumbe no momento em que há, da parte de alguns, a tentativa de jogar sobre o Congresso Nacional a responsabilidade por tudo de mau que possa ocorrer neste País. E nós temos que reagir a essa estratégia funcionando com eficiência, atuando com competência.



Será a resposta a essa estratégia. Se querem afastar dessa instituição a sociedade brasileira, nós temos que conquistar a sociedade para estar ao nosso lado, porque essa é uma instituição essencial ao Estado de direito democrático. Nós podemos condenar eventualmente integrantes dessa instituição, porque nós somos passageiros eventuais, somos substituíveis; a instituição é permanente, é definitiva, é insubstituível. Não podemos admitir que ela seja apedrejada a cada momento, que ela seja achincalhada a cada desvio que um ou outro possa praticar. É preciso preservar a instituição como caminho para a preservação do regime democrático.

E certamente nós estaremos contribuindo para o aprimoramento do processo democrático se nós atendermos aqui às aspirações legítimas e maiores do povo brasileiro, fazendo a leitura correta das prioridades eleitas pela população. E, sem dúvida, o combate à corrupção é a prioridade número um de uns tempos para cá neste País, até porque o Brasil ocupa um lugar vexaminoso no *ranking* dos países mais corruptos do mundo. No ano passado, a Transparência Internacional coloca o nosso País na 105^a posição entre os países, a percepção do combate à corrupção nos coloca nesse longínquo, nesse distante lugar no *ranking* dos países mais corruptos do mundo.

Isso nos faz desperdiçar oportunidades preciosas de desenvolvimento econômico, porque os investimentos são definidos em razão dos índices de corrupção de cada nação. Os conglomerados econômicos escolhem para os seus investimentos os países com índices menores de corrupção.

E a Transparência Internacional tem um dado que eu considero fundamental para a análise de todos nós, e por isso eu o repito quando posso: se nós tivéssemos índices de corrupção, por exemplo, semelhantes aos da Dinamarca, teríamos uma renda *per capita* 70% maior do que a renda *per capita* que temos hoje, num país com tantas demandas sociais, com desigualdades incríveis, que luta para escapar dessa armadilha da renda média e alcançar índices de desenvolvimento compatíveis com as potencialidades econômicas que generosamente Deus nos ofereceu no Brasil.

Enfim, Srs. Senadores, cumpramos o nosso dever e, na próxima...

(Soa a campainha.)

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – ... terça-feira, não decepcionemos o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Parabenizo o Senador Alvaro Dias pelo assunto extremamente necessário de ser tratado de forma antecipada por esta Casa. Nós ainda vamos analisar e podemos corrigir a tempo. V. Exa. é conhecido no País inteiro por um carimbo que é o carimbo do combate à corrupção e, então, tem vários projetos, dentre os quais, eu posso destacar o fim do foro privilegiado. Então, por que a gente não avança nessa pauta? É uma pauta extremamente positiva para o País. A quem interessa fazer essa alteração no Coaf? A quem será que interessa, se é algo que está sendo demonstrado que é eficiente, que veio para ajudar a combater, a instrumentalizar, como V. Exa. bem diz, o combate à corrupção? Então, parabenizo-o, mais uma vez, por este momento. Tenho certeza de que, na próxima terça-feira, o Brasil vai estar com os olhos neste Plenário.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PODE - PR) – Muito obrigado.

Uma saudação especial aos estudantes. Agora, fui informado de que são estudantes lá do Paraná que nos visitam aqui, uma honra para todos nós. Sejam bem-vindos ao Senado Federal.



(Durante o discurso do Sr. Alvaro Dias, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Cunha.)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Muito bem. Sejam bem-vindos. Com certeza, têm muito orgulho do filho dessa terra.

Antes de passar a palavra ao orador Senador Paim, faço aqui a leitura de um comunicado em que a Presidência lembra às Sras. e aos Srs. Senadores Congressistas que está convocada sessão solene do Congresso Nacional a realizar-se amanhã, 24 de maio, às 11h, no Plenário do Senado Federal, destinada a homenagear o centenário do nascimento do Prof. Fernando Figueira, Patrono do instituto de Medicina IMIP no Recife. Então, todos os senhores estão convidados.

Agora, passamos a palavra ao nosso Senador respeitado Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discursar.) – Senador Rodrigo Cunha, Senador Fabiano Contarato, eu vou falar do meio ambiente, que é o tema que V. Exa. comanda aqui na Casa, mas eu recebi um documento, há minutos, que eu quero deixar nos *Anais* da Casa, que é sobre algo que eu venho dizendo há muito tempo, ano após ano. A previdência não tem déficit, e não podem agora os governos que entram – cada um que entra – dizer que todos os problemas do País serão resolvidos com a reforma da previdência.

Recebi este documento:

Estadão/FGV: reforma da Previdência não é tudo e entraves seguirão, diz economista.

Segundo o professor e pesquisador José Júlia Senna, há um exagero enorme na confiança dos mercados e dos economistas [...] [quando dizem] que a reforma [...] [será] a solução para todos os problemas.

Está aqui o documento, é uma entrevista longa. Ele diz com muita clareza – eu li a entrevista – que, mesmo depois da reforma, os entraves continuarão. Ele diz que os entraves ao crescimento seguirão e que está faltando atenção do Governo para os verdadeiros entraves da demanda agregada.

Já repeti isso diversas vezes. Primeiro, disseram que era a trabalhista; fizeram, e o desemprego saiu de 12 milhões para 14 milhões. Num certo momento aqui – e eu estava também e votei contra –, tudo era o tal de congelamento de gastos, que eu chamo de congelamento de investimentos. E aí foi a história daquela Emenda 95, que congelou por 20 anos o investimento no País. E o País se encontra nesse estado de quase – eu não diria de recessão, recessão já é – convulsão devido ao desemprego que já chega aos 14 milhões.

Senadores Izalci, Fabiano e Rodrigo Cunha, eu quero falar do meio ambiente. Eu estou muito preocupado, não sou especialista nessa área, mas faço questão, porque meio ambiente é vida. Se você ataca o meio ambiente, está atacando todo o complexo da vida no Planeta. E, por isso, eu vou me debruçar neste momento sobre esse tema, lembrando que teremos o Dia Mundial do Meio Ambiente no dia 5 de junho.

Foi numa Conferência das Nações Unidas realizada em Estocolmo, na Suécia, no ano de 1972 que foi instituído o Dia Mundial do Meio Ambiente, celebrado anualmente no dia 5 de junho. O objetivo dessa data é chamar a atenção da população, da sociedade, dos governos, dos legisladores para a questão ambiental e para a importância da preservação dos recursos naturais. Foi a partir daí, desses 47 anos para cá, que teve início um processo na mudança de pensar, de ver, de tratar as questões ambientais na ótica social, política, econômica, em todo o Planeta. Sabemos que estamos distantes de resolver os problemas ambientais. E eles estão acontecendo.



Há estudos que mostram com clareza o avanço do desmatamento, inclusive – por que não dizer? – e principalmente no Brasil. Somos o País que mais perdeu árvores em 2018 em todo o mundo – 1,3 milhão de hectares de florestas primárias, aquelas que não tinham sofrido interferência humana. Vamos ao Brasil: somente na chamada Amazônia Legal, os números mostram que, entre agosto de 2018 e março de 2019, período que compreende o ciclo de desmatamento, a região perdeu 1.974 quilômetros quadrados de floresta, um aumento de 24% se comparado ao mesmo período do ano anterior. Um outro destaque que aparece: só nos primeiros 15 dias de maio, o desmatamento passou a ser 19ha/h, o dobro do registrado no ano anterior.

Cientistas do mundo todo afirmam que as florestas, os pântanos, as savanas do Brasil são cruciais para uma grande diversidade dos povos, para a estabilidade do clima e para a conservação da biodiversidade. Estancar o desmatamento é crucial para as chuvas necessárias para a agricultura e para o desenvolvimento do Brasil.

Em 2018, 17 desastres naturais mataram 5.425 pessoas em 11 países. Terremotos, furacões, inundações, tormentas atingiram milhões de pessoas em todo o mundo.

Não bastasse, voltando ao Brasil, o desastre de Mariana, há três anos, com 19 mortos, provocado pelo homem, Brumadinho aparece em 2019, levando à morte 300 pessoas.

Sr. Presidente Rodrigo Cunha, o meio ambiente está ligado ao ciclo da vida, do nascimento, do oxigênio que nos alimenta, dos alimentos. A natureza está em nós. Nós temos vida a partir dela e com ela – dependemos do meio ambiente –, não somos nada sem ela. A biodiversidade é a base das atividades agrícolas, pecuárias, pesqueiras e florestais. E a própria indústria passa pela biotecnologia.

A fauna e a flora são partes do patrimônio de uma nação, produto de milhares de anos de evolução concentrados naquele local e momento. A diversidade genética das plantas é essencial para a criação de grãos mais produtivos. As indústrias farmacêuticas e cosméticas dependem da natureza, assim como as indústrias de óleos, látex, fibras, gomas e muitas outras. Tudo depende da natureza.

Porém, há um detalhe a mais que eu considero importante. Prestem atenção. Se não respeitarmos a natureza, a ecologia, tudo acaba. Não haverá bem-estar social, não haverá felicidade no mundo. Estaremos cavando a nossa própria cova.

Não há como negar a gravidade dos problemas ambientais globais, o aquecimento da Terra, a perda da camada de ozônio, a perda da diversidade biológica, a expansão dos desertos, as queimadas, a poluição, o ataque aos mares, aos oceanos, aos rios e, repito aqui, a derrubada de florestas. Se continuar assim, a humanidade brigará entre si, haverá guerras até por água.

O Dia Mundial do Meio Ambiente pede não apenas uma reflexão, mas pede conscientização individual e coletiva, aumento da consciência individual e coletiva, e também, urgente, mudança do padrão de comportamento.

O coração das árvores, das matas, dos rios, das plantas e dos animais, a alma do verde, o espírito dos pássaros estão sofrendo e pedindo socorro.

Nós temos o dever de, pelo menos, tentar resolver o problema – e agora, não é amanhã. A irresponsabilidade é enorme e nós não podemos nos furtar a esse bom debate e deixar o problema para as gerações futuras.

Sr. Presidente Rodrigo Cunha, três questões sobre o meio ambiente.

A ONU emitiu alerta para evitar uma catástrofe climática. Um relatório divulgado pelo Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da Organização das Nações Unidas mostra



que ainda é possível minimizar a catástrofe climática, mas mudanças rápidas e sem precedentes são necessárias para atingir esse objetivo. O documento de 400 páginas pede transformações radicais – abro aspas – "no modo como vivemos, desde as fontes energéticas que utilizamos aos alimentos que consumimos, para limitar o aquecimento do planeta em 1,5 graus Celsius em relação ao período pré-industrial" – fecha aspas. Segundo a ONU, os cientistas alertam que o aquecimento acima desse patamar trará consequências profundas para a saúde e o bem-estar da humanidade e colocará o ecossistema e a biodiversidade em risco. Para evitar esse cenário, as emissões humanas de dióxido de carbono terão que cair 45% até 2030 em relação aos níveis de 2010 e zerar em 2050. E isso, segundo o relatório da ONU, só será possível com mudança no estilo de vida das pessoas, ou seja, a humanidade é o grande alvo do meio ambiente.

Segunda questão: os agrotóxicos já mataram cerca de 500 milhões de abelhas no Brasil só neste ano. Somente no Rio Grande do Sul, foram 400 milhões; o restante foi nos Estados de São Paulo, Santa Catarina e Mato Grosso do Sul. Como se sabe, as abelhas são responsáveis por promover a reprodução de várias espécies de plantas. Quando morrem as abelhas, podem crer, é o meio ambiente reagindo, é um alerta. Só no Brasil, 60% das 141 espécies de plantas cultivadas para alimentação humana e produção animal dependem, de alguma forma, da chamada polinização das abelhas. Em escala mundial, esse percentual sobe para 75%, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO).

Outra informação de assustar é que o Brasil, no ano de 2013, consumiu 1 bilhão de litros de agrotóxicos. São 14 tipos de agrotóxicos nocivos à saúde que são usados no País, produtos banidos do resto do mundo.

Nesta semana, o próprio Ministério da Agricultura faz nova liberação do quê? De agrotóxicos, de oito extremamente nocivos. A lista foi publicada no *Diário Oficial da União* de terça-feira, dia 21. A maioria dos novos registros é de componentes de uso industrial, ou seja, servirão de matéria-prima para os produtos formulados que são os que chegam para o produtor rural e, enfim, o consumidor. As liberações de novos agrotóxicos têm sido frequentes neste ano. De acordo com dados da Organização Não Governamental Greenpeace, mais de 150 agrotóxicos foram liberados só neste ano, contra 106 ao longo de 2018 e 74 em 2017.

O alerta vem neste sentido: como ficam a vida e a saúde? Temos que considerar o impacto ambiental, o impacto social, o impacto econômico e o ataque à vida. Rios, águas, florestas, campos – repetimos –, alimentação, cidade, gente, tudo isso são direitos humanos. Estão atacando a humanidade.

Terceira questão. Felizmente, o Governo – lembro aqui – recuou e anunciou que o Brasil vai sediar a Semana do Clima da América Latina e Caribe, que será em Salvador entre os dias 19 e 23 de agosto. Agradeço pelo recuo. Na tribuna, falamos diversas vezes que era um equívoco. Felizmente, o Governo recuou e vai participar, vai ajudar, vai sediar a Semana do Clima da América Latina e Caribe em Salvador. O evento faz parte da Convenção da Organização das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. A Semana do Clima tem como função o diálogo entre os governos estaduais e prefeituras de diversos países sobre as mudanças climáticas; além disso, também é o momento que empresas podem negociar e discutir por tecnologias voltadas para a diminuição da emissão de poluentes.

O evento de Salvador – e por isso estou destacando tanto no meu pronunciamento – é preparatório para a 25ª Conferência do Clima da Organização das Nações Unidas (COP 25), que será realizada em dezembro em Santiago, no Chile. Aliás, é bom lembrar que a COP 25 também



seria realizada no Brasil. Infelizmente, o Governo brasileiro abriu mão, com o argumento de que geraria gastos. O evento, então, foi transferido para o Chile. Penso que o Governo brasileiro também errou nesse aspecto.

Sr. Presidente, o Papa Francisco ensina que devemos tratar o meio ambiente com ternura, com amor – e eu digo que assim também creio. Cuidar do meio ambiente é pensar no agora, é construir o amanhã, é amar plenamente o presente e o futuro. E o que é o amor se não a maior força que há no Universo? Sem amor, não há vida, e amar o meio ambiente é amar o Planeta, todo o ecossistema; é amar, além das questões ambientais, a vida. Eu me refiro aqui à vida humana.

E, se há vida, deve haver consciência entre os homens entre as mulheres, mas a consciência não redime o erro de atacar a vida quando se ataca o meio ambiente. O avanço está justamente no entender o erro e persistir para que não volte a acontecer jamais. Quando se dá esse processo, quando o homem assume a sua condição, aí, sim, há a plenitude.

Terminando, Sr. Presidente, devemos tratar o meio ambiente com respeito, eu repito, com carinho e com muito, muito amor; amor que renasce todos os dias no canto dos pássaros, no vento, nas florestas, nos rios, nos mares, nos oceanos, no simples nadar de um peixinho, na água que bebemos, no pão que nos alimenta, na criança que sai do ventre. Reafirmamos, assim: respeitando o meio ambiente, estaremos garantindo o nobre ciclo da vida.

Muito obrigado, Presidente.

Senador Lucas, sempre é uma satisfação receber um aparte de V. Exa.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP. Para apartear.) – Senador Paulo Paim, por quem eu tenho um respeito imenso, carinho, pela posição também que ocupa nesta Casa, pelos mandatos que tem, mas eu ouvi atentamente V. Exa. falando que na Amazônia mil e tantos quilômetros foram devastados. É importante que se diga que nós temos hoje no Brasil 38 milhões de quilômetros quadrados de reserva! Tente propor para um outro país, para os Estados Unidos, para a Índia, essa área como reserva. A gente fala no Brasil, na Amazônia: "Ah, nós estamos devastando". Não, eles estão devastando mais que nós! E eu falo isso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Lucas, só para ajudar, só para ajudar. É que, no início do meu pronunciamento, eu falei tudo o que estão fazendo lá fora e, aí no final, eu entrei...

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... dando os informes aqui no Brasil. A preocupação é por todo o Planeta; não foi só pela Amazônia, pelo contrário.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Pois é, mas eu estou falando, porque eu sou do Estado...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... mais preservado do mundo, ou seja, nós fizemos o nosso dever de casa. E, lá no Amapá, 73% de nossas áreas são reservas decretadas pelo Governo Federal – sem consultar nenhum amapaense. Lá, 97% de nossas florestas primárias estão intactas; no Brasil, só 30%; nos Estados Unidos, só 17%; no ecológico, no tão ecológico Canadá, só 11%.



E aí é como eu falo: nós temos, sim, que fazer uma nova legislação, porque, lá no Amapá, nem agrotóxico se usa, pois não se pode plantar nada. Os que tentaram plantar, os nossos agricultores, foram...

(Interrupção do som.)

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... depois multados pelo extinto Imap e até pelo órgão estadual. Então, lá nós não temos problemas com agrotóxicos.

Sobre agrotóxicos, que se fala no mundo, se o senhor for ver, o Japão é o país que mais usa, e lá temos a maior média de vida do mundo, porque são organofosforados, ou seja, um herbicida...

Se o senhor for ver, os faixas verdes, os inseticidas, que hoje são todos naturais, praticamente... Quer dizer, criou-se uma celeuma sobre isso. E os organofosforados são à base de fósforo. Eles induzem a planta, ou seja, são estimulantes para a planta e, às vezes, nem são venenos. Então, tem que desmistificar isso, tem que haver um estudo sobre isso.

Eu falo também que nós temos que preservar, sim...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... mas nós temos que avaliar que os amazônicas estão lá com chikungunya, com febre, com dengue. Estão lá e ficam ali sem poder fazer nada, não podem fazer uma queimada, porque são multados.

Eu até falo: lá no Amapá, o Incra assentou 16 mil parceiros. Só há 2 mil lá no campo. Porque ficaram abandonados à própria sorte. Se o senhor concordar, a gente pode pegar 14 mil pessoas do Rio Grande do Sul e levar lá para o Amapá e trazer 14 mil para o Rio Grande do Sul, porque é muito fácil falar, criticar, dizer que estamos derrubando, quando lá há qualidade de vida – e a gente até troca a dívida do Estado, a gente vai lá para ajudar a pagar essa dívida. Por quê? Porque o nosso povo lá está na pobreza contemplando a natureza. Não se compensa nada para manterem a gente lá, para manterem os amazônicas lá, mas só vivem falando "tem que preservar a Amazônia", "tem que preservar". Vamos embora lá ajudar, vamos criar um fundo para ajudar quem está lá, porque até agora nosso povo lá é escravo ambiental. Todo mundo quer que a gente fique preservando e vigiando as árvores para levar oxigênio para os Estados Unidos; o mundo todo destruindo, e a gente lá tentando ainda conseguir equilíbrio.

Vimos agora o Fundo Amazônia. Nunca foi um real que significasse lá para o Amapá. Nunca! Aí o Fundo Amazônia financiou o Brasil todo, mas o Amapá, não. Nós, lá, produzimos energia, Senador. Levaram um linhão para lá. O Linhão de Tucuruí foi para o Amapá. Inundaram um rio todo, mataram um rio com três hidroelétricas, inundaram lá 70km de rio, e nós não ouvimos uma voz neste Senado...

(Soa a campainha.)

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... nem no Brasil e de nenhum famoso de palco ou de passarela em defesa das árvores lá. Quantas árvores foram mortas lá na inundação? Cem milhões? Cem mil? Um milhão de árvores? Mas não se ouviu ninguém em defesa.

Então, a gente tem que juntar as forças aqui para fazer com que os Estados que ainda estão preservados não aumentem essa degradação, esse corte da floresta que todo mundo quer manter em pé, para a gente conseguir uma compensação. E eu, desde já, quero pedir ao senhor... Porque a gente vai entrar com uma PEC aqui, nesta Casa, para criar uma compensação ambiental para os Estados mais preservados.



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Muito bem!

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Quer dizer, lá, o Rio Grande do Sul...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Conte com meu apoio.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Quantos por cento há preservado...

(Interrupção do som.)

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Só para a gente...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não há problema, Senador Lucas Barreto. Eu acredito e eu estou preocupado porque vou atender... Eu até falei para o Presidente que uma Presidente de um tribunal vem falar comigo às 15h. Mas deixe-me só lhe falar o seguinte: eu não consigo entender que o mundo todo esteja errado, que a luta contra a poluição no mundo inteiro, em defesa do meio ambiente, e a gente não tenha o que fazer...

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Não, eu estou falando...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Deixe-me só...

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... que, hoje, com o que o senhor falou...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Calma.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... só o Amapá está certo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não. Pelo que o senhor está falando, meus cumprimentos ao Amapá.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Nós estamos certos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos ao Amapá.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Nós fizemos a nossa parte...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Sabe o carinho que eu tenho por V. Exa.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... mas ninguém compensa por isso.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Posso chegar lá?

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Pode.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meu carinho ao Amapá. Votarei junto à PEC, com certeza absoluta. Vamos criar um fundo para a defesa do meio ambiente? Vamos criar. Pode apresentar que eu defendo junto. Agora, eu não posso dar uma de ouvido de mercador.

(Soa a campainha.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Vejo o mundo todo gritando, o mundo todo chorando, e eventos acontecendo agora, como o de Paris, como o do Chile, como o da Bahia, manifestando que temos que aprofundar o debate em defesa do



meio ambiente. Eu não posso chegar aqui ao Senado e só falar de Pedro, de Paulo, de João, e não falar sobre o meio ambiente. A nossa obrigação é falar. E, no falar, que é a obrigação do Parlamento, dialogar e construir alternativas.

Já esteve aqui um Senador da Amazônia, especificamente, que fez um belo discurso nessa área. Eu, lá debaixo, fiz um aparte e o elogiei. Ele me falou daqueles que estão lá no meio da floresta. É claro que os apoiamos e vamos apoiar sempre. Agora, não dá para o Senado do Brasil, um país continental como o nosso, a décima economia do mundo, não discutir a questão ambiental. Tem que discutir. E os dados que eu trago não são dados que eu inventei, que eu criei; são dados de organizações do Brasil e do mundo.

Aqui na tribuna, nós temos que suscitar o debate. E que bom que vai haver essa conferência! Que bom que haverá uma sessão de homenagem aqui, se não me engano, no dia 5, que vai discutir o meio ambiente! Então, eu não tenho nenhuma posição contrária à sua posição. A minha posição... Conte comigo...

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Eu não disse que o senhor tem posição contrária, Senador.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas deu a impressão, Senador...

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Eu disse que, quando se fala aqui, só se fala da desgraça da Amazônia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Não, a gente fala da realidade do meio ambiente.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Não se fala do que a gente está fazendo de bom também...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Mas eu adoro a Amazônia.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... para o mundo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Adoro o seu Estado.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – E todo mundo quer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Adoro o senhor...

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... preservar. E nós estamos fazendo isso...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – ... que fez um evento, e eu me neguei a presidir e pedi para ele presidir.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Então, eu quero que o senhor me ajude a dizer aos Estados que fizeram a sua parte, nesse caos em que vivem de sugestão...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acredito que...

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... de pauta, que a gente vai conseguir...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu acho que há problema em todo o Brasil, em todo o Brasil.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – diminuir essa questão dos desastres ambientais. Que a gente continue mantendo o Amapá lá, mas tem que se compensar...



O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A compensação...

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... porque lá nós estamos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Concordo plenamente.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – ... em cima da riqueza, e o nosso povo está na pobreza, contemplando a natureza.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Fique tranquilo. Se depender deste humilde Senador, eu estarei do seu lado para que haja a compensação. Que se crie um fundo que atenda os Estados que mais preservam!

Estamos juntos?

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Estamos juntos.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Eu sou seu admirador. Pode crer!

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP) – Já estamos com esse projeto pronto. Logo, logo, vamos ter a sua assinatura e o seu apoio.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Quero assinar embaixo do seu nome.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Paulo Paim, eu o parabenizo. É sempre um prazer ouvi-lo falar. V. Exa. sempre com um discurso bem equilibrado e buscando justamente o equilíbrio para algo tão necessário, que é o meio ambiente.

Muita gente confunde equilíbrio quando vai conceituar a sustentabilidade, porque imagina que é necessário apenas, como o Senador Lucas mencionou aqui, proteger o meio ambiente, e não é isso. A sustentabilidade é justamente conseguir o equilíbrio entre a área social, a área econômica e a área ambiental. Então, acho que essa busca de área, com certeza, na Semana do Meio Ambiente, vai ser muito bem tratada aqui.

Então, parabéns!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Obrigado, Presidente.

DOCUMENTO ENCAMINHADO PELO SR. SENADOR PAULO PAIM.

(*Inserido nos termos do art. 210 do Regimento Interno.*) (Vide Item 3.1.3 do Sumário)

Matéria referida:

– "Estadão/FGV: reforma da Previdência não é tudo e entraves seguirão, diz economista."

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – E até a próxima!

Sendo assim, dando sequência, convido o Senador Izalci Lucas para fazer uso da palavra.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF. Para discursar.) – Sr. Presidente, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, o cientista, biólogo, astrônomo, astrofísico e divulgador de ciência mais famoso do século XX, Carl Sagan, dizia que, "em algum lugar, alguma coisa incrível está esperando para ser descoberta". Sagan tinha e tem razão.



Nesta semana, Presidente, visitei, em Campinas, o superlaboratório Sirius, de 68 mil metros quadrados, que fica em um terreno de 150 mil metros quadrados, junto ao *campus* do Centro Nacional de Pesquisa em Energia e Materiais, onde está instalado o Polo II de Alta Tecnologia, totalmente nacional. É hoje o mais avançado e líder mundial em sincrotrons, superando um similar inaugurado, no ano passado, na Suécia.

O custo desse superlaboratório é de R\$1,8 bilhão. Desse valor, foram investidos até o momento R\$1,3 bilhão e com orçamento já garantido para a sua conclusão.

São 200 empresas brasileiras e mil pesquisadores envolvidos nesse projeto, que já traz e trará descobertas, seja na criação de um medicamento, na extração do petróleo, na obtenção de energia, seja no desenho de novos fertilizantes.

A solução para os desafios enfrentados pelo Brasil e pelo mundo em áreas como energia, saúde e meio ambiente exige o conhecimento de como as coisas funcionam na escala dos átomos e das moléculas. É isso que permite o desenvolvimento de materiais mais leves e resistentes, melhores medicamentos, fertilizantes mais eficientes, alimentos mais nutritivos, fontes de energia renováveis e processos industriais menos poluentes.

Sirius, a nova fonte de luz sincrotron brasileira, é a maior e mais complexa infraestrutura de pesquisa já construída no País e uma das primeiras fontes de luz sincrotron de quarta geração do mundo. É planejada para colocar o Brasil na liderança mundial de produção de luz sincrotron e foi projetada para ter o maior brilho entre todos os equipamentos na sua classe de energia. Essa máquina, Presidente, funciona como um grande microscópio que, ao revelar a estrutura molecular, atômica e eletrônica dos mais diversos materiais, permite pesquisas em praticamente qualquer área do conhecimento, com potencial de resolver grandes problemas da atualidade.

E para que serve a luz sincrotron? As fontes de luz são equipamentos extremamente versáteis, que permitem a investigação de qualquer material para aplicação em praticamente todas as áreas do conhecimento.

Para se ter uma ideia da importância desse laboratório, darei aqui alguns exemplos do uso dessa ferramenta: serve ao desenvolvimento de materiais e sistemas para células solares, células combustível e baterias, bem como nas pesquisas de novos materiais leves e eficientes, como plásticos, vidros e fibras, que podem ser utilizados em aviões, automóveis, motores e muitos outros componentes; é importante ferramenta para exploração de óleo e gás em áreas profundas como o pré-sal; contribui para a produção eficiente e economicamente viável de combustíveis e produtos químicos a partir da biomassa; investiga a substância para a produção de fertilizantes mais eficientes, baratos e menos poluentes; investiga a concentração e a localização de nutrientes em suas condições de absorção pelo organismo, visando à produção de alimentos mais nutritivos – elementos essenciais da nutrição, como proteínas e lipídios, podem ser localizados por técnicas de imagem de luz sincrotron.

A luz permite analisar a presença dos efeitos poluentes do meio ambiente, como gases e metais pesados produzidos pela indústria ou veículos, no diagnóstico de imagem. As características da luz sincrotron são muito superiores às fontes convencionais e permitem medidas com maior resolução e contraste em tempos muito menores.

Na tomografia convencional por raio-X, por exemplo, o alto brilho das fontes de luz sincrotron permite minimizar tempo de exposição em várias ordens de magnitude. A luz também serve ao desenvolvimento de novos cosméticos ou para avaliação de segurança dos efeitos dos



produtos na pele, no cabelo e nas unhas, sendo possível, inclusive, analisar o seu comportamento físico e químico após as suas aplicações.

Senhoras e senhores, um projeto como esse que acabei de relatar assusta muito aqueles que não têm visão de futuro, mas é em momentos de crise que o investimento em ciência e tecnologia é fundamental. Os Estados Unidos, no auge da crise de 2007, considerada a mais grave desde a depressão de 1929, lançou o Programa de Investimento em Ciência e Tecnologia, entendendo que é através de ciência e tecnologia que você tem chance de gerar inovação e novas ideias para ajudar a sair da crise. Isso foi feito, isso aconteceu. O país se recuperou.

A nossa capital, que, no próximo ano, completa 60 anos, estacionou no tempo e no espaço. Não evoluiu, não inovou. Ao contrário: andou para trás, em razão de escolhas desastradas dos nossos governantes.

Com praticamente o mesmo custo desse investimento que acabei de relatar, optou-se por construir um estádio de futebol gigantesco, que em nada serve para o desenvolvimento, para o progresso e para o futuro de nossa gente, especialmente de nossos jovens. Dinheiro jogado fora, muito dinheiro.

Isso nos mostra que precisamos escolher melhor os nossos gestores, nossos Governadores. Precisamos que pensem nas gerações futuras, como bem disse o romancista e poeta francês Victor Hugo: "saber exatamente qual a parte do futuro pode ser introduzida no presente é o segredo de um bom governo".

Então, Sr. Presidente, quero dizer que nós precisamos investir muito na área de ciência e tecnologia, temos que popularizar a ciência na escola para que os nossos jovens e a população em geral entendam a importância do investimento em ciência e tecnologia.

O nosso orçamento hoje é menor do que há 20 anos, e um país sem investimento em ciência, tecnologia, inovação, pesquisa e, óbvio, educação, não vai a lugar nenhum. Mas, Sr. Presidente, eu também disse aqui que traria, em todo o meu pronunciamento, algumas notícias boas, porque aqui se fala muito em notícia ruim. E, dando, então, sequência a essa colocação que fiz, quero aqui dizer que, no momento em que o Congresso está discutindo mudanças na reforma da presidência para alterar a idade e o tempo de serviço para a concessão do benefício, trago uma notícia excelente para quem começou a trabalhar cedo e não conseguiu incluir o tempo de trabalho antes dos 16 anos na contagem para aposentadoria: o INSS informou esta semana que vai aceitar esse período de contribuição no cálculo da aposentadoria.

Para o trabalhador comum, para que esse tempo seja computado é preciso comprovar por meio de contracheques, cartões de ponto e ainda por meio de uma ação de reconhecimento de vínculo trabalhista. No caso do trabalhador rural, o tempo pode ser comprovado com notas fiscais ou uma declaração dos pais. Atualmente, o INSS exige para essa comprovação documentos como carteira de trabalho, livro de registro de empregados, folha de ponto, contrato individual de trabalho, de modo que a simplificação desse processo vai beneficiar milhares de pessoas que estão nessa condição.

Outra iniciativa que quero destacar é a da médica da rede pública do DF que virou "youtuber" para multiplicar o que aprende sobre Medicina de Família. Desde 2012, Luisa Portugal compartilha conteúdo com os colegas que trabalham com Medicina Comunitária, estudantes de Medicina e profissionais que atuam no Sistema Único de Saúde. O Diário de um Posto de Saúde disponibiliza temas médicos de forma leve e acessível e dicas sobre atendimento e abordagem de



pacientes. O canal faz tanto sucesso que os vídeos foram incluídos no *site* da Secretaria de Saúde do DF.

Uma atividade como essa, atitudes ajudam a melhorar a saúde do DF e do Brasil, que está tão deficitária. Merece todo o nosso apoio e também o nosso reconhecimento.

Também quero registrar aqui, Sr. Presidente, que, no último sábado, estive na feira Agrobrasília, a maior feira agropecuária do Centro-Oeste e uma das cinco maiores do Brasil. A feira tem por objetivo fomentar o negócio entre os produtores rurais e as empresas, apresentar novas tecnologias e soluções sustentáveis para o setor. Para se ter uma ideia da dimensão do evento, em 2018 os negócios atingiram R\$1,1 bilhão. Este ano o valor movimentado aumentou em 10% e chegou a R\$1,2 bilhão.

Lá visitei o Espaço da Agricultura Familiar da Emater aqui do DF e fiquei muito impressionado com o trabalho realizado por eles na área de agricultura familiar, piscicultura e energia solar. Três dos onze circuitos tecnológicos desenvolvidos pelos técnicos da Emater para aumentar a produção e a produtividade, melhorar a qualidade dos alimentos e gerar renda e ocupação no campo... A feira contou com 480 expositores e registrou recorde de público, com 121 mil visitantes – em 2018, foram 115 mil.

Esse é um evento importantíssimo de troca de experiências e de conhecimento para os agricultores familiares e os empreendedores rurais do Centro-Oeste.

Parabenizo a Cooperativa Agropecuária da Região do Distrito Federal (Coopa-DF), responsável então pela realização da feira.

Encerro aqui, Sr. Presidente, lembrando que hoje, dia 23, termina o prazo para pagamento de taxa da inscrição do Enem, 78 mil estudantes do DF ainda não pagaram e podem ficar impedidos de fazer a prova em novembro.

Então, eram essas as minhas considerações, Sr. Presidente, e insisto aqui mais uma vez: vamos investir na ciência, tecnologia e inovação.

Era isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero, com muita satisfação, ocupando momentaneamente esta cadeira, cumprimentar o Senador Izalci pelas boas notícias, especialmente na área tecnológica, que sempre foi uma marca dos seus mandatos, tanto na Câmara quanto aqui no Senado, com prioridade para educação, para investimento em ciência e tecnologia, e reiterar, portanto, os cumprimentos a S. Exa.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - DF) – Obrigado.

(Durante o discurso do Sr. Izalci Lucas, o Sr. Rodrigo Cunha deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Esperidião Amin.)

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vou convidar para ocupar a tribuna o Senador Rodrigo Cunha, que, certamente, voltará à Presidência no momento seguinte.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL. Para discursar.) – Sr. Presidente Esperidião Amin, Srs. Senadores, Sra. Senadora, todos os que nos acompanham ao vivo pela TV Senado e pela Rádio Senado, meu muito boa tarde.

Sr. Presidente, estamos próximos de votar a Medida Provisória 869, de 2019, da qual eu fui Relator Revisor e que trata dos assuntos mais atuais da economia brasileira, sob o ponto de vista de proteção e defesa do consumidor. Entre outros pontos, a medida dá conta da criação de uma



autoridade nacional de proteção de dados. É urgente a necessidade de adequação da legislação brasileira à normativa internacional, para que o nosso País partilhe do fluxo de dados entre os blocos econômicos.

Não há justificativas para que o Brasil se exclua do cenário internacional e deixe um espaço para outros *hubs* tecnológicos na América Latina. A Lei Geral de Proteção de Dados criou protocolos de proteção ao cidadão, e seria uma incongruência a não criação de uma autoridade nacional de controle.

O esforço conjunto das Casas Legislativas foi demonstrado durante todo esse período. E eu aqui quero registrar a importante participação do Senador Presidente Eduardo Gomes, que conseguiu conduzir muito bem todas as discussões, como também destacar a participação do Deputado e Vice-Presidente JHC, como também a importante e necessária condução feita pelo Deputado Orlando Silva, que foi extremamente feliz ao partilhar as discussões através de audiências públicas, ouvindo todos os atores interessados no tema e, principalmente, buscando harmonizar uma decisão, se não a ideal, mas a que era possível naquele momento.

Esse esforço conjunto ficou demonstrado no resultado que será analisado por esta Casa muito provavelmente na próxima semana.

Então, a medida provisória criou uma autoridade ainda vinculada à Presidência da República, com autonomia técnica entre os conselheiros, com pouca possibilidade de alteração legislativa nas Casas devido ao vício de iniciativa. Como forma de balancear esta impossibilidade, inserir-se na escolha dos membros do conselho diretor... E é importante falar isso, porque antes os conselheiros não passariam por uma sabatina, e, após a interferência e após também as longas discussões, agora será necessário, para representar o conselho, que seja feita uma sabatina aqui pelo Senado Federal. E também a necessidade de transformar em dois anos – e aí era o grande pleito de todos que estão envolvidos com essa causa, justamente criar – a autoridade em formato de autarquia. Então, foi estabelecido o prazo de dois anos para que isso aconteça. Inclusive aqui destaco mais uma vez que não é o ideal, mas é o que foi possível, mediante justamente do vício de iniciativa, que foi um dos motivos para o veto do então Presidente Michel Temer.

Sem existência da autoridade nacional, não haveria a força fiscalizatória de que precisamos para proteger os direitos individuais e coletivos relativos aos dados do cidadão.

Traçar pela internet todos os dias – quem faz uso da internet sabe muito bem disso: o fluxo é extremamente tenso. Então, os dados vão para um lado, vão para outro. O consumidor não sabe, o cidadão não sabe que está sendo alvo muitas vezes de negociações. Ao entrar em um simples *site*, os seus dados ali são copiados, negociados. E eu tenho a plena convicção de que hoje, no mundo inteiro, aquilo que se tem mais valor são os dados individualizados, é você conseguir direcionar uma mensagem, direcionar uma publicidade, direcionar um produto.

Então, há uma grande negociação. E o pior é que o consumidor e o cidadão, muitas vezes, não sabem que estão sendo alvos, que seus dados que estão sendo capturados e compartilhados para os mais diversos fins. E é o que nós chamamos hoje do petróleo 2.0. Então, pela importância, pelo valor... Inclusive é importante mencionar isto, que o cidadão tem o direito de ter o controle sobre as suas informações. Inclusive, no Código de Defesa do Consumidor, a palavra que mais se repete entre os 119 artigos é justamente a palavra informar, informação, dando a importância de se saber pelo menos se você está sendo alvo, por exemplo, de uma publicidade, mas muito mais que você está sendo negociado. Então, se o consumidor concorda, se o cidadão concorda, é um fato



a ser analisado. Agora, ser negociado sem ter essa concordância e sem saber que está sendo negociado é algo inaceitável.

O foco que nós, como legisladores e representantes do povo, temos que ter é o de proteger o cidadão sempre. Um ambiente com segurança jurídica é sempre um local mais saudável para se navegar, especialmente quando estamos falando de um lugar por onde circulam mais de 116 milhões de brasileiros. O brasileiro quer ter acesso a todas as informações, novidades, facilidades e oportunidades que a rede oferece, mas certamente não está disposto a abrir mão de que seus filhos trafeguem em um ambiente seguro, e certamente também não querem abrir mão de sua privacidade.

Temos que aprimorar nossos controles e não nos contentarmos com um remendo ou com algo que não contemple todas as complexidades da rede. Dados sensíveis, no que diz respeito à saúde dos consumidores, à vida privada de cada indivíduo, ao direito de escolha, não podem permanecer à mercê de um mercado voraz e desregulado.

Aqui é bom pontuar que a Medida Provisória de Proteção de Dados não se limita ao que acontece no campo da internet. Estamos tratando de conjunto muito mais amplo de proteção das informações do cidadão quando ele faz um cadastro qualquer. Todo o escopo da lei é tentar dar segurança jurídica aos donos dos dados e à forma como esses dados poderão ser usados por quem tem acesso a eles, seja no mercado privado, quanto no serviço público, ou seja, aprovada, a lei vale tanto para uma loja da esquina que vende doces caseiros e que tem um pequeno cadastro de cliente até um banco multinacional e os grandes provedores da internet, passando também por todas as relações comerciais. Então, é algo em que todos que fazem parte do mercado de consumo, todos os órgãos públicos e privados terão que se adaptar a este novo momento.

E a preocupação que tivemos foi de proteger a privacidade das pessoas no momento em que a informação circula velozmente e de forma descontrolada, gerando um ambiente fértil para as consequências indesejáveis aos donos dessa informação.

Então, Sr. Presidente, Senador Lucas, querendo aproximar um pouco esse discurso de quem está nos acompanhando aqui nas diversas formas, o que estou falando não é algo muito distante das pessoas. Senador Lucas, muitos idosos descobrem, por exemplo, que estão aposentados não é quando alguém do INSS encaminha uma carta, faz uma ligação; eles descobrem, Presidente Amin, que sua aposentadoria deu certo quando o banco liga para ele oferecendo um crédito especial. Essa é a realidade. Não é ouvir dizer, é o que acontece. Inclusive o próprio INSS já reconhece que houve vazamento dos dados. Existe algo mais grave que isso? Particularmente, já passei por situações inúmeras, de receber ligações de bancos oferecendo crédito, e eu nunca passei nem na calçada desse banco, nunca fui lá, e eles sabem meu nome, meu CPF, onde eu moro, meu telefone.

Estamos falando daquilo que interfere e que incomoda o cidadão no nosso dia a dia, mas, principalmente, estamos aqui dizendo que nós, como cidadãos, como consumidores, estamos sendo alvos de um mercado extremamente valioso e sem controle, sem regulação nenhuma. Então, uma medida provisória como essa vem justamente para que se possa ter uma autoridade que consiga ter um mínimo de controle sobre essa situação.

O vazamento de dados é algo extremamente constante em todas as esferas. O CNJ, por exemplo, no mês passado, teve os seus dados vazados. E, aqui, eu queria até ler a mensagem que foi colocada pelo *hacker*. Houve o vazamento, houve uma interferência nos dados do CNJ e, inclusive, ele deixou uma mensagem, a qual faço questão de ler.



O *hacker* teria deixado a seguinte mensagem escrita em indonésio, cuja tradução seria a seguinte:

Uma criança nascida hoje crescerá sem a concepção de privacidade. Eles nunca saberão o que significa ter um certo momento para si que não seja registrado ou não analisado. E isso é um problema, porque a privacidade é importante. A privacidade é o que determina quem somos e o que queremos ser.

Isso aqui foi o *hacker* que deixou, inclusive, um aviso dizendo que nós não vivemos mais no mundo da privacidade.

Então, para isso, é necessário, cada vez mais, termos um estudo e uma avaliação do que vamos aprovar. Não podemos... É inadmissível chegar uma medida provisória com alterações feitas de um dia para o outro, ou até no mesmo dia... Na verdade, de um dia para o outro é o que está acontecendo com mais frequência nesta Casa, que não deve se submeter a esse rolo compressor e aceitar tudo que lhe for imposto goela abaixo, de forma alguma. Nós não chegamos aqui para isso; chegamos aqui para discutir o País. E, se há algo que é modificado e com o que esta Casa não concorda, ela tem que ter, sim, a sua autonomia para fazer as alterações necessárias.

Então, para isso, o exemplo de ontem é um bom exemplo para isso. Nós tivemos aqui a medida provisória que permite que empresas internacionais, com capital de 100%, invistam nas linhas aéreas deste País, o que é algo extremamente positivo. Tivemos também as alterações para que as bagagens não sejam mais cobradas dos consumidores, que já pagam um preço enorme. E tudo isso relacionado ao consumidor, relacionado aos preços das passagens. É inadmissível que, em um país como o nosso, não se tenha liberdade de escolha. Quando se fala que se tem liberdade de escolha porque se tem duas ou três empresas aéreas, não é bem essa a realidade, porque, em alguns locais, para se fazer determinado trajeto, não há as duas ou três, mas apenas uma oferecendo esse serviço, e o consumidor é obrigado a aceitar, porque, do contrário, não se desloca.

Então, é por isso que nós exercemos, sim, sempre que possível, a busca para que haja concorrência, porque não é uma bagagem, não é a cobrança pelo assento, não é a cobrança pela alimentação que vai fazer com que o preço da passagem aérea diminua, mas sim essa concorrência.

Então, Sr. Presidente, eu venho trazer aqui esse assunto, que é de extrema importância, que é a proteção de dados, é algo que está relacionado com todo cidadão, seja na vida pública, seja na vida privada, e que nós vamos, na próxima semana, com certeza, passar para essa avaliação.

Então, agradeço a oportunidade de tornar público, de forma antecipada para que a gente possa antecipar os debates sobre essa situação.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes de devolver a Presidência ao Senador Rodrigo Cunha, eu quero me congratular com S. Exa. pela eleição do tema dessa sua manifestação.

A proteção dos dados, neste momento da tecnologia da informação e comunicação, da internet e da nuvem, que favorece essa disseminação dos dados é da maior pertinência e oportunidade.

Sem me alongar, há menos de três anos, eu fui Relator da CPI dos Crimes Cibernéticos na Câmara dos Deputados e quatro vertentes desses crimes foram analisadas exaustivamente. Menos de três anos depois, nós teremos que fazer uma nova CPI para saber avaliar os riscos atuais, em função da evolução dramática que esse campo do conhecimento humano tem vivenciado. De forma



que é muito oportuna a sua advertência, a sua preocupação. Eu tenho certeza de que o Congresso, particularmente o Senado, valorizará muito as suas palavras.

Antes de convidá-lo a reassumir a Presidência, quero tornar público o seguinte:

A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para uma Sessão Especial a realizar-se no dia 27 de maio, segunda-feira, às 10 horas, destinada a comemorar o aniversário de 20 anos do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá, nos termos do Requerimento nº 255, de 2019, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores.

Agora, perfeitamente, V. Exa. tem a palavra.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu gostaria de ouvir a manifestação do nosso Senador Lucas.

O Sr. Lucas Barreto (PSD - AP. Para apartear.) – Eu quero cumprimentá-lo, Senador Rodrigo, pela lucidez, pelo discurso que fez hoje. Eu penso como V. Exa. Os nossos idosos são jovens de ontem. Muitos sustentam seus filhos e netos. É uma classe que sempre é enganada, porque são os mais humildes lá também. Então, parabéns pelo seu pronunciamento.

Quero aproveitar aqui hoje para parabenizá-lo, Senador Esperidião Amim, juntamente com a Deputada Marcivânia, que aqui vem nos visitar neste Senado Federal, a quem o Senador Randolfe hoje externou a sua solidariedade pelo ataque que ela sofreu lá na Câmara dos Deputados. E aqui também externo a V. Exa. a minha solidariedade.

Nós hoje estamos aqui para cumprimentar o povo lá de onde começa a Nação brasileira. O Município do Oiapoque hoje completa 74 anos de criação. E tem ali do lado a Vila Vitória, que foi a primeira vila de fronteira com a Guiana Francesa. Então, lá têm amapaenses, tem gente de todo o Brasil. É lá que começa a Nação brasileira. Então, parabéns ao Oiapoque pelos 74 anos do Município!

E aqui, junto com a bancada Federal, a gente quer, através da TV Senado, presentear o Oiapoque. Ontem, eu recebi informação do Ministro da Infraestrutura, do Ministro Tarcísio, de que até o dia 15 de junho, julho – vai ter aí esse mês –, reiniciam-se as obras da BR-156, que é a obra inacabada mais antiga do Planeta Terra. Então, eu tive essa notícia ontem. É a atuação também do Presidente Davi de uma emenda de bancada.

Então, este ano já se reinicia, reinicia rumo ao Oiapoque o asfaltamento da BR-156. E é importante isso, porque o Governo Federal fez uma ponte, Senador Esperidião Amin, gastaram mais de cem milhões de euros lá, e aí não temos o asfalto para que os turistas possam vir, ou até os amapaenses e os brasileiros possam passar lá, porque a estrada, nessa época de inverno, é uma região que chove quase 8.000mm por ano, e vocês imaginam como é. Então, agradecer ao Ministro Tarcísio esse compromisso que ele assumiu com a gente, de que até 15 de julho a BR-156 se reinicia rumo ao Oiapoque.

Obrigado pelo aparte e parabéns pelo pronunciamento.

O SR. RODRIGO CUNHA (Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Eu agradeço também o aparte de V. Exa. e faço o registro que, sempre que estou aqui e V. Exa. utiliza esses microfones, é para proteger o seu Estado, é para proteger a sua população, para proteger o Amazonas, para proteger o Amapá e para proteger aqui, como eu estou percebendo, a Deputada Marcivânia, que hoje foi tema também das discussões com o Senador Randolfe Rodrigues. E aqui também, Deputada, me coloco ao lado, para exigir respeito, e que cada



Parlamentar seja tratado da forma como merece. Então, V. Exa. aqui se sinta abraçada também não apenas pelos Senadores do seu Estado, mas por todos os Senadores que aqui se fazem presentes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC)

– Fazendo minhas as palavras de solidariedade do Senador Lucas Barreto, quero me solidarizar igualmente com a Deputada Marcivânia, ao tempo que devolvo ao Senador Rodrigo Cunha a Presidência dos nossos trabalhos.

(O Sr. Esperidião Amin deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Rodrigo Cunha.)

(Interrupção do som.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – ... que registre a presença dos nossos visitantes, estudantes de música do Exército Brasileiro, da Escola de Logística – se a informação estiver precisa –, que enriquecem esse nosso encontro.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Amin, assim farei.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Por favor.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Antes de passar a palavra a V. Exa., tenho a honra de fazer o registro dos estudantes de música da Escola de Sargentos de Logística do Exército, que estão presentes a este momento e que terão também, tenho certeza absoluta, o maior prazer e satisfação em ouvir um dos Senadores mais respeitados desta Casa, alguém que tem uma longa história de contribuição não apenas para o seu Estado, mas para o seu País: o Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discursar.) – Senador Rodrigo Cunha, eu quero dizer que as suas palavras aqui foram duplamente proféticas: a primeira, por abordar, como eu já salientei, um tema muito atual, que é a questão da proteção de dados pessoais. O mundo está vivendo várias guerras cibernéticas, várias; simultâneas e absolutamente sem coordenação. Portanto, todos nós podemos, num determinado momento, ser alvos de uma "bala perdida" – entre aspas – dessa guerra cibernética.

Para que se tenha uma ideia, um vírus criado pela agência de defesa e segurança dos Estados Unidos, a NSA, denominado EternalBlue – seria, numa tradução pobre, azul eterno –, que foi criado pela agência de defesa dos Estados Unidos e acabou sendo usado contra os Estados Unidos. Isso é relatado no belíssimo livro que se intitula *A Praça e a Torre*, representando as redes sociais de um lado e a hierarquia de outro.

Então, nós estamos vivendo uma batalha incessante e cada vez mais complexa na questão do desenvolvimento dos interesses comerciais escusos, sem consentimento do consumidor, que se apropriam, esses interesses, de características que nós temos de consumidor potencial para nos assediar. Isto está acontecendo largamente, e é preciso que a legislação se modernize, como V. Exa. salientou.

Mas a segunda parte profética do seu pronunciamento foi quando abordou a questão da Medida Provisória 863, que nós aprovamos ontem, no último dia, nesse rolo compressor em que



querem transformar o rito de apreciação de medidas provisórias. Isso é inadmissível. E ontem nós fomos informados de que a Câmara dos Deputados teria um pouco mais de respeito em relação ao Senado na tramitação de medidas provisórias, e isso começaria com a 870. O acordo anunciado não durou oito horas, porque, ao invés de recebermos ontem mesmo a Medida Provisória 870, apreciada pela Câmara, só hoje à tarde a Câmara liberou a deliberação da Medida Provisória 870, e nós estávamos aqui, estamos aqui para honrar o compromisso ontem anunciado, que a Câmara dos Deputados – e não quero, com isso, incriminar – não cumpriu. Só vamos poder apreciar a 870 na semana que vem.

E eu quero complementar o que o Senador Alvaro Dias já falou dizendo que eu já subscrevi o destaque para que o Senado aprecie a questão de locação do Coaf no Ministério da Justiça e da Segurança. Esse destaque já deve estar apresentado, muito embora nós não estejamos ainda deliberando sobre a Medida Provisória 870.

Não estou, com isso, querendo confrontar ninguém que pensa diferente. O que eu quero aqui alertar, dando sequência ao que V. Exa. falou, Senador Rodrigo Cunha, é para que não venham dizer que o Senado está criando caso. A matéria é polêmica, foi a primeira medida provisória editada pelo atual Governo, ficou na Câmara dos Deputados e na Comissão Especial este tempo todo e somente hoje chegou ao Senado Federal. Portanto, para que nós possamos cumprir o desígnio desta Casa, que é a Casa da Federação e a Casa da revisão, nós temos não o direito, mas o dever de nos pronunciar. E eu já estou ratificando o meu pronunciamento a respeito do assunto.

Todos os Presidentes da República, de Fernando Collor até Michel Temer, tiveram a prerrogativa de enunciar e ver aprovado o seu projeto de como organizar o seu Governo. Estranhamente, esta medida provisória, editada pelo Presidente Jair Bolsonaro, tem enfrentado formas, às vezes, de confronto, o que é normal numa democracia, e outras formas manhosas, de manha, ou seja, de artifícios ocultos para retardar a sua apreciação. Até criação de ministério; isso não é um jabuti, isso é uma manada de bois, uma manada de gado. Enxertar num projeto – uma medida provisória que queria extinguir ministérios – a criação de ministérios é realmente uma forma manhosa de desmentir o objeto da própria medida provisória.

Então, eu quero aqui dizer de maneira muito moderada o seguinte: o Senado já tem requerimentos de destaque para votação específica em separado do dispositivo que loca o Coaf no Ministério da Justiça e não no Ministério da Economia, seguindo a deliberação que o Presidente da República enunciou no texto original da medida provisória.

Eu respeito aqueles que pensam diferente e que conseguiram vencer ontem à noite, apenas ontem à noite. Por 228 votos a 210, ou seja, uma maioria bastante frágil de 5% dos votantes, conseguiram derrubar a proposta original do Governo.

Eu e outros Senadores já subscrevemos um requerimento que pretende discutir essa posição e a minha – quero reiterar e confirmar o que já enunciei na imprensa do meu Estado – é seguir aquela decisão que o Presidente Jair Bolsonaro enunciou na medida provisória, decisão que eu respeito, porque, sem dúvida alguma, o combate à corrupção, à lavagem de dinheiro e tudo mais que se possa considerar crime de natureza econômica, toda essa natureza, deriva de crime.

Portanto, nenhum prejuízo terá o Ministério da Economia na sua averiguação quanto à sonegação, quanto à elisão fiscal ou qualquer outro truque desde que o Coaf seja valorizado pelo ministério respectivo, no caso o Ministério da Justiça e da Segurança, e seja, como passou a ser, alvo da preocupação de todos nós. Igualmente, a parte concernente ao compartilhamento de



informações sobre crimes ou sobre suspeita de crimes faz parte da inteligência do mundo e do mundo democrático, em especial.

Era esse registro que eu queria fazer.

E, como complemento desse tempo de que ainda disponho, quero fazer também um registro de bom augúrio, de boa notícia.

Em fevereiro deste ano, eu participei, com outros Parlamentares aqui do Senado – Senador Vanderlan, Arolde de Oliveira –, do seminário sobre telecomunicações em Barcelona. Eu fui em companhia da Deputada Angela Amin e, quando regressamos a Santa Catarina – nós somos egressos do Programa de Engenharia e Gestão, do Departamento de Engenharia e Gestão do Conhecimento da Universidade Federal de Santa Catarina –, nós procuramos a Fundação Certi, que é dedicada à tecnologia da informação, e a Cati, que igualmente é de tecnologia de informação, empresas do condomínio de informática de Florianópolis, para tratar da possibilidade de vermos a telefonia 5G dar alguns passos iniciais em Florianópolis, que tem se caracterizado como um belíssimo Silicon Valley em miniatura – e o é. Hoje, quase 6% do PIB de Santa Catarina já derivam da tecnologia de informação e comunicação.

E, para alegria nossa, no dia 17 de maio, ou seja, há seis dias, foi feito o teste do primeiro componente de postes da geração 5G em Florianópolis. Nós estamos tendo o primeiro sinal de que o nosso sonho de realizarmos, no nosso Estado, uma experiência inicial nessa tecnologia que apaixona o mundo e gera hoje outras competições, especialmente internacionais, esse primeiro passo possa se converter numa saudável realidade em breve.

Era isso que eu queria registrar, agradecendo a V. Exa. e aos nossos telespectadores e ouvintes.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Senador Esperidião Amin, V. Exa., como sempre, pontua aquilo que interfere diretamente na vida do cidadão brasileiro. Tenho certeza de que o País vai acompanhar o que vai acontecer na próxima semana com a votação, neste Plenário, da Medida Provisória 870.

O pensamento de V. Exa. também é o meu pensamento: cabe ao Presidente dar as diretrizes da execução daquilo para o qual ele foi eleito. Então, não vejo ilegalidade. Não sei a quem interessa fazer essa mudança do Coaf, a qual V. Exa. se referiu, e retirar do Ministério da Justiça, se é algo que se demonstra eficiente, se é algo que é legalmente permitido e se traz resultado. Por isso, eu me associo a V. Exa.

E, por fim, V. Exa. traz uma excelente notícia. Acho que a última notícia na tarde de hoje dada no Senado Federal é colocada por V. Exa.: a excelente notícia de que Florianópolis vai iniciar um teste, acredito eu, da tecnologia 5G.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Então, eu tenho certeza absoluta, diferentemente do que algumas pessoas ainda pensam – um pensamento antigo, atrasado de que a tecnologia retira empregos; de forma alguma –, de que tecnologia dá empregos. Antes havia a mentalidade de que, ao se colocar um caixa eletrônico, retiravam-se dez pessoas que iriam trabalhar naquela função.



Pode-se ter certeza de que isso hoje não se adapta à nossa situação social de forma alguma. Então, o PIB do Estado de Santa Catarina, acho, justifica muito bem a criação de um ecossistema cada vez mais saudável, através da tecnologia.

Então, parabenizo V. Exa. por terminar a sessão de hoje com essa excelente notícia.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu que agradeço o registro e me permito, ainda que V. Exa., como Presidente, deva continuar o seu magistrado, e o é, cumprimentá-lo pelo enunciado corajoso de coincidência de pensamentos a respeito dessa questão momentosa da Medida Provisória 870.

Muito obrigado, aproveitando para saudar os jovens que nos animam com a sua presença neste momento. Estudem sempre! Vejo, pelo uniforme, que deve ser uniforme escolar, imagino. Desejo a todos vocês que saibam o seguinte: as únicas conquistas duradouras são aquelas que se obtêm na escola, através da educação, no respeito aos professores e professoras. Alguns eu distingo como sendo professores. Eu sou professor desde 1968 e concluí meu último curso, que foi doutorado em Engenharia e Gestão do Conhecimento, há oito anos. Portanto, continuei a estudar. E acho que todos vocês devem sempre se dedicar ao estudo e à educação com o mesmo nível de atenção que nós dedicamos à vida.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Cunha. Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL/PSDB - AL) – Nós que agradecemos, tenho certeza, não apenas o Senador Rodrigo Cunha, mas todos os estudantes que aqui estão presentes, que puderam acompanhar a fala de V. Exa. e que vão poder acompanhar também, tenho certeza, outros momentos marcantes, pelos quais este Senado é reconhecido pelo País.

Então, dessa forma, eu quero cumprimentar todos os alunos do Centro Educacional da cidade próxima, Goiânia, que estão presentes com seus professores. Vocês são o nosso futuro. E é por vocês que nós devemos pensar cada ato, cada votação, em cada manifestação em prol deste País.

Sendo assim, iremos encerrar agora a sessão de hoje com todos que aqui estão presentes.

Muito obrigado.

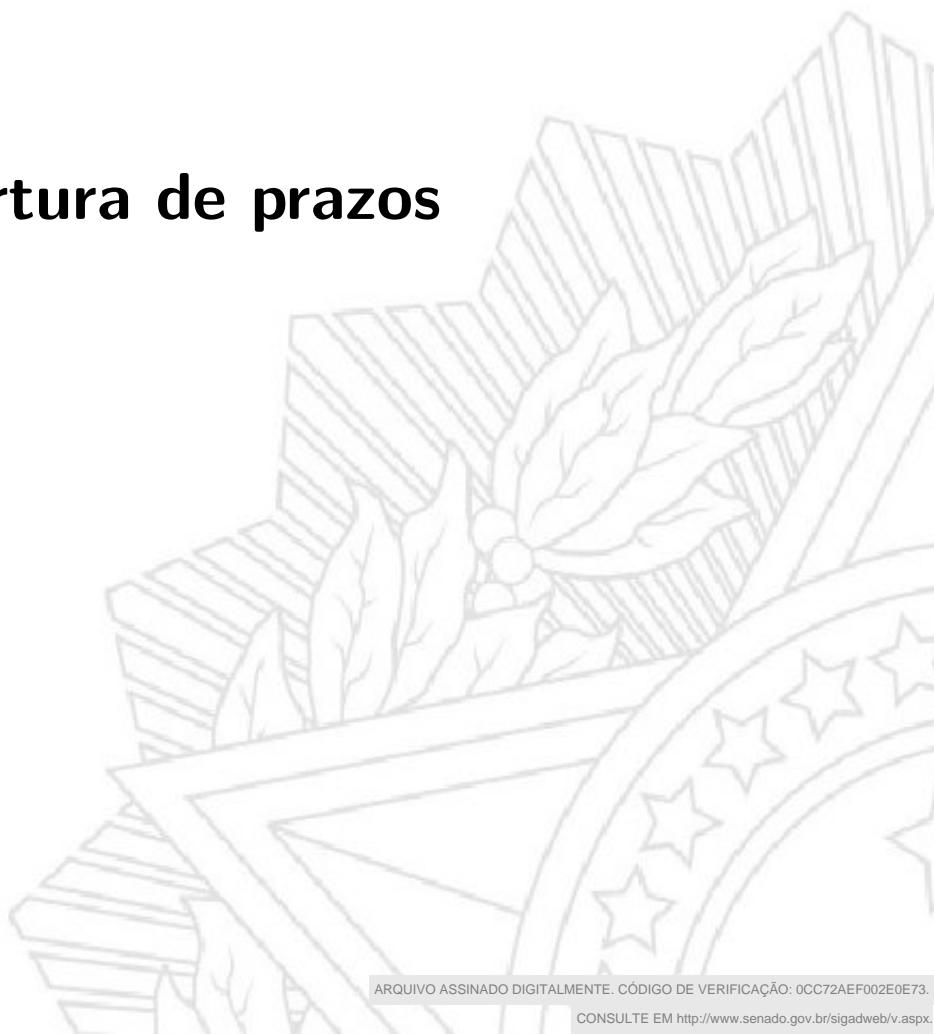
(Levanta-se a sessão às 16 horas e 11 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DA 80^a SESSÃO

EXPEDIENTE

Abertura de prazos



Recebidos os Ofícios nºs 50 e 51/2019, da CCJ, comunicando a apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 491/2017 e do Projeto de Lei nº 1.539/2019, em caráter terminativo.

Concluída a instrução das matérias, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros da Casa, para que as matérias sejam apreciadas pelo Plenário, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno.





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 50/2019-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 22 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei nº 1539, de 2019, que “Acrescenta os §§ 2º, 3º e 4º ao art. 815 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir às partes e aos advogados consignar sua presença no Juízo, retirando-se da audiência, em caso de atraso na realização desta.”, de autoria do Senador Styvenson Valentim.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senadora **SIMONE TEBET**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania





SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE COMISSÕES
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

Ofício nº 51/2019-PRESIDÊNCIA/CCJ

Brasília, 22 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: decisão terminativa.

Senhor Presidente,

Em cumprimento ao disposto no artigo 91, § 2º, do Regimento Interno desta Casa, comunico a Vossa Excelência que, em Reunião Ordinária realizada nesta data, esta Comissão deliberou, em caráter terminativo, pela **aprovação** do Projeto de Lei do Senado nº 491, de 2017, que “Acrescenta §11 ao art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017 (Lei de Migração), para dispensar autorização de residência prévia à emissão de visto temporário.”, de autoria do Senador Fernando Bezerra Coelho.

Aproveito a oportunidade para renovar protestos de estima e consideração.

Cordialmente,

Senadora **SIMONE TEBET**
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania



Concluída a instrução do Projeto de Lei Complementar nº 71/2019, fica aberto o prazo de dois dias úteis para interposição de recurso, por um décimo dos membros do Senado, para que continue sua tramitação, nos termos do parágrafo único do art. 254 do Regimento Interno.

Concluída a instrução do Projeto de Lei da Câmara nº 3/2018, fica aberto o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno.



Comunicações





Liderança do Movimento Democrático Brasileiro

OF. Nº 158/2019 GLMDB

Brasília, 23 de maio de 2019.

A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 – Brasília/DF

Designo o
Senador **Dálio Berger**
para integrar a C¹,
como suplente.
Em 23/05/19,

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **DÁRIO BERGER (MDB/SC)** para compor como **Suplente** a Comissão de Serviços de Infraestrutura – CI.

Na oportunidade, renovo votos de apreço e consideração.

Respeitosamente,

Senador **EDUARDO BRAGA**
Líder do MDB e da MAIORIA

Recebido em 23/05/19
Hora 12:40
Eduardo Braga
Estagiário - SLSF/SGM





Liderança do Movimento Democrático Brasileiro

OF. Nº 159/2019 GLMDB

Brasília, 23 de maio de 2019.

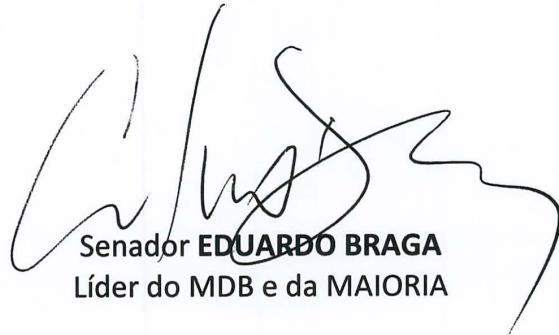
A Sua Excelência o Senhor
Senador **DAVI ALCOLUMBRE**
Presidente do Senado Federal
70.165-900 - Brasília - DF

*Faca-se a substituição
solicitada
Em 23/05/19*


Excelentíssimo Senhor Presidente,

Ao cumprimentar cordialmente Vossa Excelência, comunico, nos termos regimentais, a indicação do Senador **MÁRCIO BITTAR** (MDB/AC), para compor como **Primeiro Suplente** a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), em **substituição** ao Senador **MECIAS DE JESUS** (PRB/RR).

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência votos de apreço e consideração.



Senador **EDUARDO BRAGA**
Líder do MDB e da MAIORIA

Recebido em 23/05/19
Hora 12:40
Eduardo Braga
Estagiário - SLSF/SGM



Expediente do Senador Major Olímpio, já disponibilizado no endereço eletrônico do Senado, por meio do qual relata participação em missão oficial, a Londres, no período de 17 a 19 de maio de 2019, nos termos do Requerimento nº 345/2019.

O Requerimento vai ao Arquivo.



Documento encaminhado à publicação



Estadão/FGV: reforma da Previdência não é tudo e entraves seguirão, diz economista

Segundo o professor e pesquisador José Júlio Senna, há um exagero na confiança dos mercados e dos economistas de que a reforma trará a solução para todos os problemas

Francisco Carlos de Assis, O Estado de S.Paulo

23 de maio de 2019 | 11h40

O professor e pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da [Fundação Getulio Vargas \(FGV\)](#) José Júlio Senna disse nesta quinta-feira, 23, que existe algum exagero na confiança dos mercados e dos economistas de que a [reforma da Previdência](#) trará a solução para todos os problemas econômicos brasileiros Ele participa do [Seminário Ibre/Estadão - Perspectivas 2019](#).

De acordo com o professor, no dia seguinte à aprovação da reforma previdenciária os empresários continuarão com os entraves ao crescimento. "Reforma da Previdência não é tudo. Os entraves ao crescimento seguirão", disse Senna. Para ele, falta mais atenção do governo aos verdadeiros entraves de demanda agregada.

Selic

Senna defendeu ainda que o [Banco Central \(BC\)](#) mantenha a taxa básica de juros, a [Selic](#) no atual nível de 6,5% ao ano. O economista



rebateu as avaliações segundo as quais o BC deveria reduzir a Selic para estimular a demanda agregada.

“Taxa de juros não é mais o entrave ao crescimento”, disse o professor, para quem a saída para a expansão da economia não se dará pelo estímulo da demanda. Mesmo porque, de acordo com ele, não há mais problemas cíclicos no Brasil. “Estamos estagnados há quarenta anos. Nossa problema não é cíclico”.

Para ele, o BC não é “o Pelé que vai resolver o jogo”. O professor afirma que o Brasil deveria fazer como fazem **Estados Unidos** e **Europa**, que estabelecem uma meta de inflação, um número e os BCs se viram e correm atrás de cumpri-la. “Não existe centro de meta. Existe meta”, disse.

A economista-chefe do Instituto Brasileiro de Economia (Ibre) da Fundação Getulio Vargas (FGV), **Sílvia Matos**, também no evento Ibre/Estadão, afirmou que o **câmbio** tem se desvalorizado por motivos externos, mas que tem perdido mais para o **dólar** de que outras moedas por conta de problemas internos de ordem política que têm dificultado a tramitação da proposta da reforma previdenciária.

De acordo com ela, num cenário alternativo mais pessimista em que o CDS atingisse 366 pontos o dólar subiria a R\$ 4,62 em 2019 e a R\$ 4,80 em 2020. Sílvia diz que, para que o dólar volte a um nível razoável, o risco País teria que recuar. Num cenário otimista, com o CDS em 208 pontos o dólar fecharia em R\$ 3,58 em 2019 e em R\$ 3,68 no ano que vem.

Sobre o **Produto Interno Bruto (PIB)**, a economista prevê um crescimento de 1,4% para o fechamento do ano. Segundo ela, a



estabilidade do PIB no primeiro trimestre representa uma perda de mais ou menos 2% no volume de investimentos. Além disso, segundo a economista, a queda das exportações para a Argentina deve tirar 0,1 ponto porcentual do PIB brasileiro.

Para a **inflação**, Sílvia Matos prevê uma taxa de 4,1% para 2019. "A inflação acelerou para fechar o ano em 4,1%. E é bom lembrar que os núcleos inflacionários estão comportados, mas não estão caindo", disse a economista.



Inclusão em Ordem do Dia



Concluída a instrução da Proposta de Emenda à Constituição nº 17/2019, a matéria aguardará inclusão em Ordem do Dia oportunamente.



Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 3110, DE 2019

Altera a Lei no 13.303, de 30 de junho de 2016, para exigir autorização legislativa prévia à alienação de ações que resulte na perda do controle acionário das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias pelo poder público.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, para exigir autorização legislativa prévia à alienação de ações que resulte na perda do controle acionário das empresas públicas, sociedades de economia mista e suas subsidiárias pelo poder público.

SF/1948637569-60

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“**Art. 2º-A** A alienação de ações que resulte na perda do controle acionário das entidades de que trata o art. 1º pelo poder público depende de prévia autorização legislativa.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 37, inciso XIX, da Constituição Federal (CF) prevê que somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista. A CF prevê, ainda, que depende de autorização legislativa a criação das subsidiárias dessas entidades, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada.

Ocorre que o constituinte originário foi silente quanto à necessidade de autorização legislativa prévia à alienação de ações dessas entidades, quando resultar na perda do controle acionário do poder público.

Apesar de defendermos a tese – já referendada em recente medida cautelar concedida pelo Ministro Ricardo Lewandowski, no âmbito da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.624 –, de que também essa alienação deve ser precedida de autorização legislativa, reconhecemos



a existência de controvérsia sobre o tema, o que tem ensejado relevante insegurança jurídica.

Transcrevemos, a seguir, o entendimento firmado pelo ilustre Ministro em sua medida cautelar:

Diante do exposto, com base no art. 10, § 3º, da Lei 9.868/1999, e no art. 21, V, do RISTF, concedo parcialmente a medida cautelar pleiteada, *ad referendum* do Plenário deste Supremo Tribunal, para, liminarmente, conferir interpretação conforme à Constituição ao art. 29, *caput*, XVIII, da Lei 13.303/2016, afirmado que a venda de ações de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas exige prévia autorização legislativa, sempre que se cuide de alienar o controle acionário, bem como que a dispensa de licitação só pode ser aplicada à venda de ações que não importem a perda de controle acionário de empresas públicas, sociedades de economia mista ou de suas subsidiárias ou controladas. (ADI nº 5.624, Rel. Ministro Ricardo Lewandowski, decisão monocrática proferida em 29.6.2018)

SF/1948637569-60

De acordo com o Ministro:

Ainda que a eventual decisão do Estado de deixar de explorar diretamente determinada atividade econômica, constante do art. 173 da Constituição Federal, seja uma prerrogativa do governante do momento, não se pode deixar de levar em consideração que os processos de desestatização são conformados por procedimentos peculiares, dentre os quais, ao menos numa primeira análise do tema, encontra-se a manifestação autorizativa do Parlamento.

Com efeito, o art. 173 da CF prevê a exploração direta de atividade econômica pelo Estado, quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo. Essa exploração poderá dar-se pela constituição de empresas públicas e sociedades de economia mista, bem como de subsidiárias destas, as quais desenvolverão atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços.

Ocorre que, nos termos do art. 37, XIX, da CF, somente por lei específica poderá ser autorizada a instituição de empresa pública e de sociedade de economia mista. Ademais, prevê o texto constitucional que depende de autorização legislativa a criação das respectivas subsidiárias, assim como a participação de qualquer delas em empresa privada (art. 37, XX).

Como se vê, a Carta de 1988 exige sempre a aquiescência do Poder Legislativo aos processos de criação de entidade governamental dessa espécie, ainda que tenha sido criada para explorar atividade econômica em sentido estrito.



Assim, ao que parece, nesse exame preambular da matéria, não poderia o Estado abrir mão da exploração de determinada atividade econômica, expressamente autorizada por lei, sem a necessária participação do seu órgão de representação popular, porque tal decisão não compete apenas ao Chefe do Poder Executivo.

Com o objetivo de pacificar a questão, apresentamos o presente projeto de lei, que prevê a inserção de um art. 2º-A à Lei das Estatais, de forma a explicitar a exigência de autorização legislativa prévia à alienação de ações que importem a perda do controle acionário de empresas estatais pelo poder público.

Essa alteração, apesar de sua simplicidade, possui um grande impacto: assegura à população brasileira – por meio de seus representantes – o direito de decidir sobre a alienação do controle acionário de nossas empresas estatais.

Certos da relevância da presente proposição para o desenvolvimento de nosso País, contamos com o apoio dos nobres Pares no sentido de sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador JEAN PAUL PRATES



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - inciso XIX do artigo 37
 - artigo 173
- Lei nº 9.868, de 10 de Novembro de 1999 - Lei do Controle de Constitucionalidade; Lei de Inconstitucionalidade; Lei da Adin - 9868/99
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1999;9868>
 - parágrafo 3º do artigo 10
- Lei nº 13.303, de 30 de Junho de 2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais - 13303/16
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2016;13303>



O Projeto de Lei nº 3110, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 3112, DE 2019

Disciplina a circulação de veículos de mobilidade individual autopropelidos.

AUTORIA: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)



[Página da matéria](#)

PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Disciplina a circulação de veículos de mobilidade individual autopropelidos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, para disciplinar a circulação dos veículos de mobilidade individual autopropelidos.

Art. 2º A Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, passa a vigorar acrescida dos art. 59-A e art. 255-A:

“Art. 59-A. Os veículos de mobilidade individual autopropelidos terão sua circulação permitida somente em áreas de circulação de pedestres, ciclovias e ciclo faixas, atendidas as seguintes condições:

I – velocidade máxima de 6 km/h em áreas de circulação de pedestres, desde que autorizado e devidamente sinalizado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via;

II – velocidade máxima de 20 km/h em ciclovias e ciclofaixas;

III – uso de indicador de velocidade, campainha e sinalização noturna, dianteira, traseira e lateral, incorporados ao equipamento;

IV – dimensões de largura e comprimento nos limites especificados em regulamento.

V – transportando apenas o condutor.”

“Art. 255-A. Conduzir veículo de mobilidade individual autopropelido em desacordo com o disposto no art.59-A:

Infração - média;

Penalidade - multa.”

SF/19429.56859-73



Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

JUSTIFICAÇÃO

O rápido aumento no uso de dispositivos motorizados de movimentação pessoal, a exemplo dos patinetes, monociclos elétricos, *segways* e *hoverboards*, tem provocado conflito não só entre os usuários desses equipamentos e os pedestres bem como com veículos motorizados.

O que se observa nos principais centros urbanos é o trânsito desses veículos não só nas caçadas, pondo em risco, a depender da velocidade desenvolvida, a integridade física dos pedestres, mas também na faixa de rolamento das vias, disputando espaço com veículos motorizados, com grande risco de ocorrência de acidentes graves.

Em virtude da acelerada inserção desses equipamentos em diversos centros urbanos brasileiros, faz-se necessário que sejam estabelecidas regras para a sua circulação, a fim de garantir não só a segurança dos pedestres, como também de seus usuários.

Com esse objetivo, proponho que a circulação desses veículos ocorra apenas nas ciclovias e ciclofaixas. Somente quando autorizado e devidamente sinalizado pelo órgão ou entidade com circunscrição sobre a via será permitido o uso das caçadas e jamais na faixa de rolagem das vias.

Certo da importância desta proposição como forma de garantir o direito ao trânsito em condições seguras, conforme preceitua o Código de Trânsito, conto com o apoio dos nobres Senadores para a aprovação desta medida.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.503, de 23 de Setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro - 9503/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9503>



O Projeto de Lei nº 3112, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3113, DE 2019

Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a apresentação de exame toxicológico com resultado negativo para a obtenção da autorização de posse ou porte de armas de fogo.

AUTORIA: Senador Styvenson Valentim (PODE/RN)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera a Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, para exigir a apresentação de exame toxicológico com resultado negativo para a obtenção da autorização de posse ou porte de armas de fogo.

SF/19642.55092-99

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os arts. 4º e 5º da Lei 10.826, de 22 de dezembro de 2003, passam a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 4º

.....
IV – apresentação de exame toxicológico de larga janela de detecção com resultado negativo, atestado na forma disposta no regulamento desta Lei.

.....” (NR)

“Art. 5º

.....
§ 2º Os requisitos de que tratam os incisos I, II, III e IV do art. 4º deverão ser comprovados periodicamente, em período não inferior a 3 (três) anos, na conformidade do estabelecido no regulamento desta Lei, para a renovação do Certificado de Registro de Arma de Fogo.

.....
§ 9º Fica autorizada a submissão randômica dos possuidores de arma de fogo, durante a fruição do prazo de 3 (três) anos, a exame toxicológico de larga janela de detecção, sendo o seu resultado negativo condição para a manutenção da autorização para a posse de arma de fogo.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 90 (noventa) dias após a sua publicação.



JUSTIFICAÇÃO

O chamado Estatuto do Desarmamento, embora tenha se esmerado em regular os requisitos para a obtenção da autorização de posse e porte de arma de fogo, possui importante lacuna.

O inc. III do art. 4º da Lei nº 10.826, de 2003, até alude à comprovação de aptidão psicológica para o manuseio de arma de fogo, mas nem sempre esse teste conseguirá detectar o usuário de drogas, ainda mais se este fizer apenas uso recreativo que não tenha alcançado o vício.

Por essa razão, propomos estabelecer como condição para a aquisição e registro de arma de fogo (posse) a submissão do interessado a exame toxicológico de larga janela de detecção em instituição credenciada pelo poder público. O exame deverá ser revalidado com periodicidade não inferior a três anos.

De igual modo se dará para o interessado no porte de arma de fogo por força da disposição constante do inc. II, do § 1º, do art. 10 do Estatuto do Desarmamento.

Estabelecemos, ainda, que a Polícia Federal e as Forças Armadas poderão submeter os possuidores de arma de fogo a exame toxicológico de forma randômica durante o prazo da autorização de modo a surpreender os eventuais usuários de drogas.

Fixamos, por fim, a *vacatio legis* em noventa dias para que o Poder Executivo tenha tempo hábil para alterar seus regulamentos e credenciar os laboratórios autorizados.

Com essas considerações, conclamamos os Nobres Pares à aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões,

Senador STYVENSON VALENTIM



LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 10.826, de 22 de Dezembro de 2003 - Estatuto do Desarmamento; Lei de Armas; Lei do Desarmamento; Lei do Porte de Armas (2003) - 10826/03

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2003;10826>

- artigo 4º
- inciso III do artigo 4º
- artigo 5º



O Projeto de Lei nº 3113, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI

Nº 3118, DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dar nova disciplina ao crime de furto qualificado.

AUTORIA: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)



[Página da matéria](#)



PROJETO DE LEI N° , DE 2019

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para dar nova disciplina ao crime de furto qualificado.

SF/19469/45081-30

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Os §§5º e 6º do art. 155 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940- Código Penal, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“**Art. 155.** Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel:

.....
.....
.....

§ 5º - A pena é de reclusão de três a oito anos e multa, se a subtração for de veículo automotor, inteiro ou desmanchado, com o fim de transportá-lo, ou qualquer de suas partes, para outro Estado ou para o exterior.

§ 6º A pena é de reclusão de 2 (dois) a 5 (cinco) anos e multa, se a subtração for de semovente domesticável de produção, ainda que abatido ou dividido em partes no local da subtração.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

É necessário moldar a legislação à realidade dos fatos. Vários veículos furtados são desmanchados poucas horas após a subtração e suas partes são enviadas para outras unidades da federação e para outros países.



Infelizmente, o crime organizado é extremamente dinâmico e deveras eficaz em seu modo de conduzir o seu odioso *business*. O Estado, infelizmente, está anos luz atrasado no quesito eficiência, sobretudo em áreas como a saúde, educação e segurança pública.

Isso precisa ser corrigido em uma atuação conjunta dos Três Poderes da República. Todavia, o que nos cabe nesse momento como Parlamento é dar aos defensores e operadores do Estado de Direito melhores instrumentos para que cumpram a sua função na luta contra a criminalidade.

E é isso que essa proposta faz ao qualificar a subtração não somente quando o veículo efetivamente cruza as fronteiras estaduais ou nacionais, mas toda e qualquer subtração de veículo que tenha a finalidade de fazê-lo. Aqui, considera-se o elemento anímico da conduta e não o cumprimento efetivo do resultado pretendido.

De mais a mais, um dos pontos mais importantes da inovação legislativa consiste em tipificar expressamente como qualificada a conduta de quem subtrai o veículo automotor para enviá-lo desmanchado ou suas partes para outras localidades.

Isso porque constitui uma grave contradição dizer que é qualificada a conduta de transportar veículo inteiro mas não a conduta de transportar suas partes, tais como o motor e câmbio.

De outro lado, da leitura da redação vigente do art. 155 do Código Penal, nota-se que os únicos crimes que não tem a punição de multa, muito embora sejam patrimoniais, são os dos §§ 5º e 6º.

SF/19469/45081-30
|||||

Esse lapso do legislador necessita ser corrigido, haja vista que a pena pecuniária constitui um forte fator de dissuasão da prática criminosa (prevenção geral negativa).

Além do mais, os valores arrecadados são revertidos para o Fundo Penitenciário que é uma das fontes de custeio do sistema prisional que tanto pesa no orçamento público. Em tempos de crise fiscal, tal medida se mostra extremamente bem-vinda.

Por fim, deve-se lembrar que a Lei Penal deve ser certa, taxativa, determinada. Isso significa que as hipóteses de sua incidência devem ser expressamente expostas em Lei, o mesmo valendo para as penas cominadas aos delitos. Por esse fundamento, a alteração se revela tão necessária.

Ante o exposto, peço o apoio dos ilustres Pares para corrigir grave distorção no ordenamento jurídico pátrio, a fim de melhor tutelar o patrimônio das pessoas que honestamente trabalharam para construí-lo.

Sala das Sessões,

Senador FABIANO CONTARATO

SF/19469/45081-30



LEGISLAÇÃO CITADA

- Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de Dezembro de 1940 - Código Penal - 2848/40
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:decreto.lei:1940;2848>

- parágrafo 5º do artigo 155
- parágrafo 6º do artigo 155



O Projeto de Lei nº 3118, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Proposta de Emenda à Constituição





SENADO FEDERAL

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO

Nº 84, DE 2019

Modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos Estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.

AUTORIA: Senador Zequinha Marinho (PSC/PA) (1º signatário), Senadora Kátia Abreu (PDT/TO), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Carlos Viana (PSD/MG), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Dário Berger (MDB/SC), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Eduardo Girão (PODE/CE), Senador Elmano Férrer (PODE/PI), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senador Lasier Martins (PODE/RS), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Luiz do Carmo (MDB/GO), Senador Marcio Bittar (MDB/AC), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Reguffe (S/Partido/DF), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Vanderlan Cardoso (PP/GO), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
GABINETE DO SENADOR ZEQUINHA MARINHO

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 84, DE
2019**

*A' Comissão de
Constituição, justiça
& Cidadania.*

Com 23/5/2019

[Assinatura]



SF/19875.79315-09

Modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos Estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.

As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º A Constituição passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 21.

Parágrafo único. As competências das alíneas b, d e f do inciso XII podem ser delegadas aos Estados, mediante lei específica, em relação às atividades desenvolvidas nos respectivos limites geográficos.” (NR)

“Art. 157.

III – o total do produto da arrecadação dos impostos da União recolhidos nos respectivos territórios que ultrapassar o valor absoluto corrigido dos impostos federais arrecadados no exercício imediatamente anterior.

Parágrafo único. Quando o Estado ou o Distrito federal experimentar decréscimo na arrecadação dos impostos federais recolhidos no âmbito de sua competência territorial, as receitas de que trata o inciso III deste dispositivo serão destinadas à União pelos dois exercícios que lhe sucederem.” (NR)

“Art. 158.



Recebido em 23/05/19

Hora 11:19

Página 2 de 8
Estagiário - SLSF/SGM

Parte integrante do Avulso da PEC nº 84 de 2019.

Página: 1/6 22/05/2019 16:54:14

cba64cb5a6dd5200c13fb59c334efdf6c6eefdf2e8be4

PEC DO PACTO FEDERATIVO

Modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos Estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.

.....
§ 1º

§ 2º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, exclui-se a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I, e dos impostos da União destinados aos mesmos entes, na forma do disposto no art. 157, III.” (NR)

“Art. 159.

.....

§ 5º Para efeito de cálculo da entrega a ser efetuada de acordo com o previsto no inciso I, exclui-se a parcela da arrecadação do imposto de renda e proventos de qualquer natureza pertencente aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, nos termos do disposto nos arts. 157, I, e 158, I, e dos impostos da União destinados aos mesmos entes, na forma do disposto no art. 157, III.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda à Constituição entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os sistemas constitucionais fiscal e financeiro, explorados principalmente no Título IV da CF/88, prestigiam a União, tanto na atribuição das competências tributárias quanto na destinação dos impostos arrecadados, em uma nítida campanha pela redistribuição de riquezas e potencialização econômica entre os diversos entes federados, com a implantação de uma repartição de parte das receitas entre Estados e Municípios.

Todavia, essa metodologia apenas cumpriu parcialmente o seu objetivo, pois o que se vê é que o aumento dos valores repassados aos Estados e Municípios, ao invés de representarem desenvolvimento econômico e redução das desigualdades sociais, em verdade, apenas tem contribuído para o aumento das despesas públicas, em especial suas respectivas folhas de pagamento.

.....
SF/19875.79315-09

Página: 2/6 22/05/2019 16:54:14

cba64cb5a8d520cf31fb59c334efdf6c6efdf2e8be4



PEC DO PACTO FEDERATIVO

Modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos Estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.

Este sistema prejudicou em muito os Estados com alto índice demográfico metropolitano, que não conseguem reagir às diversas crises financeiras que assolararam nossos estados nas últimas décadas.

O sistema atual faz com que Estados e Municípios que sofrem todas as mazelas das grandes metrópoles, principalmente atreladas à saúde, educação e segurança pública, não possuem arrecadação suficiente para financiar as políticas públicas necessárias à realização dos fundamentos, princípios e objetivos da República, tampouco os direitos sociais dos seus residentes.

Considerando, ainda, a vinculação constitucional de receita a ser aplicada no sistema de educação, muito mais severa contra os Estados, com menor potencial econômico, do que contra a União, 25% e 18% respectivamente, a vinculação de receitas para a saúde, de 12% para os Estados, bem como que a média nacional de comprometimento do orçamento dos Estados com folha de pagamento, de 60%, temos que a atual disposição orçamentária dos Estados e do Distrito Federal estão a impedir o próprio desenvolvimento regional e a redução das desigualdades.

Ferramenta para a atração de novos investimentos e geração de emprego, a famigerada guerra fiscal tem sido cada vez mais engessada, a maioria dos benefícios fiscais em vigor já possuem um termo final determinado pela própria legislação e se mostra uma medida cada vez mais fadada ao fracasso, o que prejudica a todos os entes federados.

|||||
SF/19875.79315-09

Página: 3/6 22/05/2019 16:54:14

cba64cb5a6d520cf3fb59c334lef6c6efdf2e8be4

As amarras a que estão sujeitos os Estados impedem o seu desenvolvimento, deixando-os à mercê da atenção e ajuda contínuas da União, que, claro, dado o tamanho continental da nação, não lhes consegue suprir sequer as necessidades mais basilares, como a devida distribuição energética.

Portanto, é imprescindível a adoção de novas fórmulas, mais eficazes, a fim de dar aos Estados condições de se desenvolverem autonomamente, sem que precisem a todo momento do socorro da União.

Nesta senda, é que se apresenta esta Proposta de Emenda Constitucional (PEC), objetivando a possibilidade de delegação da União aos Estados para a exploração, diretamente ou por concessão, de portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica.



PEC DO PACTO FEDERATIVO

Modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos Estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.

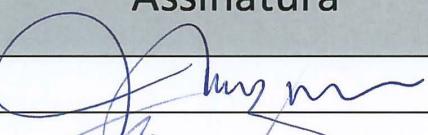
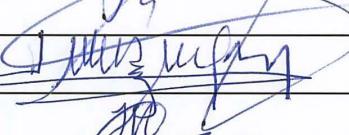
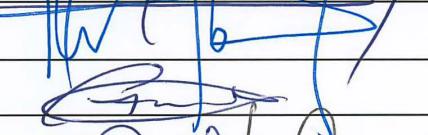
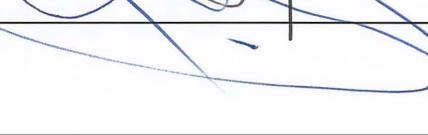
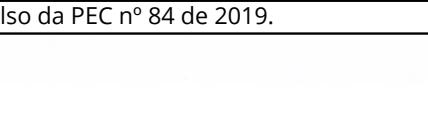
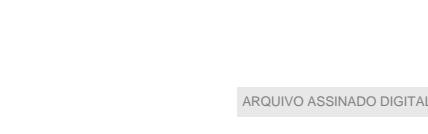
Para além disso, pretende-se por este projeto a criação dos *royalties* do desenvolvimento, destinando-se aos Estados nova parte das receitas tributárias arrecadadas em seus territórios, especificamente a parcela que for agregada ao produto da arrecadação dos impostos federais em relação ao exercício imediatamente anterior.

Por considerarmos que urge reformar, ainda que parcialmente, o federalismo brasileiro, e tendo em vista que as questões aqui tratadas representam a principal parte dos problemas de nosso pacto federativo, apresentamos esta PEC, na esperança de que seja rapidamente aprovada.

SF/19875.79315-09


Sala das Sessões,

Senador ZEQUINHA MARINHO

	Senador	Assinatura
1.	Zequinha Marinho	
2.	André Corrêa	
3.	Wells Barreto	
4.	Neogriff	
5.	Rodrigo Pacheco	
6.	Fábio Rech	
7.	Kátia Abreu	
8.	Silvana Valente	
9.	Jaques Wagner	
10.	E. Amorim	
11.	Ronaldo	

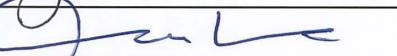
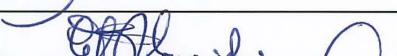
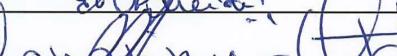
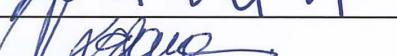
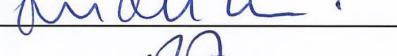
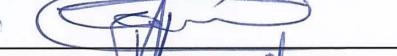
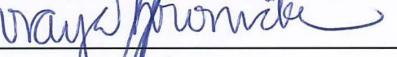
Página: 4/6 22/05/2019 16:54:14

cba64cb5a6dd520cf3fb59c334efdf6c6ef2e8be4



PEC DO PACTO FEDERATIVO

Modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos Estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.

12	Dario Berger	
13	Lasier	
14	ALESSANDRO	
15	Edmar Ferreira	
16	Wesley Reis	
17	IZACI LIMA	
18	Flávio Arns	
19	Sergio Gómez	
20	Willyane Reis	
21	José Woldemberg	
22	Luiz Couto	
23	Maísa Gómez	
24	Marcelo	
25	Plínio Valério	
26	Ricardo	
27	EDUARDO BRAGA	
28	Rogério Carvalho	
29		
30	EDUARDO Gómez	
31	Carlos Jinha	
32	Horacy Brumel	
33	João Viana	
34	Wladimir Rodrigues	
35	Magno Malta	



Página: 5/6 22/05/2019 16:54:14

cba64cb5a6d520cf3fb59c334efdf6c6ef2e8be4



PEC DO PACTO FEDERATIVO

Modifica a Constituição Federal, para permitir a delegação aos Estados da competência da União para explorar portos, aeroportos, ferrovias e energia elétrica; e altera o sistema de repartição de receitas tributárias.

36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	


SF/19875.79315-09

Página: 6/6 22/05/2019 16:54:14

cba84cb5a6d520ct3fb59c334ef1d6c6ef1d2e8be4



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- parágrafo 3º do artigo 60



A Proposta de Emenda à Constituição nº 84, de 2019, vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.



Realização de sessão



A Presidência lembra às Senadoras e aos Senadores que o Senado Federal está convocado para sessão especial a realizar-se no dia 24/5/2019, às 9 horas, destinada a comemorar o Dia Nacional do Comissário de Proteção da Criança e do Adolescente.



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 443, DE 2019

Oitiva da Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto de Lei do Senado nº 510, de /2018.

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia

AUTORIA: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° DE

SF/1912.25144-02 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 510/2018, *que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), para permitir que o estudante de medicina participante do Programa Mais Médicos tenha direito ao abatimento mensal do saldo devedor consolidado, e dá outras providências, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.*

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 510, de 2018, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), para permitir que o estudante de medicina participante do Programa Mais Médicos tenha direito ao abatimento mensal do saldo devedor consolidado, e dá outras providências, foi distribuído para análise exclusiva da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entretanto, a proposição envolve temática diretamente afeta à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), por se referir a profissionais recém-formados da área da saúde. Nesse sentido, requeremos a oitiva da CAS sobre a matéria.



Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 510/2018, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), para permitir que o estudante de medicina participante do Programa Mais Médicos tenha direito ao abatimento mensal do saldo devedor consolidado, e dá outras providências, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja...

Sala das Sessões, 8 de maio de 2019.

Senador Marcelo Castro
(MDB - PI)

SF/1912.25144-02 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 444, DE 2019

Oitiva da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária sobre o Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015.

AUTORIA: Senador Chico Rodrigues (DEM/RR)

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Chico Rodrigues

|||||
SF/19220.79463-11 (LexEdit)

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 631/2015, *que Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998*, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado nº 631, de 2015, de autoria do nobre Senador Marcelo Crivella, institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 (Lei de Crimes Ambientais). Em seus 15 artigos a proposição dispõe sobre (i) objetivos, conceitos e delimitação de aplicação da norma (arts. 1º a 3º); (ii) direitos dos animais ao bem-estar e obrigações destinadas à guarda de animais (arts. 4º e 5º); (iii) proibição de práticas consideradas maus-tratos (arts. 6º e 7º); (iv) infrações e penalidades (arts. 8º a 11); e (v) disposições finais e transitórias (arts. 12 a 15).

Apesar de nobre objetivo, observa-se que diversos dispositivos presentes na proposição abordam o desenvolvimento de atividades agropecuárias,



especialmente com relação ao sistema de manejo, transporte e abate de animais de produção e de interesse econômico, como destacado a seguir:

1. Conceitua o bem-estar animal como a promoção da saúde física e mental dos animais, observada a sua função ecológica, de modo a lhes assegurar o provimento de suas necessidades naturais (Art. 4º, Parágrafo único), diferindo da definição adotada pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE);
2. Obriga toda pessoa física ou jurídica que mantenha animal sob sua guarda ou cuidados que garanta espaço adequado e apropriado para a manifestação do comportamento natural, individual e coletivo (Art. 6º, II), não levando em consideração o regime de confinamento, regulamentado e amplamente utilizado nas atividades agropecuárias;
3. Obriga os proprietários a assegurarem a inexistência de circunstâncias capazes de causar ansiedade, medo, estresse ou angústia aos animais (Art. 6º, III). Não levando em consideração a realidade do campo, onde o ataque de animais silvestres e descargas elétricas, por exemplo, podem levar a morte dos animais de produção.
4. Proíbe prática de maus-tratos sob a justificativa de tradição cultural, recreação ou exploração econômica (Art. 7, § 2º). Esse foi um tema amplamente debatido nos últimos anos, tanto pelo Legislativo quanto pelo Judiciário, onde, em seu ápice, houve a aprovação e sanção da Lei nº 13.364/16 que “Eleva o Rodeio, a Vaquejada, bem como as respectivas expressões artístico-culturais, à condição de manifestação cultural nacional e de patrimônio cultural imaterial” e da Emenda Constitucional nº 96 de 2017 que determina que não são consideradas cruéis as práticas



SF/19220/79463-11 (LexEdit)



 SF/19220/79463-11 (LexEdit)

desportivas que utilizem animais, desde que sejam manifestações culturais, conforme o § 1º do art. 215 da CF.

5. Considera maus tratos aos animais (Art. 8º):

1. A utilização de substâncias químicas ou objetos, ferramentas ou equipamentos para estímulo físico ou psicológico do animal explorado para a prática desportiva ou atividade laborativa, incluindo apresentações e eventos similares (Art. 8º, II). Apesar de objetivo nobre, tal proibição pode afetar sobremaneira o manejo dos animais de produção utilizados atualmente. Ressalta-se que a utilização desses equipamentos no dia a dia não caracteriza maus tratos, mas sim um manejo adequado visando à segurança e integridade do próprio animal.
2. Forçar de qualquer maneira a alimentação do animal, exceto em benefício de sua própria saúde, ou ministrar-lhe alimentação inadequada ou com substâncias impróprias (Art. 8º, IX). Tal inciso tem interpretação dúbia e pode afetar o manejo nutricional dos animais de produção.
3. Utilizar dispositivo para aplicação de descargas elétricas em animal para impedir seus movimentos ou para forçá-lo a se movimentar, causando considerável dor, sofrimento ou dano (Art. 8º, X). Atualmente, a utilização de descargas elétricas se dá de forma preventiva e apenas se necessária no corredor de abate buscando



prevenir que os animais não pisem e nem machuquem uns aos outros.

4. Confinar animal em recinto com indivíduo da mesma espécie ou de espécie distinta que lhe cause medo, perigo, agressão ou qualquer tipo de dano (Art. 8º, XIII). Não leva em consideração o regime de confinamento, regulamentado e amplamente utilizado nas atividades agropecuárias.

Observa-se, portanto, que o projeto insere-se no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, tendo em vista que seus dispositivos podem interferir sobremaneira as atividades agropecuárias, enquadrando-o nos itens III, IV e VI do Art. 104-B que dispõe sobre as competências da referida Comissão.

Ressalta-se, finalmente, que é extremamente necessário o avanço de propostas relacionadas ao bem-estar animal. A importância do tema está atrelada tanto no que diz respeito aos interesses dos consumidores no mercado interno quanto aos diversos países compradores de nossos produtos. No entanto, é fundamental a discussão de maneira racional, equilibrada e considerando que temos uma cadeia produtiva longa e com diferentes particularidades.

Neste sentido, entendemos que se faz necessário a análise por parte da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Sala das Sessões, de .



SF/19220/79463-11 (LexEdit)

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 631/2015, que Institui o Estatuto dos Animais e altera a redação do art. 32 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Senador Chico Rodrigues
(DEM - RR)
Vice-líder do governo


SF/19220/79463-11 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 445, DE 2019

Oitiva da Comissão de Educação, Cultura e Esporte sobre o Projeto de Lei do Senado nº 510, de 2018.

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia

AUTORIA: Senador Marcelo Castro (MDB/PI)



[Página da matéria](#)





SENADO FEDERAL


SF/19632/71852-76 (LexEdit)**REQUERIMENTO Nº DE**

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 510/2018, *que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), para permitir que o estudante de medicina participante do Programa Mais Médicos tenha direito ao abatimento mensal do saldo devedor consolidado, e dá outras providências, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.*

JUSTIFICAÇÃO

O Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 510, de 2018, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), para permitir que o estudante de medicina participante do Programa Mais Médicos tenha direito ao abatimento mensal do saldo devedor consolidado, e dá outras providências, foi distribuído para análise exclusiva da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Entretanto, a proposição envolve temática diretamente afeta à Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), por versar sobre financiamento estudantil. Nesse sentido, requeremos a oitiva da CE sobre a matéria.



Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 510/2018, que altera a Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001 (Lei do Fies), para permitir que o estudante de medicina participante do Programa Mais Médicos tenha direito ao abatimento mensal do saldo devedor consolidado, e dá outras providências, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja...

Sala das Sessões, 8 de maio de 2019.

Senador Marcelo Castro
(MDB - PI)

SF/19632/71852-76 (LexEdit)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 446, DE 2019

Oitiva da Comissão de Serviços de Infraestrutura sobre o Projeto de Lei do Senado nº 199, de 2016.

DESPACHO: Inclua-se em Ordem do Dia

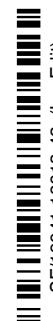
AUTORIA: Senador Elmano Férrer (PODE/PI)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° DE
SF/19041:186/3-42 (LexEdit)

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, “c”, 12, do Regimento Interno do Senado Federal, que sobre o PLS 199/2016, *que dispõe sobre a isenção da tarifa de pedágio nas vias federais, exploradas direta ou indiretamente, pelos veículos que transportem pessoas com doença grave ou degenerativa, além do constante do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a Comissão de Serviços de Infraestrutura.*

Sala das Sessões, 13 de maio de 2019.

**Senador Elmano Férrer
(PODE - PI)**





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO (RQS) N° 447, DE 2019

Homenagem de pesar pelo falecimento do ex-vice-Prefeito de Cascavel, Hostílio Lustosa.

AUTORIA: Senador Alvaro Dias (PODE/PR)



[Página da matéria](#)

REQUERIMENTO N° DE

SF/19172.36887-57 (LexEdit)


Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos dos arts., do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento do ex-vice-prefeito de Cascavel, Hostílio Lustosa, ocorrido na madrugada de ontem, dia 22, naquela cidade.

JUSTIFICAÇÃO

Cascavel, no Oeste do Paraná, perdeu, ontem, **Hostílio Lustosa**, que se foi aos 69 anos, deixando a marca de um cidadão que se destacou por sua positiva atuação na vida pública do município. E eu perdi um bom amigo e leal companheiro, de muitos anos, em todos os momentos sempre ao meu lado. Para não dizer que concordava comigo em tudo, mantínhamos uma cordial divergência esportiva: ele fanático torcedor do Santos, eu corintiano.

Aos 69 anos, **Hostílio Lustosa** não resistiu a graves complicações de um problema renal com o qual vinha lutando, há meses. Na vida pública ele chegou a vice-prefeito de Cascavel, na gestão de Salazar Barreiros, de 1997 a 2000. Sua propensão para a liderança e a política, no entanto, começou a se revelar assim



que chegou a Cascavel, aos 19 anos, em 1969, acompanhando o pai, funcionário da Receita Estadual transferido para a cidade.

O jovem **Hostílio Lustosa** ingressou no curso de Ciências Contábeis da antiga Fecivel e logo elegeu-se presidente do diretório acadêmico, em seguida do DCE da nascente Unioeste e integrante da diretoria da UPE – União Paranaense dos Estudantes.

Seu ingresso na vida pública foi consequência natural de sua atuação na política estudantil: elegeu-se vereador em 1982, com a então expressiva marca de 1647 votos. E correspondeu ao que dele esperavam seus eleitores: teve uma atuação extremamente propositiva, voltada para a eletrificação rural, sistema viário, organização comunitária e escolas rurais. Destacou-se de tal forma que precisou deixar a Câmara, convidado pelo então prefeito Fidelcino Tolentino a assumir a Secretaria de Administração.

Na sequência **Hostílio Lustosa** foi vice-prefeito de Salazar Barreiros e depois, com a volta de Tolentino para um segundo mandato na prefeitura, teve mais uma oportunidade para colaborar com o progresso do município: foi convidado e aceitou presidir a Codevel – Companhia de Desenvolvimento de Cascavel.

Em reconhecimento aos relevantes serviços que prestou a Cascavel, o prefeito Leonaldo Paranhos decretou luto oficial de três dias. E estou certo de que, pelas mesmas razões, esta Casa aprovará esta outra homenagem que sinto-me honrado em propor: um **Voto de Pesar** pelo seu falecimento.

Sala das Sessões, 23 de maio de 2019.

Senador Alvaro Dias
Líder do PODE

SF/19172.36887-57 (LexEdit)


Término de prazos



Encerrou-se em 22 de maio o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 219/2015.

Ao Projeto foi apresentada a Emenda nº 2-Plen.

A matéria retorna à CCJ e à CAE para exame da emenda.



PLC 219/2015
00002

SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador **EDUARDO GOMES**

EMENDA Nº 2-PLEN

(AO PLC 219/2015)

SF/19333.28662-33

Dê-se ao inciso XXI do caput do art. 3º do Projeto a seguinte redação:

“XXI – indicação de existência de conselho ou associação de franqueados, de caráter obrigatório, para franquias acima de 50 (cinquenta) unidades estabelecidas, e consultivo, com as atribuições, poderes e os mecanismos de representação perante o franqueador, detalhando as competências para gestão e fiscalização da aplicação dos recursos de fundos existentes;”.

JUSTIFICAÇÃO

Uma figura que merece destaque no âmbito do sistema de franquia empresarial é o chamado Conselho de Franquia. Pelo termo, entende-se o grupo sem personalidade jurídica, reunido mediante regras preestabelecidas para debate e sugestões de aprimoramento de seu sistema de Franquias. Seu caráter é eminentemente consultivo, sendo suas sugestões, quando houver, encaminhadas à Franqueadora, que tem a decisão final sobre os assuntos tratados. Em resumo, é um canal de relacionamento entre Franqueador e seus Franqueados, tendo o objetivo de discutir assuntos de interesse da rede e não tem caráter decisório ou de gestão financeira (por exemplo, de um fundo de marketing).

Apesar de essencial, muitas franqueadoras não contam com um Conselho de Franqueados, de modo que acabam sendo a única a ter voz na relação de franchising. Essa situação desequilibra a relação entre franqueador e franqueados, trazendo diversos problemas, inclusive de ordem judicial.

A presente emenda é proposta para que o franqueador com mais de cinquenta unidades estabelecidas constitua obrigatoriamente um conselho ou associação de franqueados, de modo que o franqueado possa contar com



a salvaguarda de uma entidade representativa dos seus interesses, ao tomar a decisão de ingressar na franquia.

Sala das Sessões,

Senador EDUARDO GOMES


SF/19333.28662-33

Encerrou-se em 22 de maio o prazo para apresentação de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 127/2018. Não foram oferecidas emendas.

A matéria será incluída em Ordem do Dia oportunamente.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PODE - Romário*
PSD - Arolde de Oliveira**
Bloco-PSL - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Major Olímpio**
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

Bloco-PSDB - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PSB - Jorge Kajuru**
Bloco-PP - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
Bloco-DEM - Jayme Campos**
Bloco-PSL - Juíza Selma**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODE - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODE - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - José Maranhão*
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-PSB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PODE - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-CIDADANIA - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PODE - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODE - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Renilde Bulhões* (S)
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODE - Alvaro Dias*
Bloco-REDE - Flávio Arns**
Bloco-PODE - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

S/Partido - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PDT - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-PRB - Mecias de Jesus**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 20
MDB-13 / PP-6 / PRB-1

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
José Maranhão.	MDB / PB
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	PRB / RR
Renan Calheiros.	MDB / AL
Simone Tebet.	MDB / MS
Vanderlan Cardoso.	PP / GO

Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL - 20
PSDB-8 / PODE-8 / PSL-4

Alvaro Dias.	PODE / PR
Antonio Anastasia.	PSDB / MG
Eduardo Girão.	PODE / CE
Elmano Férrer.	PODE / PI
Flávio Bolsonaro.	PSL / RJ
Izalci Lucas.	PSDB / DF
José Serra.	PSDB / SP
Juíza Selma.	PSL / MT
Lasler Martins.	PODE / RS
Major Olímpio.	PSL / SP
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Oriovisto Guimarães.	PODE / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Romário.	PODE / RJ
Rose de Freitas.	PODE / ES
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODE / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

Bloco Parlamentar Senado Independente - 13
PDT-4 / CIDADANIA-3 / PSB-3 / REDE-3

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Flávio Arns.	REDE / PR
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Kátia Abreu.	PDT / TO
Leila Barros.	PSB / DF
Marcos do Val.	CIDADANIA / ES
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Veneziano Vital do Rêgo.	PSB / PB
Weverton.	PDT / MA

PSD - 9

Angelo Coronel.	BA
Arolde de Oliveira.	RJ
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Renilde Bulhões.	PROS / AL
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 9

DEM-6 / PL-2 / PSC-1

Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

S/Partido - 1

Reguffe.	DF
----------	----

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	20
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL.	20
Bloco Parlamentar Senado Independente.	13
Bloco Parlamentar Vanguarda.	9
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
PSD.	9
S/Partido.	1
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)	Jader Barbalho** (MDB-PA)	Oriovisto Guimarães** (PODE-PR)
Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)	Jaques Wagner** (PT-BA)	Otto Alencar* (PSD-BA)
Alvaro Dias* (PODE-PR)	Jarbas Vasconcelos** (MDB-PE)	Paulo Paim** (PT-RS)
Angelo Coronel** (PSD-BA)	Jayme Campos** (DEM-MT)	Paulo Rocha* (PT-PA)
Antonio Anastasia* (PSDB-MG)	Jean Paul Prates* (PT-RN)	Plínio Valério** (PSDB-AM)
Arolde de Oliveira** (PSD-RJ)	Jorge Kajuru** (PSB-GO)	Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
Carlos Viana** (PSD-MG)	Jorginho Mello** (PL-SC)	Reguffe* (S/Partido-DF)
Chico Rodrigues** (DEM-RR)	José Maranhão* (MDB-PB)	Renan Calheiros** (MDB-AL)
Cid Gomes** (PDT-CE)	José Serra* (PSDB-SP)	Renilde Bulhões* (PROS-AL)
Ciro Nogueira** (PP-PI)	Juíza Selma** (PSL-MT)	Roberto Rocha* (PSDB-MA)
Confúcio Moura** (MDB-RO)	Kátia Abreu* (PDT-TO)	Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
Daniella Ribeiro** (PP-PB)	Lasier Martins* (PODE-RS)	Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
Dário Berger* (MDB-SC)	Leila Barros** (PSB-DF)	Rogério Carvalho** (PT-SE)
Davi Alcolumbre* (DEM-AP)	Lucas Barreto** (PSD-AP)	Romário* (PODE-RJ)
Eduardo Braga** (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze** (PP-RS)	Rose de Freitas* (PODE-ES)
Eduardo Girão** (PODE-CE)	Luiz do Carmo* (MDB-GO)	Sérgio Petecão** (PSD-AC)
Eduardo Gomes** (MDB-TO)	Mailza Gomes* (PP-AC)	Simone Tebet* (MDB-MS)
Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)	Major Olímpio** (PSL-SP)	Soraya Thronicke** (PSL-MS)
Elmano Férrer* (PODE-PI)	Mara Gabrilli** (PSDB-SP)	Styvenson Valentim** (PODE-RN)
Esperidião Amin** (PP-SC)	Marcelo Castro** (MDB-PI)	Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
Fabiano Contarato** (REDE-ES)	Marcio Bittar** (MDB-AC)	Telmário Mota* (PROS-RR)
Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)	Marcos Rogério** (DEM-RO)	Vanderlan Cardoso** (PP-GO)
Flávio Arns** (REDE-PR)	Marcos do Val** (CIDADANIA-ES)	Veneziano Vital do Rêgo** (PSB-PB)
Flávio Bolsonaro** (PSL-RJ)	Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)	Wellington Fagundes* (PL-MT)
Humberto Costa** (PT-PE)	Mecias de Jesus** (PRB-RR)	Weverton** (PDT-MA)
Irajá** (PSD-TO)	Nelsinho Trad** (PSD-MS)	Zenaide Maia** (PROS-RN)
Izalci Lucas** (PSDB-DF)	Omar Aziz* (PSD-AM)	Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (DEM-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Antonio Anastasia - (PSDB-MG)

2º VICE-PRESIDENTE

Lasier Martins - (PODE-RS)

1º SECRETÁRIO

Sérgio Petecão - (PSD-AC)

2º SECRETÁRIO

Eduardo Gomes - (MDB-TO)

3º SECRETÁRIO

Flávio Bolsonaro - (PSL-RJ)

4º SECRETÁRIO

Luis Carlos Heinze - (PP-RS)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Marcos do Val - (CIDADANIA-ES)

2º Weverton - (PDT-MA)

3º Jaques Wagner - (PT-BA)

4º Leila Barros - (PSB-DF)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/PRB) - 20 Líder Esperidião Amin - PP (26) Líder do MDB - 13 Eduardo Braga (8,25,33) Líder do PP - 6 Daniella Ribeiro (5) Vice-Líder do PP Ciro Nogueira (9) Líder do PRB - 1 Mecias de Jesus (13)	Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE/PSDB/PSL) - 20 Líder Eduardo Girão - PODE (24) Líder do PODE - 8 Alvaro Dias (7) Vice-Líderes do PODE Orio visto Guimarães (29) Rose de Freitas (27) Lasier Martins (28) Líder do PSDB - 8 Roberto Rocha (23) Vice-Líderes do PSDB Izalci Lucas (35,39) Rodrigo Cunha (36) Líder do PSL - 4 Major Olímpio (11)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/PSB/REDE) - 13 Líder Veneziano Vital do Rêgo - PSB (18) Líder do PDT - 4 Weverton (2) Líder do CIDADANIA - 3 Eliziane Gama (6) Vice-Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (42) Líder do PSB - 3 Jorge Kajuru (3) Líder do REDE - 3 Randolfe Rodrigues (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Paulo Rocha - PT (37) Vice-Líder Zenaide Maia (19,30) Líder do PT - 6 Humberto Costa (12,20) Vice-Líder do PT Rogério Carvalho (32) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (21) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (19,30)	Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 9 Líder Wellington Fagundes - PL (14) Vice-Líderes Rodrigo Pacheco (4,16) Jorginho Mello (1,15) Zequinha Marinho (17,31) Líder do DEM - 6 Rodrigo Pacheco (4,16) Líder do PL - 2 Jorginho Mello (1,15) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (17,31)	PSD - 9 Líder Otto Alencar - PSD (10) Vice-Líderes Irajá Angelo Coronel
 Maioria Líder Eduardo Braga - MDB (8,25,33)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (34) Vice-Líderes Eduardo Gomes (41) Elmano Férrer (40) Izalci Lucas (35,39) Chico Rodrigues (38)	Minoria Líder Randolfe Rodrigues - REDE (22)

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Weverton Rocha foi designado líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. s/n/2019).
3. Em 02.02.2019, o Senador Jorge Kajuru foi designado líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 010/2019-GLDPSB).
4. Em 02.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado líder do Partido Democratas (Of. 001/2019-GLDEM).
5. Em 02.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada líder do Partido Progressista (Of. 001/2019-GLDPP).
6. Em 02.02.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada líder do Partido Popular Socialista (Of. 001/2019).
7. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
8. Em 02.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 001/2019-GLMDB).
9. Em 02.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 003/2019-GLDPP).
10. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).
11. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLDPSL).
12. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT).
13. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).



14. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
15. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
16. Em 06.02.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
17. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
18. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
19. Em 06.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
20. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
21. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
22. Em 06.02.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado Líder do Partido Rede Sustentabilidade (Memo. 1/2019)
23. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
24. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do Bloco PSDB/PODE/PSL/ (Of. s/n).
25. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
26. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
27. Em 13.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada 2º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
28. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 3º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
29. Em 13.02.2019, o Senador Orovisto Guimarães foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
30. Em 14.02.2019, a Senadora Zenaide Maia é designada 1º vice-líder do Partido Republicano da Ordem Social-PROS, conforme Of. 37/2019-GSTMOTA, lido na sessão de 14 de fevereiro de 2019.
31. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
32. Em 19.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado 1º vice-líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 4/2019-GLDPT)
33. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
34. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
35. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
36. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
37. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
38. Em 15.03.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado 4º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
39. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
40. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
41. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
42. Em 08.05.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado vice-líder do CIDADANIA (Ofício nº 8/2019-GLCID)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA CONHECER A REALIDADE DE MINAÇU

Finalidade: Conhecer a realidade do município de Minaçu-GO e da empresa Sama Minerações, para demonstrar que a cidade e sua economia são dependentes dos impostos e dos empregos oriundos das atividades da empresa, no prazo de 30 dias.

Requerimento 330, de 2019

Número de membros: 5 titulares e 2 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (1)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (1)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (1)	2. Senador Irajá (PSD-TO) (1)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (1)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (1)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (1)	

Notas:

1. Em 26.04.2019, os Senadores Chico Rodrigues, Luiz do Carmo, Vanderlan Cardoso, Davi Alcolumbre e Daniella Ribeiro foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Irajá, membros suplentes, para compor a comissão (ATS nº10/2019).



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA PARA REALIZAR VISITA TÉCNICA

Finalidade: Realizar visita técnica ao Centro Espacial de Kourou, centro de lançamentos da Agência Espacial Europeia, localizado na Guiana Francesa, na localidade de Kourou, conhecido Centro de Inovações Tecnológicas e Modernidade Espacial.

Requerimento nº 395, de 2019

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Prazo final: 03/09/2019

TITULARES	SUPLENTES
	1.
	2.
	3.
	4.
	5.
	6.
	7.
	8.



3) COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A ACOMPANHAR A PEC 6, DE 2019

Finalidade: Destinada a acompanhar a tramitação, na Câmara dos Deputados, da PEC 6, de 2019, que modifica o sistema de previdência social.

Instituída pelo Ato do Presidente 7, de 2019

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA)

RELATOR: Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE)

Instalação: 10/04/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Otto Alencar (PSD-BA) (1)	1. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (6)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (1)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (3,4,5)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (1)	3. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (7)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (1)	4.
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (1)	5.
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (1)	6.
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (1)	7.
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (1)	8.
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (1,6)	9. VAGO (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, os Senadores Otto Alencar, Tasso Jereissati, Eduardo Braga, Esperidião Amin, Cid Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Jaques Wagner, Rodrigo Pacheco e Elmano Férrer foram designados membros titulares, para compor a Comissão (Ato do Presidente n. 7, de 2019)
2. Em 15.03.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a Comissão (Of. nº 24/2019-GLPODE).
3. Em 20.03.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 55/2019-GLPSDB).
4. Em 29.03.2019, o Senador José Serra deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo PSDB (Of. nº 56/2019-GLPSDB).
5. Em 29.03.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a Comissão (Of. nº 63/2019-GLPSDB).
6. Em 10.04.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, que passa a ser suplente, pelo PODE, para compor a Comissão (ATS nº 09/2019).
7. Em 16.04.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo PSL, para compor a Comissão (Of. nº 25/2019-GLIDPSL).

Secretário(a): Felipe Geraldes / Fernanda Lima

Telefone(s): 3303-3490

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI DE BRUMADINHO

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta de 11 membros titulares e 7 membros suplentes, para, no prazo de 120 dias, apurar as causas do rompimento da barragem na Mina Córrego do Feijão, da empresa de mineração Vale, em Brumadinho e outras barragens.

Requerimento nº 21, de 2019

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽⁸⁾

Leitura: 13/02/2019

Instalação: 12/03/2019

Prazo final: 10/07/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) ⁽¹⁾	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽¹⁾
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽²⁾	1.
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ^(2,11)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽³⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(4,10)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾
PSD	
Senador Carlos Viana (MG) ^(6,9)	1. Senador Otto Alencar (BA) ^(6,9)

Notas:

- Em 12.03.2019, os Senadores Antonio Anastasia, Selma Arruda e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a CPI (Of. nº 7/2019-GSEGIRAO).
- Em 12.03.2019, os Senadores Dário Berger e Márcio Bitar foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos Pelo Brasil, para compor a CPI (Of. nº 27/2019-GLMDB).
- Em 12.03.2019, os Senadores Randolfe Rodrigues e Jorge Kajuru foram designados membros titulares; e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a CPI (Memo. nº 21/2019-GLBSI).
- Em 12.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro titular, e o Senador Jean Paul, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 22/2019-BLPRD).
- Em 12.03.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 14/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 12.03.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 53/2019-GLPSD).
- Em 12.03.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente pelo Bloco Parlamentar Vanguarda para compor a CPI (Of. nº 23/2019-BLOCO VANGUARDA).
- Em 13.03.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Rose de Freitas, o Senador Randolfe Rodrigues e o Senador Carlos Viana a Presidente, Vice-Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2019-CPIBRUM).



9. Em 13.03.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, e o Senador Otto Alencar, membro suplente, pelo PSD, para compor a CPI (Of. nº 54/2019-GLPSD).
10. Em 15.03.2019, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Telmário Mota, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a CPI (Of. nº 26/2019-BLPRD).
11. Em 26.03.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 118/2019-GLMDB).

Secretário(a): Reinilson Prado / Diogo Peixoto

Telefone(s): 3303-3492

E-mail: coceti@senado.leg.br



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,19)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,19)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	3. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12,18)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	7. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (13)	1. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (13)	2. Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (8)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (17)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)	6. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	3. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3,20)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	4. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5. Senador Weverton (PDT-MA) (22)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (7)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,21)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)
PSD	
Senador Omar Aziz (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Arolde de Oliveira (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).
- Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Acir Gurgacz, Eliziane Gama e Cid Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 2/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
18. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
19. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
20. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
21. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
22. Em 21.05.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 87/2019-GLBSI).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)

2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).

Secretário(a): José Alexandre Girão Mota da Silva

Reuniões: Terças-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Romário (PODE-RJ) ⁽¹⁴⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)	3. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (12)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (6)	2. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (6)
Senador Romário (PODE-RJ) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (2)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (2)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	4. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (4)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,17)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (17)	3. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (19)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Irajá (1)	2. Senador Lucas Barreto (1,13)
Senador Otto Alencar (13)	3. Senador Sérgio Petecão (18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (16)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Weverton, Flávio Arns e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Cid Gomes, Fabiano Comparato e Marcos do Val, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).	



10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 33/2019-GLPSD).
14. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
15. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLDPSL).
16. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
17. Em 26.02.2019, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, deixando de atuar como suplente; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 20/2019-BLPRD).
18. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
19. Em 10.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 44/2019-BLPRD).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,28)
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,23)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (9)	5. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,21)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (12)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (7)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (7)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (7)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (8)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7)
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (8,20)	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)
Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)	5. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	6. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)	1. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,25,26)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,24,27)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	4. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3,22)
Senador Weverton (PDT-MA) (3)	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,16,18)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (6,16,19)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (6,18)
PSD	
Senador Otto Alencar (2)	1. Senador Sérgio Petecão (2)
Senador Ângelo Coronel (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Arolde de Oliveira (2)	3. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº5/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Cid Gomes, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val, Randolfe Rodrigues, Acir Gurgacz e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 1/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mécias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
17. Em 12.03.2019, a Senadora Leila Barros foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 60/2019-GLBSI).
18. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1ª e a 3ª suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
20. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovísto Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
21. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
22. Em 24.04.2019, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 76/2019-GLBSI).
23. Em 06.05.2019, o Senador Oriovísto Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
24. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
25. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
26. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
27. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
28. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (REDE-PR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (14)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (9)	4. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (15)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)	5.
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (10)	6.
VAGO (11)	7.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (6)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)	3. Senador Romário (PODE-RJ) (7)
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (7)	4. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (12)	5. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (13)
	6.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	4. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (17)
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)	5.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (5,16)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1,2)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Carlos Viana (1)	2. Senador Arolde de Oliveira (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	3. Senador Irajá (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)	2.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	3.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº9/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Cid Gomes, Flávio Arns, Marcos do Val e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Fabiano Comparato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).



5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
6. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
12. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
13. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
14. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
15. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 07.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 78/2019-GLBSI).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE.

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1)	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (1)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (1)	2. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (1)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (1)	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (1)
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) (1)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (1)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) (1)

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽¹⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,17)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (6,16)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10)	2. Senador José Maranhão (MDB-PB) (16,17)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (17)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8)	1. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (11)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (9)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (15)	3. Senador Alvaro Dias (PODE-PR) (15)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (20)	4. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (20)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (19)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7)
PSD	
Senador Carlos Viana (2)	1. Senador Lucas Barreto (2)
Senador Otto Alencar (2)	2. Senador Omar Aziz (2,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (12)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
8. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
10. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
11. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).



13. Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 27.03.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 65/2019-GLBSI).
20. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)	1. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,13)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (13)	2. VAGO (10,13,14,16)
(13,18)	3. VAGO (14)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (7)	1. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Romário (PODE-RJ) (7)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (8)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (8)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)	4. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (12)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (19)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5,17)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (1)	1. Senador Sérgio Petecão (1,2)
Senador Nelsinho Trad (1)	2. Senador Lucas Barreto (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1.
	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gurgacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).



13. Em 28.03.2019, o Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e o Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of.º 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODE-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (1)	2.
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (1)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)

Secretário(a): Mariana Borges Frizzer Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (11)	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (11)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (11)	3. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (10)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6)	5. Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) (8)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (8)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (9)
Senador Romário (PODE-RJ) (9)	3. Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (15)
Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (16)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)	1. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3)	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (3)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (3)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (7,18)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (7)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,17)
PSD	
Senador Nelsinho Trad (2)	1. Senador Arolde de Oliveira (2)
Senador Angelo Coronel (2)	2. Senador Carlos Viana (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (4)
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Kátia Abreu, Randolfe Rodrigues e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz, Flávio Arns e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GLBSI).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
5. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
6. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).	
9. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLID).	
10. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).	
11. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).	



12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
13. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
16. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
17. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).

Secretário(a): Flávio Eduardo de Oliveira Santos

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (9)	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (9)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (9)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9)	4. Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (8,14,15)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10)	5.
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (13)	6.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6)	1. Senador José Serra (PSDB-SP) (6)
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (7)	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (6)
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) (7)	3. Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (7)
Senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) (12)	4. Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)
	5. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (11)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (3)	1. Senador Weverton (PDT-MA) (3)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (3)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3)	3. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (3)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3)	4. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (5)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (5)
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5)
	3.
PSD	
Senador Lucas Barreto (2)	1. Senador Angelo Coronel (2)
Senador Carlos Viana (2)	2. Senador Nelsinho Trad (2)
Senador Irajá (2)	3. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Acir Gurgacz, Fabiano Contarato e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Weverton, Veneziano Vital do Rêgo, Kátia Abreu e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Férrer foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).



9. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
12. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
14. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
15. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Moraes

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾VICE-PRESIDENTE: Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽¹¹⁾	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹¹⁾
Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽¹¹⁾	2. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(10,13)
VAGO ^(5,15)	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽¹⁸⁾
	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁷⁾	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽⁷⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁷⁾	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ⁽⁷⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ^(7,9)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁸⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽⁸⁾	4. Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) ⁽³⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽³⁾
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽³⁾	2. Senador Flávio Arns (REDE-PR) ^(3,16,17)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽³⁾	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽¹⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁶⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁶⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
PSD	
Senador Lucas Barreto ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	2. Senador Otto Alencar ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁴⁾
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁴⁾	2.

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolfe Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).



15. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão(Of. nº 06/2019-BPUB).
16. Em 27.02.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Flávio Arns, para compor a comissão(Memo. nº 54/2019-GLBSI).
17. Em 12.03.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 58/2019-GLBSI).
18. Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).
19. Em 9.4.2019, o Senador Weverton foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo. 70/2019-GLBSI).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



9.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 12/2019-CDR, do Senador Zequinha Marinho, para acompanhamento das obras da Usina de Belo Monte.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾

Instalação: 15/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽¹⁾	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Elmano Férrer (PODE-PI) ⁽¹⁾	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽¹⁾	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 08.05.2019, os Senadores Zequinha Marinho, Elmano Férrer e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama, Chico Rodrigues e Plínio Valério, membros suplentes, para compor a comissão (Memo. nº09/2019-CDR).
2. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Zequinha Marinho e o Senador Elmano Férrer, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CDRUBM).
3. Em 15.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Lucas Barreto a Relator deste colegiado (Memo. 02/2019-CDRUBM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹²⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos (MDB, PP, PRB)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (9)	1. Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) (9)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8)	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)
Senador José Maranhão (MDB-PB) (8)	3. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (13)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (17)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5)
Senador Lasier Martins (PODE-RS) (7)	2. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (7)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (14)	3. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (16)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (15)	4.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB-PB) (2)
Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (2)	2.
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4)	1. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PSD	
Senador Lucas Barreto (1)	1. Senador Nelsinho Trad (1)
Senador Sérgio Petecão (1)	2. Senador Angelo Coronel (1,18)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
13. Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

Finalidade: Subcomissão criada pelos REQs nºs 3 e 7/2019-CRA, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a implementação da Regularização Fundiária das áreas rurais no Brasil.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾

Instalação: 17/04/2019

Prazo final: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁾	1. Senador Luís Carlos Heinze (PP-RS) ⁽¹⁾
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senador Paulo Rocha (PT-PA) ⁽¹⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ⁽¹⁾	4. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾	5. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2019, os Senadores Juíza Selma, Acir Gurgacz, Paulo Rocha, Chico Rodrigues e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Luís Carlos Heinze, Izalci Lucas, Nelsinho Trad, Wellington Fagundes e Telmário Mota, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº26/2019-CRA).
2. Em 17.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz Presidente do colegiado, que designou a Senadora Soraya Thronicke, Relatora (Of. 32/2019-CRA)

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Juíza Selma (PSL-MT) ⁽¹⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (11)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (11)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (7)	3. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (11)
Senador Vanderlan Cardoso (PP-GO) (12)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (6,19)
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9)	1. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (9)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9)	2. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (9)
Senador Oriovisto Guimarães (PODE-PR) (10)	3. Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) (10)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (13)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (14)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
VAGO (4,15)	1. Senador Flávio Arns (REDE-PR) (4,16)
Senador Marcos do Val (CIDADANIA-ES) (4)	2. Senadora Kátia Abreu (PDT-TO) (4)
Senador Weverton (PDT-MA) (4)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (8)	1. Senadora Renilde Bulhões (PROS-AL) (8,18)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (8)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (8)
PSD	
Senador Arolde de Oliveira (2)	1. Senador Carlos Viana (2,3)
Senador Angelo Coronel (2,3)	2. Senador Sérgio Petecão (2)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (5)	1.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	2.
Notas:	
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Marcos do Val e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2019-GLBSI).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
7. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	
8. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLPRD).	
9. Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).	
10. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).	
11. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).	
12. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).	



13. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Major Olimpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
16. Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
17. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).
18. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
19. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Mecias de Jesus (PRB-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁸⁾
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽⁸⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODE-RN) ⁽⁵⁾	1. Senador Eduardo Girão (PODE-CE) ⁽⁵⁾
	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
	1.
	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽³⁾	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽³⁾
PSD	
Senador Irajá ⁽¹⁾	1. Senador Arolde de Oliveira ⁽¹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,6)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁶⁾
Notas:	
1. Em 13.02.2019, o Senador Irajá foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).	
4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).	
5. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).	
6. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).	
7. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).	
8. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).	
Secretário(a): Andréia Mano Telefone(s): 61 3303-4488 E-mail: csf@senado.leg.br	



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, PRB)	
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (7)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,17)	2. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7)
Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (7)	3. VAGO (7,16)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (12)	4.
Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL (PODE, PSDB, PSL)	
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (5,18)	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (5,18)
Senador Eduardo Girão (PODE-CE) (6)	3. Senadora Rose de Freitas (PODE-ES) (6,13)
Senadora Juíza Selma (PSL-MT) (9)	4. Senador Major Olímpio (PSL-SP) (10)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, PSB, REDE)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) (2)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (2,15)
Senador Weverton (PDT-MA) (2)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (2)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2)	3. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) (4)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (4)
PSD	
Senador Angelo Coronel (1)	1. Senador Carlos Viana (1)
Senador Otto Alencar (1)	2. Senador Omar Aziz (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG) (3)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (11)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,11)	2.
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Cid Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GLBSI).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).	
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
8. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
9. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).	
10. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).	
11. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	



12. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).
13. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
14. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).
15. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).
16. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).
17. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).
18. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 27 de junho de 2017.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255**E-mail:** saop@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (MG)



3) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (MDB-AC)	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

1. Designação por meio de Ato do Presidente do Senado Federal nº6, de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



4) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:



5) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

